

5º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA AMBIENTAL E MIGRAÇÕES

8 A 10 DE OUTUBRO DE 2018 | FLORIANÓPOLIS/SC, BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA



CADERNO DE RESUMOS



Realização:



Apoio:



Simpósios Temáticos

01. Migrações: flora, fauna e humanos em movimento

A *Ilex paraguariensis* em perspectiva global ambiental: das colônias polonesas no Paraná à "pátria mãe"

Fabiana Carla Guarez, fabianaguarez@gmail.com, Universidade Federal de Santa Catarina

A seguinte proposta refere-se ao Projeto de Doutorado que vem sendo desenvolvido junto ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Este projeto tem a intenção de problematizar, a partir da seara ambiental coadunada às perspectivas da história global, as práticas nas colônias polonesas do Paraná que, especificamente, estavam relacionadas a produção e comercialização da erva-mate. E nelas, perceber as permanências e o manejo da prática ervateira no decorrer das últimas décadas do século XIX e da primeira metade do século XX. De imediato, delimitam-se as regiões de Mallet, Rio Negro, Prudentópolis, Cruz Machado, Irati, São Bento, São Mateus do Sul. Outro viés de abordagem se dá a partir da relevância econômica da erva-mate para o Brasil, uma vez que delinea-se um movimento comercial exterior, já compreendido pela historiografia dedicada à congonha no cone sul, sendo efetivada a mais tempo; e um projeto de exportação para Europa, América do Norte e outras localidades com menores demandas. Frente a essas considerações, a importância de verificar em escalas alternadas o processo de exportação da erva produzida nas colônias polonesas, destinado ao público polonês, faz-se relevante, visto que não se encontram trabalhos dedicados a esta parcela. Neste ponto, a erva-mate torna-se a "chave de leitura" que, por meio da história ambiental, supre lacunas historiográficas compreendendo a relação dos imigrantes com a natureza. Por outro lado, possibilita delinear as relações entre Brasil e Polônia, para além de uma perspectiva econômica, torna-se reveladora de uma dinâmica estrutural em perspectivas conectadas.

A propensão à migração a partir do crime ambiental da Samarco

Ricardo Alves, jornalista@hotmail.com, Universidade Vale do Rio Doce

O presente trabalho parte do crime ambiental ocorrido em 2015 na cidade de Mariana, Minas Gerais, onde a barragem de rejeitos da mineradora Samarco se rompeu e provocou a morte de várias pessoas, causando um rastro de destruição em toda a extensão do rio Doce, com prejuízos materiais e ambientais. Situada às margens do rio atingido pela lama da mineradora, Governador Valadares é uma das cidades que sofreu forte impacto, pois seu abastecimento de água depende da captação no rio Doce. Durante os dias que sucederam a tragédia, o município se ressentiu da dificuldade de abastecimento de água potável e da insegurança quanto às condições de saúde provocadas pelos altos níveis de químicos lançados no rio com a lama. Conhecida nacional e internacionalmente pela migração internacional de milhares de pessoas rumo aos Estados Unidos, Portugal e outros países da Europa, Governador Valadares registra também outros impactos sociais provocados pelo derramamento de lama. Questiona-se aqui em que medida o desastre da barragem e do rio Doce fortaleceu em seus moradores o desejo de deixar a cidade. A partir de dados da pesquisa "Vulnerabilidade, desastre ambiental e migração", realizada pela UFMG em parceria com a Univale, busca-se investigar se há relação entre o crime ambiental da Samarco e a propensão à migração internacional. Cabe dizer que o fluxo migratório internacional a partir de Valadares, existente há mais de 50 anos, tem bases fortemente estabelecidas em uma complexa rede migratória que se espalha por todo o Vale do Rio Doce e envolve atores na origem, criando mecanismos facilitadores das partidas, e no destino, oferecendo uma estrutura que facilita a adaptação e a inserção no mercado de trabalho secundário. Os dados preliminares permitem considerar que a insegurança em relação ao abastecimento e a qualidade da água fornecida aos moradores não se configura como uma variável estimuladora da migração internacional.

As Migrações na Formação Histórica e Ambiental do Território de Itueta

Thiago Martins Santos, thiagomartinsantos@yahoo.com.br, Universidade Vale do Rio Doce; Sandra Nicolini, nicolinicoli@hotmail.com, Universidade Vale do Rio Doce – Univale; Sueli Siqueira, suelisiqueira.gv@gmail.com, UFMG

As migrações são elementos constitutivos dos territórios e de suas territorialidades. Partindo dessa noção, este trabalho busca analisar os processos migratórios presentes na configuração do território de Itueta, município de Minas Gerais, Brasil, ao longo do século XX, considerando as teorias da migração. Toma como base relatos orais dos moradores antigos do município, descendentes de imigrantes italianos, alemães e pomeranos que vieram para o País no final do século XIX e início do XX. Os resultados preliminares indicam que a identidade territorial de Itueta foi forjada por toda essa experiência migratória. Essa marca é revelada na relação diferenciada dos moradores com o meio ambiente e na tentativa de adaptação e cristalização das práticas culturais trazidas do território de origem pelos imigrantes europeus, favorecendo o sentimento de pertencimento ao lugar.

As vitrines verdes do Brasil: exposições universais, propaganda imigrantista e natureza no final do século XIX

Roberta Barros Meira, rbmeira@gmail.com, Univille; Mariluci Neis Carelli, mariluci.carelli@gmail.com, Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE

Este trabalho pretende dialogar com os discursos produzidos para as exposições universais durante o último quartel do século XIX. Propõe-se, analisar, os materiais distribuídos pela propaganda imigrantista, que partiam da divulgação de uma paisagem tropical dadivosa como um forte atrativo para os imigrantes europeus. Assim, a formação de uma imagem de progresso propiciada pelas riquezas naturais teria se fortalecido nestes momentos pela atuação do Estado e dos seus técnicos. Nesse sentido, escolheu-se trabalhar em duas direções: na vinculação das exposições mundiais com a propaganda imigrantista pelos países que priorizavam a exploração dos produtos naturais e a agricultura, como seria o caso do Brasil. E, em um segundo momento, se põe a questão do impacto das ideias de racionalização da produção agrícola e dos usos dos bens naturais que se apresentavam como uma decorrência de um cenário de fortalecimento da ciência tão bem representado nas exposições.

Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e adjacências, Rio Grande do Sul: identidades étnicas e interfaces com a história ambiental

Luís Fernando da Silva Laroque, lflaroque@univates.br, Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES

A Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas, trata-se de uma entidade geográfica localizada na porção centro leste do estado do RS. O território em sua jurisdição caracterizou-se pela ocupação/movimentação/migração de indígenas Guarani e Kaingang, colonizadores espanhóis e portugueses, negros escravizados, imigrantes europeus e mais recentemente descendentes de açorianos, “alemães” e italianos, sociedades tradicionais de Kaingang e pescadores, assim como a presença de haitianos e senegaleses. O objetivo do trabalho consiste em apresentar estudos sobre ocupações, dinâmicas de movimentações e interfaces com a história ambiental envolvendo identidades indígenas, africanas, européias e de seus descendentes localizadas em territórios da Bacia-hidrográfica do Taquari-Antas e adjacências no decorrer do processo histórico. A pesquisa caracteriza-se com uma abordagem de natureza qualitativa, de cunho exploratório e descritivo e os delineamentos em termos de procedimentos técnicos estão sendo realizados com base na pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, estudo de campo e estudos de casos por meio entrevistas com base na história oral, observações e diários de campo recorrendo a etnografia envolvendo indígenas Kaingang e pescadores, descendentes de europeus, haitianos e senegaleses. Os resultados inserem-se ao Projeto de Pesquisa “Identidades étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas/RS”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da UNIVATES, que por meio de monografias, dissertações e teses a respeito de indígenas Guarani e Kaingang, pescadores, sesmarias e fazendas, colonização e imigração de açorianos, alemães, italianos e seus descendentes, haitianos e senegaleses, tendo como base aportes teóricos da identidade, da cultura e da história ambiental, estão produzindo conhecimentos que possibilitam aprofundar questões de caráter histórico, cultural e ambiental, para visualização de um cenário identitário no território.

Clima, altitude e diversidade: vitivinicultura do Alto Vale do Rio do Peixe – SC (Brasil)

Eunice Sueli Nodari, eunice.nodari@ufsc.br, Universidade Federal de Santa Catarina

A produção de vinhos tem sido considerada uma commodity importante em várias partes do mundo. O interesse está ligado tanto a valores econômicos, assim como a questões simbólicas, culturas e estéticas. Se compararmos a vitivinicultura brasileira com os países europeus e de outros países americanos, observamos que existem algumas características que a diferenciam. De acordo com autores, a distinção da vitivinicultura brasileira é a sua diversidade: as diferentes condições ambientais, variados sistemas de cultivo e os recursos

genéticos com ampla variedade. A vitivinicultura tradicional do sul do Brasil é a de clima temperado que se caracteriza por um ciclo anual, seguido por um período de dormência induzido pelas baixas temperaturas do inverno. As condições climáticas de Santa Catarina, aliados a latitude e locais com altitudes superiores a 1.000 metros acima do nível do mar, podem ser um dos principais responsáveis pelo cultivo de uvas que permitem a elaboração de vinhos diferenciados. A vitivinicultura do Alto Vale do Rio do Peixe é responsável por cerca de 80% da produção de uva e vinho no Estado. A região em estudo, em sua maior parte é composta por pequenas e médias propriedades que se dedicam a policultura, onde gradativamente a produção de uva e vinhos vem se destacando. As paisagens da região passaram por diferentes fases, sendo que a primeira delas foi o desmatamento das florestas com araucárias, que hoje aparecem em pequenas quantidades emoldurando os vinhedos. (auxílio financeiro CNPq e CESTA/Stanford University)

Colonos Italianos no Alto Vale do Rio Uruguai: uma discussão acerca da pequena propriedade rural.

Graziela Vitória Donin, gvictoria.donin7@gmail.com, Universidade Federal da Fronteira Sul

O presente artigo busca discutir algumas questões ambientais a cerca do modelo de colonização adotado na Antiga Colônia Paiol Grande, norte do Estado do Rio Grande do Sul. Esta colônia foi fundada em 1910 em função da construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Foi através da ferrovia que os primeiros imigrantes europeus de diversas etnias (italianos, alemães, poloneses, judeus e etc.) chegaram até a região, adquiriram seus lotes de terras e se estabeleceram em regime de pequena propriedade rural adotando a mão-de-obra familiar. O modelo de colonização empregado marcou profundamente a configuração do ambiente e a forma de exploração da terra e dos recursos naturais e trouxe influências significativas no modo de vida dessas populações. Com a Revolução Verde e suas novas tecnologias, os pequenos agricultores do norte gaúcho passaram a adotar o uso destes recursos provocando uma segunda onda de alterações na configuração social e ambiental. O recorte temporal adotado compreende o século XX e se estende até os dias atuais.

Devagar quase parando: o uso da bicicleta no estudo da paisagem

Rogério Ribeiro de Oliveira, rro@puc-rio.br, Professor Associado

Qualquer nova proposição na ciência começa pelo uso dos sentidos. No entanto, os ganhos de tempo decorrentes das tecnologias, que tornam tudo mais rápido, muitas vezes se transformam em uma verdadeira apologia à velocidade e à quantidade e tendem a sobrepor o uso de um sentido (a visão) em detrimento de outros. Mas em se tratando de estudos sobre sistemas complexos como a paisagem e sua transformação, o uso dos demais sentidos ganha uma importância diferenciada. Nesse trabalho pretendo mostrar como o uso da bicicleta pode permitir alternativas de percepção de muitos elementos da paisagem, sobretudo no estudo da história ambiental.

A bicicleta é considerada o veículo de propulsão humana mais eficiente já inventado pelo homem. Ela estimula a percepção do ambiente através do corpo, possibilitando outras maneiras de se perceber a paisagem. A bicicleta permite novas experiências e percepções, mesmo em paisagens familiares. Seu uso como ferramenta de pesquisa articula-se de forma maneira intensa e indissociável às demais, geralmente sob a forma de uma primeira aproximação ao problema estudado. A mudança de paradigmas, particularmente aqueles ligados ao estudo da paisagem, muitas vezes aparece de forma fortuita, não intencional, tendo como porta de entrada os sentidos de quem a pesquisa. Cores, formas, ritmos, odores e sons circundantes trazem informações ao cérebro que, reagindo com percepções e conhecimentos anteriores, podem abrir novas combinações de sensações e pensamentos, possibilitando a sua organização sob a forma de um novo caminho. O uso da bicicleta em trabalhos de História Ambiental se alinha com a chamada *slow science*, que assume a necessidade de se reduzir as velocidades requeridas pelo produtivismo acadêmico. O entrar em contato com a paisagem em sua vertente natural e cultural representa um convite a novas interpretações que ligam as relações entre os seres humanos e as paisagens mediadas por um uso mais intenso dos sentidos.

Entre a erva-mate e a Madeira: um olhar sobre a colonização do Oeste Catarinense (1917-1950) pelo viés da História Ambiental

Daniel Dalla Zen, daniel_dallazen@hotmail.com, UFFS/SC

A proposta do trabalho é fazer um revisionismo histórico pela perspectiva da “história Ambiental”, abordando algumas matrizes econômicas do período da colonização do Oeste Catarinense, mais específico, do comércio da madeira, a partir do livro, *Disputas do espaço no oeste catarinense*, do historiador Alceu

Werlang (2006), e da dissertação de mestrado em História de Eli Bellani (1991), “Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai (1917-1950)”. Além disso, será abordado a matriz econômica da erva mate, por meio do livro, “A luta da erva”, de Arlene Renk (2006). Primeiramente, para situar os leitores do que é a história ambiental? E quais são suas implicações, utilizarei os artigos, “A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”, de José Augusto Drummond (1991), e “Para fazer História Ambiental”, de Donald Worster (1991). Na segunda parte, buscarei discutir sobre as matrizes econômicas da madeira e da erva mate e a relação do homem com o meio ambiente, dialogando com autores que fazem uma história ambiental, como Warren Dean (1996), em seu livro “A ferro e fogo” e John McNeill (2003) em “Algo Nuevo Bajo el Sol”. O trabalho também apresentara os grupos que habitam o Oeste Catarinense no período da colonização: indígenas, caboclos, e colonos migrante do Rio Grande do Sul, abordando a relação que cada grupo estabelece com o meio ambiente.

Espécies invasoras aquáticas: Estudo de caso nas hidrelétricas do estado de São Paulo.

William Marcos da Silva, wmsilvax@ig.com.br, UFMS/CPAN

As hidrelétricas tem grande importância estratégica para o Brasil, sendo responsáveis por maior parte do fornecimento de energia elétrica no País. Estes empreendimentos têm impactos diversos tanto na economia, na sociedade quanto no meio ambiente. As represas formadas pelo barramento dos rios alteram estes sistemas de lótico (rios) para lênticos (lagos) e criam todo um novo ambiente para nova colonização. Este novo sistema formado pelas represas, sofre impacto dos diferentes usos que variam de lazer até o de receptor de esgoto. As represas estão entre os sistemas aquáticos mais vulneráveis a introdução de espécies exóticas. Este trabalho tem como objetivo mostrar a dispersão de uma espécie de microcrustáceo exótico introduzido acidentalmente com a tilápia do Nilo (peixe africano) na represa de Barra Bonita no estado de São Paulo na década de 1980. Foi realizado levantamento bibliográfico sobre a espécie assim como levantamento em campo da espécie e qualidade de água. Foi observado que a partir dos anos 2000 esta espécie já seria registrada em todas as demais represas do estado pertencentes à Bacia do rio Paraná. Este organismo também se caracteriza atualmente por ser um bioindicador de águas poluídas, onde as maiores populações são encontradas em ambientes poluídos e com pequenas populações em ambientes com boa qualidade de água. O impacto destes organismos sobre o sistema aquático ainda é desconhecido, mas nos apresenta uma possível ameaça a biodiversidade. Sendo assim a população deste organismo se beneficia tanto pelo tipo de sistema de represa assim como a eutrofização promovida pelo aumento do esgoto das populações do entorno.

História Ambiental do Parque Natural Municipal João Alberto Xavier da Cruz

Aline Schú, alineschu@gmail.com, Universidade de Passo Fundo, Marcos Gerhardt, marcos@gerhardt.pro.br, Universidade de Passo Fundo

Esse artigo aborda a história ambiental do Parque Natural Municipal João Alberto Xavier da Cruz (PNMJ), o qual localiza-se a cerca de quatro quilômetros da área urbana do município de Carazinho, Rio Grande do Sul, Brasil. A pesquisa parte de estudos realizados, notícias em jornais e legislação pertinente, para descrever os principais fatos relacionados à unidade de conservação. O PNMJ foi criado por iniciativa do poder público que desapropriou a área pertencente à Cooperativa Florestal, a qual tinha por objetivo reflorestar o local devido ao processo de intensa exploração madeireira, ocorrida nas décadas de 1920-1940. Ao longo dos anos, o território do PNMJ passou por diversos tipos de usos, os quais não foram condizentes com a sua vocação legal que é a conservação da natureza. A gestão pública que permitiu a utilização do PNMJ para diversos fins, os quais não privilegiaram a sua finalidade, e o não cumprimento da legislação, podem ter contribuído para a ocorrência de danos ambientais e para a desconexão da comunidade com a área protegida. Constatou-se a atuação marcante da Associação de Amigos do Meio Ambiente na criação e defesa da área e nas atividades junto à comunidade. O local constitui-se como a única unidade de conservação do município e ainda sofre com equívocos em relação à sua finalidade.

História Ambiental do Projeto de Colonização Terranova: necessidade e possibilidade da educação ambiental na Amazônia mato-grossense

José Aldair Pinheiro, jpinheiral@gmail.com, Universidade do Estado de Mato Grosso; Marisa Regina Kohler, kohlermarisa68@gmail.com, UNEMAT; Renata Maria da Silva, renatamaria.enzo@gmail.com, Universidade do Estado de Mato Grosso; Caroline Mari deOliveira, oliveiracaroline29@gmail.com, Universidade do Estado de Mato Grosso; Aumeri Carlos Bampi, aumeribampi@gmail.com, Universidade do Estado de Mato Grosso

O estudo investigou a crise socioambiental instalada no Projeto de Assentamento Terranova e a necessidade e potencialidade da educação ambiental e da governança participativa frente ao contexto de degradação ambiental do território. A área situa-se nos municípios de Terra Nova do Norte e Nova Guarita, MT. A abordagem é qualitativa, com estudo de caso. A técnica utilizada foi a história oral. Os resultados apontam que a crise se estabeleceu em consequência ao modo das relações sociedade/natureza materializadas no acesso à terra aos migrantes e abertura de áreas para agropecuária na Amazônia com intenso desmatamento, induzido pela expansão capitalista. Houve falta de cumprimento do planejamento ambiental no assentamento rural, desconhecimento ecológico para implantação de atividades agropecuárias e descaso do poder público com o monitoramento e gestão ambiental junto ao projeto. Houve graves consequências aos recursos naturais, fruto do modo de implantação de atividades econômicas que causaram degradação da fauna e flora, solo e recursos hídricos. O uso e ocupação do solo com intenso desflorestamento causou perda da biodiversidade, impacto à água e sua escassez, promovendo desequilíbrio ambiental. Lavoura, pecuária extensiva e garimpo do ouro causaram impactos ao ambiente e hoje atingem a comunidade. A solução constitui um desafio, dado o custo da recuperação, o desconhecimento de como realizá-la e a parca mão de obra qualificada. Soluções foram apontadas, mas demonstram que são paliativas à gravidade do problema. A educação ambiental popular e a governança participativa apresentam-se como ações que podem desencadear a recuperação, a conservação e promover a busca da sustentabilidade às atividades da comunidade.

História Ambiental entre os rios Canoas e Pelotas: alterações na paisagem do município de Celso Ramos, SC

Gil Karlos Ferri, gilferri@hotmail.com, EEB Padre Antônio Vieira

Ao longo do tempo, a paisagem do município de Celso Ramos foi configurada por fatores naturais e antrópicos. O objetivo deste artigo é analisar o processo histórico da alteração da paisagem neste território, localizado na confluência dos rios Canoas e Pelotas, no planalto do Estado de Santa Catarina. O município possui vegetações que foram intensamente modificadas pela ocupação humana - por indígenas, caboclos e, sobretudo, colonos de origem italiana. O viés teórico-metodológico deste trabalho foi a História Ambiental, e como fontes utilizamos principalmente a iconografia e as percepções dos moradores locais através da História Oral. Compreender os usos dos recursos naturais, possibilitará reflexões para uma possível preservação ou conservação dos remanescentes da flora, da fauna e dos rios da área deste estudo.

Humano e Madeira: interação, extração e regulamentação da madeira no Oeste de Santa Catarina nas páginas do jornal Voz de Chapecó (1939-1950)

Precila Kátia Moreira, precilakatia@hotmail.com, Universidade Federal da Fronteira Sul

O artigo articula a história econômica e ambiental no período em que a atividade madeireira era mais acentuada na região Oeste de Santa Catarina, diante da extração de madeira e comercialização em forma de balsa. É nesse período que observar-se a implantação de empresas colonizadoras e a investida das madeireiras com relação a apropriação do espaço e exploração dos recursos naturais na região. Toneladas de madeira desciam em forma de balsas pelo rio Uruguai para os portos fronteiriços entre o Brasil e a Argentina, balseiros e com isso, a indústria madeireira se beneficia, mas encontra uma nova dinâmica de fiscalização e legislações sobre o reflorestamento da parte do Estado, inclusive com relação aos impostos. Nesse sentido, o objetivo é analisar a relação humana com a madeira e os desdobramentos dessa interação, no período entre 1920 a 1950 na região Oeste de Santa Catarina. Interação essa, alvo de discussões na imprensa escrita relacionadas a regulamentação da atividade madeireira. Ressaltando que o ser humano em questão, é assim compreendido na condição de colonizador, madeireiro e de balseiro. Para isso, como fonte e metodologia, investiga-se o tratamento dispensado pelo jornal Voz de Chapecó (1939-1950) diante das questões relacionadas a extração, comercialização e fiscalização de madeira. E com isso articula-se o dilema entre meio ambiente, madeira e ser humano.

Migrações, secas e políticas sociais no semiárido: a trajetória, o presente e os desafios futuros

Ana Claudia de Almeida, anaclaud.al@gmail.com, Universidade de Brasília

Secas e movimentos populacionais estiveram historicamente associados no semiárido nordestino. Por séculos, episódios de seca eram acompanhadas por mortes e deslocamentos massivos em direção a outras regiões. No passado recente, a falta de chuvas deixou de provocar crises humanas, evidenciando o papel de elementos socioeconômicos para além do clima na ocorrência de desastres anteriores. Frente aos cenários de

mudanças climáticas, emerge a demanda por compreensão da relação entre clima e migrações no semiárido, considerando os elementos que modificaram a interação entre a população e as secas ao longo da trajetória da região. Dentre estes, destaca-se mais recentemente a intensificação de políticas sociais, que reconfiguraram a paisagem socioeconômica nos sertões. Para compreender esse nexos no semiárido, valeu-se do estudo de caso da área do Submédio São Francisco, trecho da bacia hidrográfica do rio São Francisco. A análise se baseou em dados estatísticos secundários de 1980 a 2016 e em entrevistas realizadas entre diversos grupos sociais, incluindo pescadores, comunidades tradicionais de fundo de pasto, agricultores de perímetro irrigado, organizações da sociedade civil, entre outras. A trajetória da população nessa região aponta ao menor êxodo rural concomitante a um período de melhorias na renda e crescente relevância de medidas de assistência social, notadamente o Programa Bolsa Família, nos rendimentos familiares. Complementarmente, as entrevistas remetem ao contraste entre dois momentos das migrações: os deslocamentos característicos do passado, em que famílias deixavam a região buscando a sobrevivência em episódios de seca; e as migrações atuais, protagonizadas pelos jovens que aspiram mobilidade social. Dessa forma, observou-se que a conexão entre secas e migração no semiárido tornou-se, através do tempo, menos direta e linear, intermediada mais recentemente por políticas sociais que modificam as condições de vida da população local.

O carvão da velha mangueira: a Antracologia e a história de uma floresta

Rúbia Graciele Patzlaff, rubiagpatz@gmail.com, Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro; Gabriel Paes da Silva Sales, paes.sales.gabriel@gmail.com, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Rogério Ribeiro de Oliveira, rro@puc-rio.br, Professor Associado

As perturbações e mudanças antropogênicas a que os ecossistemas foram submetidos raramente possuem registros escritos, o que é um obstáculo no estudo da história desses ambientes. A vegetação apresenta uma dinâmica própria, e também traços de encontros com humanos ao longo do tempo. Identificar as espécies que compõem um ecossistema permite compreender a evolução da vegetação na área, seu estágio de sucessão ecológica e a influência antropogênica neste processo. Mas e para compreender a história de uma floresta que já não existe mais? Poucos elementos culturais orgânicos duram tanto quanto o carvão, pois ele é estável em sua composição, podendo perdurar no ambiente por milhares de anos. O carvão é objeto de estudo da Antracologia, que usa a anatomia da madeira, preservada nos carvões, para a identificação taxonômica. Apresentaremos aqui como a Antracologia pode ser aliada à História Ambiental de florestas, através de estudo realizado no paleoterritório dos carvoeiros no Maciço da Pedra Branca (RJ) a respeito da transformação da composição florística que ocorreu no antes e no depois da exploração do carvão. Como seria a composição florística nesta época? Estaria em que posição sucessional: primária, avançada ou pioneira? No estudo, comparou-se a floresta atual, através do levantamento fitossociológico, e a floresta explorada pelos carvoeiros históricos, por meio de estudo antracológico. Os resultados sugerem que a floresta anterior era mais madura e diversa do que a de hoje, devido à grande diversidade de grupos taxonômicos encontrados na análise antracológica, característicos de estágios iniciais e intermediários de regeneração. No entanto, foram encontrados também fragmentos de carvão de *Mangifera indica*, a mangueira, espécie exótica cultivada. Com esse dado, a assembléia de carvões encontrada sugere que anteriormente aos carvoeiros do século XIX, as florestas daquela área já haviam entrado em contato com as mãos dos homens e, portanto, já não eram mais prístinas.

O fim da Floresta Ombrófila Mista? Migrantes e serrarias no sudoeste do Paraná (1940-1970)

André Egidio Pin, andreegidiopin@hotmail.com, Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho propõe a análise do processo de derrubada da Floresta Ombrófila Mista na região sudoeste do estado do Paraná entre as décadas de 1940 e 1970 sob uma perspectiva da história ambiental global. Esse processo teve como protagonistas migrantes dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, políticas do Estado brasileiro que inseriram a região em contexto mundial através do desmatamento e, posteriormente, da implementação da agricultura industrial.

O Oeste catarinense e os desdobramentos do desmatamento

Samira Peruchi Moretto, samirapm@gmail.com, Universidade Federal da Fronteira Sul

Com a intensificação do desmatamento na região oeste catarinense a partir do processo de colonização, iniciado na primeira metade do século XX, a paisagem da região passou a ser modificada com maior influência da ação antrópica. O presente estudo busca analisar os aspectos sócio espaciais de influência nas modificações da paisagem da região Oeste de Santa Catarina, inserindo-se no grande desafio teórico de

pensar as dimensões biológica e sociocultural do ser humano para compreender sua totalidade. Em um primeiro momento, o objetivo do presente artigo é entender a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no local, cuja questão fundiária foi conturbada, nas décadas de 1960 e 1970. Para atingir os objetivos propostos utilizaremos como fontes: relatórios de governo, censos demográficos, os periódicos regionais e estaduais e a legislação federal. Por fim, buscamos compreender as implicações da colonização e as formas como o Incra desempenhou suas atividades no oeste catarinense dentro do contexto ambiental. O presente trabalho apresentará é parte dos resultados do projeto de pesquisa “Desbravando e transformando: as alterações ambientais no Oeste catarinense, nas décadas de 1960 a 1980”, institucionalizado pela UFFS e financiado, através da bolsa de iniciação científica, pelo CNPq.

Paisagem, coletas e viajantes: a Floresta da Tijuca sob a perspectiva dos naturalistas (século dezenove)

Gabriel Paes da Silva Sales, paes.sales.gabriel@gmail.com, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Rejan Guedes Bruni, rejanbruni@puc-rio.br, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/Puc-Rio

A Floresta da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, apesar de suposta aparência prístina, sugerindo pouca interferência antrópica, apresenta composição florística e estrutura consequentes dos diferenciados usos empreendidos ao longo dos séculos por diversos grupos sociais. A floresta atual é, portanto, um produto da agência humana e não humana, com: espécies poupadas de corte e que permaneceram como remanescentes; espécies cujas populações foram reduzidas ou extintas, localmente, por sua extração e, ainda, espécies introduzidas (nativas e exóticas) num original projeto de reflorestamento no século XIX. Destaque-se, também, a fauna como agente constitutivo, através da dispersão de sementes e demais processos na regeneração natural que contribuíram para a configuração florestal atual. Objetiva-se responder: que floresta era essa que motivou naturalistas no séc. XIX a documentá-la? Quais naturalistas circularam e quais as famílias botânicas foram mais representadas? Foi utilizado, para tal, o sistema de informações que integra as coleções biológicas nacionais (speciesLink), empregando como palavras-chave os locais de coletas: Tijuca, Gávea, Jacarepaguá e Corcovado e verificando todos os registros realizados durante o período. O número total de coletas foi 633, e, Auguste François Marie Glaziou foi o naturalista com mais registros (239), seguido por Ernest Heinrich Georg Ule (104) e Carl August Wilhelm Schwacke (92). As cinco famílias mais coletadas foram: Melastomataceae, Fabaceae, Rubiaceae, Myrtaceae e Piperaceae. O potencial de uso das espécies parece ter sido um norteador na documentação, visto que Fabaceae reúne espécies de rápido crescimento e com madeira nobre, Piperaceae apresenta propriedades medicinais e valor paisagístico. O uso de coleções botânicas auxilia na caracterização da floresta antecedente ao projeto de reflorestamento e, os potenciais usos das espécies, torna possível inferir sobre as motivações e interesses dos naturalistas e da sociedade à época.

Plantas Tropicais na Exposição de Paris de 1889: uma viagem segura às “selvas tropicais

Alda Heizer, alda.heizer@gmail.com, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro

A literatura sobre a participação do Império do Brasil nas Exposições Universais da segunda metade do século XIX é rica em informações para diferentes áreas do conhecimento, em especial para a História Ambiental. No entanto, a análise da apresentação dos recursos vegetais nos pavilhões e estufas das exposições ainda é pouco explorada. Nos registros (imagens, memórias, relatórios e periódicos), elaborados na altura de tais eventos, observamos que existe uma lógica expositiva sobre os “reinos da natureza”. Sendo assim, a pesquisa pretende analisar as representações iconográficas de uma “natureza domada” do Brasil numa lógica subjacente à museografia da Exposição de Paris de 1889.

PERMACULTURA E HISTÓRIA: As ecovilas em Santa Catarina

Marcelo Antônio Lô, marcelo_1501@hotmail.com, UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

O presente estudo tem como sujeito/objeto de pesquisa a investigação de um fenômeno/estilo de vida, a permacultura e as ecovilas no Brasil especificamente no Estado de Santa Catarina em meados dos anos 1998 até os dias atuais. O conceito de permacultura consiste num sistema de design para a criação de ambientes humanos sustentáveis e produtivos visando o equilíbrio e harmonia com a natureza. Dentre os elementos de design encontra-se as plantas, animais, infraestruturas e os relacionamentos que podem ser suscitados em seu local de realização, sendo estes intitulados ecovilas. O estudo adentrou na história recente deste processo de implantação no caso brasileiro com o propósito de compreender historicamente o desenvolvimento da permacultura brasileira. Buscando situar os atores históricos; compreender o papel dos mesmos; identificar

as estratégias presentes no processo; aprofundar os conhecimentos sobre este tema. Do ponto de vista metodológico trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo. Foram adotados dois instrumentos de pesquisa: levantamento bibliográfico, análise documental sobre o tema atinente. Do ponto de vista teórico os autores que serão utilizados para desenvolver o trabalho partem de MOSLEY (2010), LIEBERMAN (2015), UMAÑA (2014), entre outros.

Relatos de migrantes: Motivações, dificuldades e contentamentos nos anos iniciais em Vera - MT

Renata Maria da Silva, renatamaria.enzo@gmail.com, Universidade do Estado de Mato Grosso; Marisa Regina Kohler, kohlermarisa68@gmail.com, UNEMAT; Caroline Mari de Oliveira, oliveiracaroline29@gmail.com, Universidade do Estado de Mato Grosso; Aumeri Carlos Bampi, aumeribampi@gmail.com, Universidade Do Estado de Mato Grosso; José Aldair Pinheiro, jpinheiral@gmail.com, Universidade do Estado De Mato Grosso

Este estudo, dentro da formação territorial da Amazônia norte mato-grossense, visa refletir e compreender o cotidiano dos migrantes no núcleo de colonização e atual município de Vera, Mato Grosso. A centralidade do estudo é entender as motivações, as principais dificuldades e os contentamentos vividos no período de formação de um núcleo urbano na fronteira agrícola, marcada pelo modelo econômico em ascensão aliado às políticas de integração nacional pós-1970, que resultaram em projetos de indução à migração por empresas privadas e do Governo Federal. A pesquisa é qualitativa e de caráter descritivo. Foi utilizada a técnica de entrevistas semiestruturadas, a partir da abordagem da História Oral Híbrida, a qual articula fontes bibliográficas e oralidade. Também foi utilizado subsídios da fotoetnografia, pois a fotografia é importante fonte documental. A partir da década de 1970 iniciou-se o processo migratório do sul do país com destino à Amazônia norte mato-grossense e tão logo ao núcleo urbano de Vera. Identificaram-se nos relatos dos sujeitos migrantes as percepções do novo espaço, a construção de novos sentidos de vida no novo território-ambiente, o movimento de fauna, flora e de pessoas, o desflorestamento, as expectativas e as dificuldades encontradas. O cotidiano vivido pelos sujeitos migrantes revela a história, a memória, às práticas culturais, as relações sociais e de poder de um município, ainda em transformação, na fronteira agrícola norte mato-grossense.

Religiosidade e Natureza: imigrantes ucranianos e a transformação do meio ambiente (1890-1915)

Darlan Damasceno, darlan_damasceno@hotmail.com, Universidade Federal de Santa Catarina

A presente pesquisa tem por objetivo apontar como a religiosidade dos imigrantes ucranianos atuou no processo de ressignificação e transformação do meio ambiente, através de suas práticas e representações no imaginário deste grupo social, entre os anos 1890 e 1915, na região centro-sul do Estado do Paraná. Para isso, utilizamos, como fontes, relatos dos imigrantes que se estabeleceram nos núcleos coloniais localizados nos atuais municípios de Mallet, Prudentópolis e Antonio Olinto. Esses relatos apresentam narrativas da chegada às colônias e como estes imigrantes atuaram frente a uma natureza desconhecida por eles. Procura-se demonstrar que a percepção do mundo natural está ligada também a fatores culturais, os quais atuam no imaginário e nas representações sociais que os indivíduos têm de si e do ambiente à sua volta. As fontes indicam que a religiosidade dos imigrantes atuou no processo de (re)construção da realidade social nas colônias, ou seja, o modo de vida dos indivíduos foi estruturado através de esquemas de percepção inscritos em suas ações. Aliados a esse processo, os modos de perceber, ressignificar e transformar o mundo natural foram, inicialmente, condicionados por essa relação. Da perspectiva epistemológica, compreendemos que o ambiente não pode ser dissociado da esfera cultural. Assim, a análise, nesta pesquisa, busca ferramentas nas abordagens tanto da História Cultural quanto da História Ambiental, buscando um diálogo entre as duas vertentes.

Terra letrada: literacia, colonialismo e mudanças socioambientais no Brasil (séculos XVI e XVII)

Diogo de Carvalho Cabral, dcabralufrj@gmail.com, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Este ensaio discute as implicações geográficas da literacia para a colonização européia do início da era moderna das Américas, especialmente daquelas regiões habitadas por grupos tribais sem sistemas de escrita. Com base no entendimento de que qualquer texto escrito é tanto um dobramento do quanto um desdobramento no mundo - uma representação comprimida de ambientes "concretos" e um esquema para percebê-los e transformá-los -, eu proponho que os processos coloniais sejam conceituados a partir da perspectiva da dialética landscape-letterscape. Através do estudo do caso do Brasil nos séculos XVI e XVII,

eu mostro como procedimentos e materiais escritos rearranjaram o tecido sócio-ecológico nativo através de projeções textuais encriptadas (isto é, não transparentes para pessoas analfabetas) que ajudavam a criar um mundo europeizado. Como objetos físicos, a maioria desses textos circulava por uma rede de lugares territorialmente inacessíveis aos povos indígenas. Essa espacialização colonial das práticas alfabéticas substituiu as paisagens nativas e os meios de subsistência, ao mesmo tempo em que produziu a legibilidade das novas geografias humanas que estavam sendo criadas.

Transformaciones territoriales en el SE de Buenos Aires (Argentina) entre 1850 y 1900. De la actividad agropecuaria a la turística: el saladero del barón de Mauá y la Mar del Plata de Peralta Ramos.

Marina Miraglia, marina.miraglia@gmail.com, UNGS; Alberto Daniel Martinez Alonso, amartinez@magyp.gob.ar, Ministerio de Agroindustria

A finales de la década de 1840, los ganaderos de Buenos Aires, comenzaron a diversificar la producción agropecuaria, en esa transformación algunos se quedaron con sus tierras y otros las vendieron, tal el caso de Gregorio Lezama quien, en tratativas con el portugués José Cohelo de Meyrelles y de Ireneu Evangelista de Souza, conocido como barón de Mauá, decidió venderles sus propiedades de alrededor de 140.000 hectáreas, al sur del río Salado. Este consorcio luso brasileiro, tuvo como propósito expandir sus actividades comerciales de venta de carne salada y tasajo para la alimentación de los esclavos brasileiros y cubanos. Se instalaron próximos a la desembocadura del arroyo Las Chacras, en Punta Iglesia, donde construyeron un puerto, en la actual Mar del Plata. La sociedad comenzó a trabajar, mas luego de algunas décadas de actividad, y debido a los magros resultados, vendieron sus propiedades a Patricio Peralta Ramos, quien en 1874 funda la ciudad de Mar del Plata, la cual se constituyó en la principal ciudad balnearia turística de la República Argentina. En este trabajo presentaremos una historia ambiental de las transformaciones territoriales producidas en la zona de Mar del Plata entre 1850, con el nacimiento de la actividad ganadera y 1900, en medio del crecimiento urbano y turístico de la ciudad balnearia, el entubamiento del arroyo Las Chacras, inundaciones, las modificaciones en la playa, puerto y demás aspectos ambientales

Zoológicos em movimento: novas miradas

Regina Horta Duarte, reginahortaduarte@gmail.com, Universidade Federal de Minas Gerais; Bruna Luiza Costa Pessoa, blue.nf93@gmail.com, UFMG

Este trabalho visa partilhar a experiência da realização de um minidocumentário sobre Zoológicos, com duração de 8 minutos, na linha da docuficção, gênero de abordagem fílmica que transita entre a realidade concreta e elementos imaginários e ficcionais. Nossa proposta é oferecer – por meio de imagens, sons e algumas poucas palavras – uma mirada complexa, situada além de julgamentos morais pela defesa ou pela condenação dessas instituições pela sociedade. A história dos Zoos contemporâneos remonta ao início do século XIX. Desde então, eles se transformaram em sua arquitetura, objetivos, relações com os animais, saberes e práticas. Argumentamos que qualquer análise unívoca sobre os zoos será incompleta e parcial. O foco nos animais perscruta sinais de sua agência, e deseja ultrapassar a visão de que o Zoos simplesmente os submetem e os sacrificam ao olhar e ao gozo do público. O documentário lança mão de dados coletados em arquivos, como documentos, fotografias, guias para o público, mas também gravações atuais em diferentes zoos visitados. O trabalho instiga o público a arriscar perder-se além das trilhas previstas, palmilhando silêncios e sons, inventando miradas, abandonando certezas. Este é um convite pra seguirmos as inúmeras pegadas no chão dos zoológicos. São muitos os caminhantes. (Apoio CNPq e FAPEMIG)

02. Agricultura, pecuária e impactos ambientais

A criação de gado zebu, a zootecnia tropical e os debates sobre identidade nacional em meados do século XX

Joana Medrado Nascimento, joanamedrado@gmail.com, Universidade do Estado da Bahia

A década de 1950 é marcada no Brasil pelo pensamento político do nacional desenvolvimentismo. Até o advento do golpe militar o Brasil viveu seu período talvez de maior auto confiança nas capacidades inerentes de construir um país forte, produtivo e independente. No mundo rural os fazendeiros ligados a zebuicultura tiveram novas oportunidades subsidiadas pelo governo para melhorar a criação com importação de

reprodutores bovinos indianos. Nesse contexto a opção pelo gado indiano significava assumir uma certa característica tropical que irmanava Índia e Brasil, o que, por sua vez, induzia a uma sensível mudança em relação ao mimetismo científico e cultural com a Europa. É Otavio Domingues o patrono da chamada “zootecnia tropical”, cujo debate, estimulado por ele, vinha desde 1929, e que em 1951 idealizou a criação da Sociedade Brasileira de Zootecnia, antes mesmo da zootecnia ser formalizada enquanto disciplina no Brasil. Dessa forma, apresentaremos nesta comunicação alguns resultados de pesquisa acerca do processo de “nacionalização” do gado indiano, quando o zebu passa a ser criado e selecionado com critérios científicos no Brasil, angariando prestígio não apenas entre fazendeiros e zootecnistas, mas também entre os intérpretes da identidade nacional brasileira, tanto por ser oriundo da Índia, portanto tropical, rústico e adaptável ao clima brasileiro, quanto por ser uma alternativa econômica que engrandeceria a nação ao se constituir em um importante produto de exportação. Em uma breve, mas significativa reflexão sobre o assunto, Gilberto Freyre afirmou em 1947 que o trabalho de seleção do gado zebu no Brasil “vem sendo feito pelos brasileiros em benefício de seu país, e também do desenvolvimento da civilização moderna nos trópicos” (FREYRE, 2011). Portanto o que estava em questão não era apenas o investimento na pecuária mas a construção de uma nação/civilização moderna, marcada pelo pós-abolição e por todos os debates raciais que ele suscitou.

Pecuária brasileira, identidade nacional, Brasil e Índia

A Lei de Terras sobre caminhos e terras de uso comum à pecuária extensiva em Santa Catarina no século XIX

Flávia Paula Darossi, flavia.darossi@gmail.com, Universidade Federal de Santa Catarina

Terras de uso comum para pastagem de gado e lavoura de culturas não constituíam categoria jurídica de propriedade no Brasil do século XIX, geralmente eram associadas às terras devolutas, “nacionais”, à exceção de logradouros públicos e rocios, patrimônio de municipalidades. Em 1850, ao mesmo tempo que a Lei de Terras reconheceu a existência do uso comunal de terras no artigo 5º § 4º (“os campos de uso comum dos moradores de uma ou mais freguesias, municípios ou comarcas serão conservados em toda a extensão de suas divisas, e continuarão a prestar o mesmo uso, conforme a prática atual, enquanto por Lei não se dispuser o contrário”), proibira a posse de terras devolutas e normatizara seu acesso unicamente pela compra. A multiplicidade de formas de apropriação, usufruto e domínio útil das terras se tornou um desafio a ser ajuizado com base na Lei, que procurou suplantiar toda a variedade de regimes de propriedade à padronização da propriedade privada, onerosa e burocratizada, incentivando o processo de demarcação e cercamento de terras de pasto e lavoura comunais. Inserido neste contexto, o conteúdo de meu artigo compreende algumas questões sobre a prática da pecuária extensiva em terras de uso comum em Santa Catarina, notadamente na região do Planalto, e procura analisar como a apropriação e a grilagem destas terras correspondem à formação e concentração de latifúndios na região.

A pequena propriedade agrícola no sudoeste do Paraná: a produção de produtos orgânicos e agroecológicos

Tiago Arcanjo Orben, tiagoarben@gmail.com, PUC/RS

Esse trabalho procura refletir a produção de produtos orgânicos e agroecológicos na região sudoeste do Paraná, mas especificamente no município de Verê. Local onde fica localizada a Cooperativa dos Produtores Orgânicos e Agroecológicos do Sudoeste do Paraná – Coopervereda. A atenção dada a esta região e a este município se deve por estar relacionada ao assunto abordado em minha tese de Doutorado em História, a qual procura questionar a estrutura agrária e fundiária da região sudoeste do Paraná. Assim, nos primeiros levantamentos constatou-se a significativa atuação, tanto, de cooperativas agrícolas e de crédito, que incentivam a produção de monoculturas, quanto, de centros de apoio e promoção da produção orgânica e agroecológica, como a Coopervereda. Deste modo, utilizando-se da metodologia oral, este trabalho expõe para debate as formas de atuação desta Cooperativa no município de Verê, com atenção especial para seu trabalho junto aos agricultores da região. Para tanto, será utilizada uma entrevista realizada com os agricultores Décio Cagnine e Izolete Bornhofen Cagnine, que produzem em sua propriedade alimentos orgânicos, além de prestarem assessoria a outros agricultores da região. A partir deste contexto, se sobrepõe para discussão as políticas públicas, que não só dão sustentação a tais agricultores, como também regem a inserção de práticas orgânicas e agroecológicas entre os pequenos proprietários desta região.

As primeiras escolas de medicina veterinária e a expansão da economia pecuária nos biomas brasileiros.

Cristiane Fortkamp Schuch, cris.fortkamp@gmail.com, Colégio Cruz e Sousa; Luiz Fernando Schuch, luiszfschuch@hotmail.com, UNISUL

Este artigo tem como objetivo discutir a importância e o impacto da criação das primeiras escolas de medicina veterinária no Brasil, e a modificação de territórios para a formação de zonas de criação de gado, resultando em reorganizações territoriais que alteraram significativamente a fisionomia da paisagem em diversas regiões do país. Desde o período colonial, a introdução de animais domésticos de trabalho teve importante papel na conjuntura econômica do Brasil. A seleção e adaptação de ovelhas, bois e cavalos permitiram a posse de terras e instalação de fazendas de criação, sendo possível mapear a expansão da atividade bem como historiar o processo de humanização de áreas naturais para esta finalidade. Consequentemente, a economia pecuária tornou-se objeto de projetos de desenvolvimento estatal, de maneira que as primeiras escolas de medicina veterinária foram fundadas com objetivo de desenvolver pesquisas voltadas ao melhoramento genético e adaptação de raças, aumentando a capacidade produtiva dos criatórios a partir do século XX, ao mesmo tempo em que promoveu a alteração de áreas naturais com a mesma finalidade. Buscando compreender o processo de tecnificação do espaço, desenvolvido por um conjunto de meios instrumentais e sociais, que resultaram na manipulação e artificialização de ecossistemas tem-se o objetivo de explicitar o papel da mediação tecnológica nas relações que são construídas entre sociedade e natureza, bem como entender de que forma a adoção de novas técnicas produtivas dialogam com outras tradicionalmente existentes, resultando na transformação de campos naturais em áreas de pastagens.

Desertificação em Gilbués – PI: Degradação dos Solos, Impactos Econômicos e Socioambientais

Dalton Melo Macambira, daltonmacambira@msn.com, Universidade Federal do Piauí - UFPI

A desertificação é um dos maiores problemas ambientais do mundo na atualidade. Nesse sentido, pretende-se estudar a história da desertificação em Gilbués, localizado no sudoeste piauiense, numa região de transição entre a caatinga e o cerrado. O início da degradação dos solos na região começou nos anos de 1940. Sendo assim, questiona-se: qual a origem da degradação do solo em Gilbués e quais os impactos econômicos, sociais e ambientais? Quais as ações do poder público para mitigar os efeitos desse processo e as alternativas tecnológicas geradas? Em função do longo período de convivência com a desertificação, qual a percepção da população frente ao problema? Embasado nessa problemática, as hipóteses assentam-se em que esse fenômeno está associado a fatores antrópicos e naturais; que existem alternativas tecnológicas capazes de reverter esse problema; e que o período de convivência da população com o referido fenômeno deixou marcas perceptíveis na cultura local. Assim, objetiva-se estudar os impactos econômicos e socioambientais decorrentes do uso dos recursos naturais, a geração de tecnologias alternativas e a percepção de segmentos sociais frente ao ambiente degradado. Para tanto, far-se-á levantamento bibliográfico e da legislação, de planos, programas e ações do poder público, relativo à temática, e utilizar-se-á a teoria e a metodologia da história ambiental, além de realizar entrevistas para identificar as diversas percepções sobre o fenômeno.

Entre a sustentabilidade e a justiça social: um modelo de agricultura da Comissão Pastoral da Terra (1975-2015)

Marcio Henrique Bertazi, marcio.bertazi@usp.br, Escola de Engenharia de São Carlos (USP)

A gênese da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no ano de 1975 coincidiu com um período de intensificação do processo de violência no meio rural brasileiro, meio cuja estrutura fundiária vinha sendo historicamente fundamentado em grandes propriedades de terra não necessariamente produtivas – verdadeiras reservas de valor. A violência que se intensificava colocava em risco a persistência (e recriação) da pequena produção (pequenos proprietários, posseiros, meeiros, arrendatários) ao mesmo tempo em que aumentava o grau de exploração da mão de obra familiar e assalariada. A CPT frequentemente municiou-se criticamente contra os instrumentos de política agrícola que não conseguiam progressos maiores, exceto em culturas e regiões específicas. A partir da análise de conteúdo dos 222 números do Jornal Pastoral da Terra (1975-2015) discutimos como que da presença junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais na luta pela terra, a CPT encontrou em sua própria prática a ecologia enquanto um problema político e social. Duas filosofias parecem ter entrado em choque: a terra de trabalho (uma terra possível de se viver em plenitude) e a terra de negócios (de exploração capitalista). De fato, parece existir uma substituição das defesas da pastoral: de uma terra meramente produtora de bens para uma terra repleta de significados e realizações, com a instituição de uma agricultura sustentável. Existe, inclusive, uma proposta de ética ecoteológica, capaz de enxergar um universo

mais complexo, a partir do qual as relações que ocorressem entre as pessoas e entre as pessoas e a natureza exigissem uma dimensão de mutualidade e interdependência, e não de dominação. Da mesma forma, parecem não ser possível à CPT uma defesa ambiental desconectada das demandas sociais. A proposta de sustentabilidade na leitura do grupo só pode se dar a partir da luta pela justiça social, uma luta que se coloque a todo o tempo em combate ao sistema vigente.

Espacializando cultivos e culturas: Geografia Histórica do Vale do Paraíba do Sul oitocentista

Lucas Santa Cruz de Assis Brasil, brasilucas@gmail.com, PUC-Rio

Sucessivos ciclos econômicos, em um processo híbrido de construção sociedade-natureza, se tornaram muitas vezes a matriz da paisagem, legando marcas características na mesma. A cultura do café apresentou grande produtividade no Brasil pela primeira vez na cidade do Rio de Janeiro. À medida que as terras férteis da cidade se exauriam, o café rumava para novas locais. Ao atingirem o Vale do Paraíba do Sul os cafeicultores seguiram o modelo de apropriação de matas já conduzido em terras cariocas, resultando em alterações profundas na paisagem e nos ciclos geohidroecológicos. Embora este processo de transformação tenha sido intenso tanto na dimensão espacial quanto nas alterações ambientais, tal paisagem necessita ser complexificada. Existiam também outros cultivos e formas de manejo, dentro dos limites da grande propriedade ou fora deles. O objetivo deste trabalho é reconhecer estes cultivos, as culturas a eles associadas e, evidenciando a agência de outros atores na configuração desta paisagem, buscando localizá-los na mesma. Tais atores manejavam os recursos de acordo com a atividade exercida e valores próprios, gerando marcas na paisagem distintas das oriundas da cultura cafeeira. A metodologia consistiu em revisão bibliográfica sobre o tema e análise de manuais agrícolas, apostilas com orientações e técnicas, influentes no Brasil oitocentista. A pesquisa mostrou que o saber empírico colonial desenvolveu uma compartimentação da paisagem, espacializando os cultivos de acordo com evidências pedológicas e topográficas dos terrenos. Além do café, as grandes propriedades comumente desenvolviam roça de milho, aipim, feijão e cana-de-açúcar, além de reservarem parte do terreno para pastagem dos animais. Africanos escravizados, camponeses livres e tropeiros são exemplos de agentes que devem ser considerados como partícipes na produção da paisagem oitocentista do Vale do Paraíba, por atuarem segundo costumes e lógicas diferentes dos da monocultura cafeeira.

História Agroambiental Global da Sojicultura: o caso da pesquisa agrícola no século XX

Jó Klanovicz, klanov@gmail.com, Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro)

De planta cultivada em áreas circunscritas até o século XIX, a partir dos anos 1930 empresas agrícolas e industriais e estados nacionais transformaram a soja (*Glycine max.*) em cultura agrícola global. Com aplicação na indústria de alimentos para humanos e animais, no ramo têxtil, de tintas, de automóveis, de lubrificantes e de combustíveis, a soja suplantou o milho e o algodão em várias regiões dos EUA, nos antigos campos nativos da Argentina, onde antes havia florestas no Brasil e continua expandindo-se na Rússia, América do Sul, África e Ásia, ocupando mais de 6% da área agrícola do planeta. A sojicultura é caracterizada por mecanização, concentração de terras, relações financeiras e tecnológicas entre setores estatais e privados, pesquisa e desenvolvimento com consequências socioambientais significativas de uma nova forma de cultivo de commodity. É vetor para uma história global das monoculturas. Nesta comunicação analiso o evento da sojicultura global, impulsionado ao longo do século XX, do ponto de vista de uma história agroambiental global, a partir da circulação de plantas, de técnicas, de saberes. Meu foco aqui é a natureza circulatória, política e socioambiental da pesquisa agrícola contemporânea ligada à soja, não deixando de incorporar, para isso, eventos conectados a esse fenômeno, tais como transformação do uso da terra, desmatamento, relações estado-setor privado no que diz respeito ao financiamento de pesquisa e desenvolvimento, riscos historicamente construídos em torno do cultivo em grande escala. A soja, nesse sentido, é um veículo perfeito para discutir história ambiental das commodities agrícolas, na medida em que é um evento histórico complexo e repleto de emaranhados ligados a escolhas sobre o que, quando, como, por que e para quem produzir alimentos no século XX. Para discutir o tema, utilizo dados sobre uso da terra, plantio, produção e organismos geneticamente modificados, documentos de arquivo ligados à soja nos EUA, Brasil e Argentina.

História Ambiental da APA do Pratigi: Momentos de Sufoco no Corredor Baiano de Mata Atlântica

*Marcos Vinícius Andrade Lima, marcos.braganca1@gmail.com, Universidade Federal de Sergipe
Natane Brito Araujo, britonatan@gmail.com, UEFS; Marjorie Cseko Nolasco, mcn@uefs.br, UEFS*

O presente trabalho põe em perspectiva a historicidade da Área de Proteção Ambiental do Pratigi, situada na microrregião do Baixo Sul da Bahia. Diante da influência de fatores agressivos, como a entrada do capital privado, imbuído do braço estatal, sob a égide da Governança Participativa, esse território passou por intensa exploração madeireira a partir de 1944. Muito disso, se deve ao aparecimento de sujeitos como Norberto Odebrecht, que colocou essa zona na rota da exploração madeireira pela Odebrecht, utilizando-se de sua extinta razão social SAICI (Sociedade Anônima Ituberá Comércio e Indústria). Posteriormente, buscando parceiros nessa empreitada neoliberal, Odebrecht expôs a região ao capital estrangeiro internacional para empresas do ramo pneumático, a exemplo da Firestone e da Standard Oil. Hoje, a Odebrecht e a Michelin cumprem um marcante papel junto à Fundação Odebrecht na promoção da educação ambiental para jovens, visando sua empregabilidade na própria região sob a ótica do ensino profissionalizante, nos grandes latifúndios entre seringueiras e cacauzeiros. Assim, este artigo alinha-se ao entrecampo da História Ambiental, que une as demandas sociais as naturais, dilatando suas interdependências e inter-relações. Para tanto, analisa-se as ações de sujeitos responsáveis pela degradação desse estreito, especificamente, na segunda metade do século XX, tomando por base determinações legislativas, bem como suas limitações práticas na gerência e controle das matas.

(I)migrantes e os arrozais - discursos sobre o arroz e as transformações na paisagem cultural de Joinville, Santa Catarina (Séculos XIX e XX)

Alanna Fernandes Duarte, alannahistoria@yahoo.com.br, Prefeitura Municipal de Joinville; Mariluci Neis Carelli, mariluci.carelli@gmail.com, Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE

No processo de plantio e colheita do arroz, podem ser consideradas diversas formas de expressão do trabalho dos homens sobre a terra, no qual modificam a natureza. São paisagens historicamente produzidas que podem representar identidades culturais de diferentes grupos e/ou indivíduos ao longo do tempo. Em Joinville (SC), o arroz tem sido relacionado há alguns discursos sobre (i)migrantes na cidade, principalmente enquanto uma prática introduzida por “descendentes de italianos” que se expandiu na paisagem do bairro Vila Nova durante o século XX. Contudo, por meio do diálogo com as fontes históricas, podem ser reconhecidas outras práticas e “paisagens do arroz” em Joinville desde o final do século XIX. Neste trabalho, propomos analisar alguns dos principais discursos produzidos sobre os arrozais e suas relações com os (i)migrantes na paisagem do Vila Nova, bairro situado ao oeste da cidade de Joinville (SC).

Impactos ambientais resultantes da mineração e da indústria ceramista no Vale do Rio Tijucas / SC

Annemara Faustino, annemaraf@gmail.com, FURB; José Francisco Hilbert, eng.josefh@gmail.com, FURB; Rafael Francisco Cardoso, rfcardoso23@gmail.com, FURB; Odacira Nunes, odacira@terra.com.br, FURB; Juarês José Aumond, annemaraf@furb.br, Professor

O presente artigo aborda os resultados obtidos no estudo sobre os principais impactos socioeconômicos e ambientais da mineração e da indústria ceramista no Vale do Rio Tijucas, em Santa Catarina. É apresentada uma análise do ciclo econômico da indústria cerâmica, o modo de produção e os efeitos econômicos. Faz-se uma análise dos principais eventos que marcaram e evolução da produção cerâmica e os impactos socioeconômicos e ambientais no município. Foi possível verificar a diferença entre o crescimento econômico e sua influência nos impactos ambientais e socioeconômico para o desenvolvimento regional do Vale do Rio Tijucas.

O "vestido perfeito": notas sobre o projeto de reforma agrária do Conselho Florestal Federal

Filipe Oliveira da Silva, filipe_oliveira_da_silva@hotmail.com, UFRJ

Na década de 1960 a expressão “reforma agrária” era largamente apropriada por diversos grupos sociais, abrangendo proprietários de terras, parlamentares, intelectuais e trabalhadores rurais. Tal fato, tornava a sentença um vocabulário polissêmico, convencional e frequente no repertório linguístico da política brasileira. Diante das distintas concepções que a envolviam, a intenção deste trabalho é, fundamentalmente, examinar os modos com os quais o Conselho Florestal Federal interpretou e teceu esta terminologia. Busca-se, portanto, investigar as motivações e interesses do projeto de mudanças das relações agrárias proposto pela instituição de proteção à natureza que tinha sido criada em 1934. Apesar de esquecido na historiografia e memória social, o vestido tecido pelo Conselho, à moda reformista, imbricava noções de “justiça social”, desenvolvimento econômico e combate ao corte irracional das florestas. Argumenta-se que o projeto idealizado ajustava-se aos interesses norte-americanos e das elites agrárias nacionais, por meio da tentativa de minimização das tensões sociais do campo, contenção das aspirações socialistas, iniciativas de

modernização das técnicas agrícolas, além do estímulo de linhas de crédito e isenção fiscal às áreas reflorestadas ou nativas. Para corroborar tal hipótese, empregam-se, basicamente, quatro corpus documentais, a saber: os dossiês realizados pelo organismo, as correspondências trocadas entre os integrantes da agência estatal e o ministro da agricultura, os artigos dos conselheiros publicados em periódicos, bem como as atas da instituição. Ao cotejá-los, pode-se, assim, costurar o projeto de reforma agrária considerado perfeito pelo Conselho Florestal Federal.

O discurso político sobre agricultura e extrativismo na Província do Amazonas (1850-1889)

Nasthya Cristina Garcia Pereira, nasthya_cristina@hotmail.com, UFAM

Como a relação homem-natureza no Amazonas foi representada pelo segmento político do Império formado pelos presidentes de província? Porta vozes do projeto de civilização do Império brasileiro, os presidentes e seus relatórios serão os fios condutores para a compreensão da imagem ambivalente desencadeada pela percepção que tiveram acerca da relação da população nativa com o meio natural. A província surge nesses discursos como uma região com enormes possibilidades naturais e humanas e, ao mesmo tempo, como uma imagem adversa: ora é apresentada como um lugar deserto e decadente, ora, como o lugar do porvir. A natureza era especialmente percebida sob o ângulo da abundância: rica em madeiras, em número de rios para a navegação e para a pesca, em produtos inumeráveis para o extrativismo e, primordialmente, com uma grande vocação para a agricultura, devido às imensas extensões de terras. Na percepção dos presidentes, esse ambiente não se apresentava propício para o progresso somente em virtude do que ele oferecia, mas, sim, pelas possibilidades de sua transformação. Todos os trinta presidentes vislumbraram um grande futuro para o Amazonas. Quanto mais a população da província adotasse modos de vida civilizados, sobretudo, como as práticas agrícolas, a natureza deixaria de ser a causa da ociosidade e barbárie em que se encontravam não só os grupos indígenas, como também os outros extratos sociais, pois na visão dos presidentes havia um uso perdulário do ambiente natural. Tal diagnóstico derivava da percepção da população como extensão da natureza, a qual também precisava ser dominada e disciplinada. Os relatórios transmitem representações da realidade da província no período de quatro décadas. É importante salientar que não houve mudança nos discursos em relação ao ambiente natural, tampouco nas imagens emitidas sobre a população. Contudo, houve uma preocupação acerca de ações mais objetivas para a ordenação da natureza e do meio social nas duas últimas décadas do Império.

O expansionismo da soja na região do alto Irani, Santa Catarina. Consequências sociais e ambientais desta cultura agrícola.

Tiago João Benetti, tjbenetti@hotmail.com, Universidade Federal da Fronteira Sul

A região Oeste de Santa Catarina, mais especificamente nas proximidades da cidade de Xanxerê, gradativamente, a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, significativas alterações na constituição das culturas temporárias, principalmente com a introdução, em grande escala do cultivo da soja, modificando inclusive, as formatações das comunidades agrícolas e o tamanho das propriedades que ali existiam, conseqüentemente, alterando a paisagem natural definitivamente com o avanço dos campos cultiváveis por essa nova tendência de cultivo em latifúndios e médias propriedades. Este estudo é dedicado a pesquisa acerca das motivações que induziram o plantio em grande escala da Soja na região proposta e os reflexos na paisagem local e formação social das comunidades rurais onde ocorreu o expansionismo agrário.

O Instituto Nacional do Mate e a economia ervateira brasileira (1938-1967)

José Antônio Fernandes, jose_jaf@usp.br, USP

Inserindo esta apresentação no contexto da economia brasileira século XX, mas também havendo espaço para economias estaduais, é nosso objetivo apresentar resultados parciais da pesquisa sobre a economia ervateira brasileira e o Instituto Nacional do Mate (INM), órgão criado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo para agir como autarquia centralizadora das decisões envolvendo o produto, que incluíam todas as fases (a produção, o beneficiamento, o comércio e a exportação). Isso porque o INM surgiu em meio a problemas profundos relacionados à erva-mate, entre os quais: dependência de três mercados tradicionais (Argentina, Uruguai e Chile); perda crescente de seu principal mercado, a Argentina, que vinha substituindo o produto brasileiro pelo que plantava e colhia em Misiones; necessidade de expansão do consumo no mercado interno brasileiro; e a necessidade de conquistar novos mercados. Assim, embora de maneira

introdutória, focamos nas ações adotadas pelo Instituto em seus anos de existência (1938-1967) e analisamos quais as medidas tomadas em relação às classes interessadas de produtores e industriais/exportadores.

O lado negro da Mata Atlântica: os legados da escravidão na paisagem do litoral sul do Estado do Rio de Janeiro

Joana Stingel Fraga, joana.sfraga@gmail.com, PUC-Rio; Rogério Ribeiro de Oliveira, rro@puc-rio.br, Professor Associado

Quando nos referimos aos legados da escravidão na paisagem do sudeste brasileiro, o mais natural é nos remetermos às consequências socioecológicas dos sistemas de plantation. No entanto, as intervenções históricas na Mata Atlântica não se limitam exclusivamente à devastação causada pelas culturas voltadas para exportação, ainda que estejam direta ou indiretamente ligadas a esse sistema socioeconômico. Nos séculos XVIII e XIX, Paraty e Angra dos Reis (RJ) contavam com uma economia voltada à produção de aguardente, que passou a ser utilizada como moeda de troca nos mercados de escravos na África. Com a abolição da escravidão esses engenhos foram abandonados e os escravos libertos puderam permanecer como ocupantes de fato, o que significou a esses grupos o acesso à terra e a capacidade de reprodução de suas famílias. Em Paraty, atualmente podem ser encontradas ruínas de antigos engenhos de aguardente em meio a florestas secundárias, muitas vezes em estágio avançado de sucessão. A combinação desse legado histórico com as condicionantes ambientais da região resulta nas maiores taxas de cobertura florestal do Estado e uma enorme concentração de comunidades tradicionais que hoje sofrem com a especulação imobiliária decorrente do avanço do turismo. Se em tempos históricos esses locais serviam à demanda de uma sociedade escravista, atualmente são de fundamental importância para a manutenção da diversidade biológica da Mata Atlântica e cultural das comunidades que ali residem.

Os Cerrados e a Grande Aceleração

Claiton Marcio da Silva, claiton@uffs.edu.br, Universidade Federal da Fronteira Sul

Este artigo tem por objetivo discutir a história do avanço da fronteira agrícola em direção aos campos cerrados e seu papel na intensificação da ação humana relativa aos processos de governança dos ciclos biogeoquímicos – a Grande Aceleração. Mais especificamente, este trabalho discute como a pesquisa em fertilidade dos solos, o incentivo à migração sulista e a intensificação da monocultura, ocuparam papel central na ruptura com os processos tradicionais de ocupação de campos e savanas na região central do Brasil. Por fim, observa-se como tais elementos serviram como instrumento para a consolidação de programas de desenvolvimento não limitado aos cerrados, mas como modelo para a expansão agrícola em áreas de savana nos continentes Americano e Africano.

Para uma Arqueologia das Florestas Secundárias da Mata Atlântica

Christopher Lesser, cless@berkeley.edu, Universidade Federal Fluminense/UC Berkeley

Os discursos entorno da lei 12651 de 2012, incluindo os ADIs 4901, 4902, 4903, 4937 e o ADC 42, evidenciam uma retórica de solidariedade com a chamada agricultura familiar e uma preocupação com os efeitos sociais da legislação florestal para pequenos agricultores. Esta comunicação visa explorar as definições contraditórias da pequena agricultura no recente julgamento do Supremo Tribunal Federal. Argumenta que a escala da agricultura é efetuada pela nova legislação ao mesmo tempo que os efeitos ecológicos da escala da agricultura são invisibilizados na L12651 e nos debates que a envolvem. A leitura detalhada dos ADIs remete uma consideração das origens políticas da conservação no Brasil e a sua imbricação com a modernização da agricultura e a sua ambivalente relação com a concentração de terras e produção duma força laboral rural proletarizada. O presente trabalho reabre a questão dos efeitos sócio-ecológicos da legislação florestal e dos discursos e práticas conservacionistas anteriores a concretização desta legislação no século XX. A sua intenção é de considerar novas metodologias para descrever esses efeitos sócio-ecológicos em melhor detalhe e de forma que possam abrir mais a jurisprudência.

Florestas Secundárias, Ecologia Histórica, Legislação Florestal

Pecuária Bovina na Amazônia norte mato-grossense e degradação de recursos hídricos: implicações no abastecimento urbano das cidades de Alta Floresta e Colíder

Marisa Regina Kohler, kohlermarisa68@gmail.com, UNEMAT; Renata Maria da Silva, renatamaria.enzo@gmail.com, Universidade do Estado de Mato Grosso; José Aldair

Pinheiro, jpinheiral@gmail.com, Universidade do Estado de Mato Grosso
Aumeri Carlos Bampi, aumeribampi@gmail.com, Universidade do Estado de Mato Grosso

A crise hídrica, relacionada ao abastecimento urbano, é parte da crise ambiental, e não ocorre apenas em grandes metrópoles; atinge também cidades pequenas e médias no Brasil e no mundo. No Mato Grosso, essa situação explicita-se em pequenas cidades como Alta Floresta e Colíder, situadas no bioma Amazônia, oriundas do processo de integração do território à economia nacional pós década de 1970. O estudo é qualitativo, com revisão da literatura, estudo de caso e análise crítica e interpretativa do fenômeno. Como resultado, observa-se que profundas transformações foram operadas e impulsionadas pela inserção do modo de produção capitalista no território desses municípios, onde se fortaleceu a expansão da fronteira agrícola devido a populações migrantes, especialmente sulistas, que se deslocaram à Amazônia norte-matogrossense em busca de terra, trabalho e renda. Com a abertura de áreas e instalação de atividades econômicas voltadas à agropecuária, houve grande devastação do bioma amazônico, sendo a vegetação nativa substituída por cultivos agrícolas e de pastagens destinadas à pecuária bovina. Essa assolação provocou a perda de biodiversidade, diminuição da cobertura vegetal primária, com redução ou extinção das matas ciliares. Da mesma forma, os solos compactaram-se em virtude do pisoteio dos rebanhos, que se dirigem aos rios para dessedentação, provocando a erosão pela mudança da cobertura vegetal. As ações elencadas, aliadas a um manejo inadequado, potencializaram a interferência nos principais cursos de água que abastecem as cidades. Houve assoreamento, contaminação, diminuição do volume e interrupção do fluxo de água, trazendo implicações e racionamento às duas comunidades urbanas no tocante ao abastecimento de água.

Posseiros, Grileiros e Natureza no Processo de Territorialização na Bacia do Médio Rio Doce, Minas Gerais

Lenício Dutra Marinho Júnior, lenicio.junior@ifmg.edu.br, Universidade Federal de Santa Catarina

A análise das interações socioambientais e a racionalidade ambiental dos diferentes atores sociais nos processos de formação histórica dos territórios são fundamentais para a construção da história ambiental. O presente trabalho, pretende expor o processo de territorialização ocorrido no médio rio Doce, enfatizando a forma como os atores sociais (em especial dois grupos em conflito: posseiros e grileiros) se apropriaram dos recursos naturais e moldaram suas práticas sociais; apontando os impactos e riscos socioambientais presentes devido a esse mesmo processo na mesorregião do Vale do rio Doce, especialmente entre os anos de 1940 e 1960. O período investigado demarca o processo da frente pioneira de expansão urbana e fluxo de capital na região, que acabou levando rapidamente à passagem violenta de um modelo inicial de exploração da terra por posseiros: em pequenas propriedades rurais, com plantio e cultivo de culturas diversas destinadas à subsistência; para um modelo econômico de predominância da pecuária extensiva, aliada a indústria madeireira. Para tanto, a história ambiental nos fornecerá o referencial teórico e metodológico interdisciplinar necessário. Destaca-se dois procedimentos metodológicos centrais: estudo bibliográfico e pesquisa documental. Parcialmente, pode-se concluir que ambos os grupos em disputa na região, embora fizeram usos distintos dos recursos naturais disponíveis, estavam ancorados em uma mesma racionalidade ambiental que contribuiu decisivamente para a configuração atual do território da mesorregião do Vale do rio Doce e para a eminência de impactos socioambientais variados experimentados hoje.

Processos de Transformação da Paisagem: Condicionantes da Dinâmica de Uso da Terra em Área de Recarga e Descarga do Sistema Aquífero Integrado Guarani/Serra Geral (SAIG/SG) em Santa Catarina

Geovano Pedro Hoffmann, hoffmange@hotmail.com, UFSC

A pesquisa teve por objetivo investigar, através de mapeamento multitemporal, os condicionantes da modificação do uso e cobertura da terra e sua dinâmica físico-temporal em área de recarga e descarga do Sistema Aquífero Integrado Guarani/Serra Geral (SAIG/SG) em Santa Catarina. A avaliação foi realizada através da fotointerpretação de aerofotografias, do ano de 1957, e imagens de satélite de 1976, 1997 e 2017. Os resultados mostraram mudanças provocadas pela interferência de ações antropogênicas, decorrentes do processo histórico de ocupação e que acarretaram transformações da paisagem, próprias do local e de influências de processos de escalas espaciais mais abrangentes, inclusive ocorridas no mundo, e no Brasil, a partir da segunda metade do século XX. A expansão de florestas nas encostas, sobre a área de afloramento do SAIG/SG, onde antes havia a presença de pastagens e áreas cultivadas, sugere, por inferência, o melhoramento de processos de regulação do ambiente, como a recarga e descarga de água subterrâneas. Da

mesma forma, o estudo apresenta como pesquisas de configurações pretéritas da paisagem podem ser incorporadas nas avaliações ambientais.

Reforma agrária em terras degradadas. Um desafio para os assentados no vale do rio Doce.

Maria Terezinha Bretas Vilarino, tevilarino@yahoo.com.br, Universidade Vale do Rio Doce; Patrícia Falco Genovez, patricia.genovez@hotmail.com, Universidade Vale do Rio Doce; Michelle Nunes de Moraes, michelle-mg2@hotmail.com, Unisinos; Denis Boaventura da Silva, kaueboaventura@hotmail.com, Universidade Vale do Rio Doce; Arthur Minelli Araújo Gomes, r2_minelli@hotmail.com, Univale

Uma análise dos processos de ocupação e crescimento econômico da bacia do rio Doce, principalmente, a partir dos anos de 1930, mostra que aconteceram de forma extrativista em relação aos recursos da natureza (floresta, solo e água), sem levar em conta os possíveis reflexos futuros (ANA, 2001). Da segunda metade do século XX para cá, mantida a estrutura fundiária e as forças de produção rural assistiu-se ao período auge da atividade agropecuária, que associada a cultura de queimadas e ao capim-colômbio, levou após anos e anos de reprodução destas práticas a sérios problemas ambientais para a região. Na zona rural encontram-se vastas áreas em estado avançado de degradação dos solos, com áreas sem cobertura vegetal, cursos d'água assoreados, lagoas esgotadas ou eutrofizadas, desaparecimento de nascentes e processos erosivos generalizados. Da cobertura vegetal original, no médio rio Doce, restou 2,5%. O histórico de colonização da terra no Vale do Rio Doce, marcado pela pecuária extensiva, pela alta degradação dos recursos naturais e também pelo abandono de terras, gerou um quadro de grande devastação ambiental na região. A partir da década de 1990, o MST apoia a retomada de luta pela terra na região. Desse movimento resulta, nos dias atuais, 22 assentamentos de reforma agrária no vale do rio Doce. Entretanto, as áreas de assentamentos de reforma agrária possuem um passivo ambiental produzido anteriormente à chegada das famílias. Tais condições ambientais acarretam grandes dificuldades ao desenvolvimento da agricultura familiar em diversos assentamentos e acampamentos da região. O propósito desse trabalho é apresentar e discutir as condições ambientais encontradas em dois assentamentos de reforma agrária localizados no município de Governador Valadares, no vale do rio Doce. Apoio: CAPES; UNIVALE.

Relações com o ambiente e práticas agrícolas dos imigrantes italianos e seus descendentes na região de colonização do Vale do Taquari/RS

Janaína Trombini, janainet@universo.univates.br, Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES

Os imigrantes italianos chegaram a partir das últimas décadas do século XIX no Rio Grande do Sul e no Vale do Taquari e foram instalados na porção territorial situada na encosta superior do planalto, entre os vales do rio Caí e do rio das Antas. Desde que chegaram ao território, mantiveram relações com o ambiente e desenvolveram atividades agrícolas voltadas à subsistência e economia no Rio Grande do Sul bem como no Vale do Taquari. O Vale do Taquari é uma região localizada na porção centro-leste do Rio Grande do Sul, composto atualmente de 36 municípios e dividido por seis Microrregiões. O objetivo do estudo é analisar as relações dos imigrantes italianos e seus descendentes com o ambiente e as práticas agrícolas desenvolvidas na região de colonização do Vale do Taquari. A metodologia é qualitativa e os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica e utilização de diários de campo e entrevistas com produtores rurais descendentes de italianos. Como resultados parciais, com base em teóricos da história ambiental e da cultura, informa-se que os imigrantes italianos e seus descendentes estabeleceram relações direta ou indiretamente que acarretaram modificações no ambiente com a derrubada e queima da mata, extinção de animais e da utilização de agrotóxicos. Também mantiveram e atualizaram várias das práticas agrícolas voltadas para as atividades familiares como as produções de milho, feijão, soja e erva-mate.

Suínos no regime industrial: bem-estar animal e o Antropoceno

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, miguelmxdecarvalho@gmail.com, UFES

A proposta da comunicação é discutir a formação e as características do sistema industrial de produção de suínos, conhecido em inglês como "factory farms". Como estudo de caso, e com ampla pesquisa de fontes primárias, a análise é centrada na província de Ontário, no Canadá, um importante centro de difusão desse modelo em âmbito mundial. A partir dos elementos tecnológicos característicos do modelo industrial da produção de suínos são discutidas as repercussões em torno do bem-estar desses animais, bem como o contexto social crescentemente favorável a essa discussão nas últimas décadas. Além disso, são feitos alguns

apontamentos para entender a formação e consolidação do modelo industrial de animais no contexto do Antropoceno.

“Fungi in the Name of Progress”: The Proliferation of Pueblos de Ratas and the Continued Predominance of Ranching Latifundia in Uruguay

Samuel Thomas Brandt, samuel.t.brandt@gmail.com, Department of Geography, UCLA

This presentation is a history of the development of Uruguay's "pueblos de ratas", or informal settlements populated by the rural proletariat. In this, I discuss how the proliferation of pueblos de ratas was directly related to the consolidation of ranching latifundia, and the urban-biases of successive governments. I pay special attention to the ecological factors, and the relationships between forms of housing and agriculture and ranching. This paper serves as the beginning of a larger ethnographic project about MEVIR (Movement for the Eradication of Unhealthy Rural Housing), a program founded in 1967 that has caused dramatic changes in Uruguay's rural landscape. A. The Makings of the Pastoral City-State: The Emergence of Ranching Latifundia and an Urban-Rural Binary (1611-1830) a. The ecological conditions of the Colonial Eastern bank put in place a system of land dominated by latifundia and a political system dominated by urban interests that set the historical contingency for pueblos de ratas. B. Technological Unemployment and its Discontents: Fencing, the Asociación Rural, and the Displacement of the Rural Proletariat (1830-1903) a. Fencing and other technological improvements consolidated this latifundia, and pueblos de ratas, informal settlements populated by the displaced rural proletariat became a phenomenon of national proportions. C. The Stray Rats in Batlle's Social Laboratory: The Persistence of Pueblos de Ratas in an Urban-Centered Welfare State (1903-1967) a. The welfare state of the first two-thirds of the 20th century failed to address the issue of pueblos de ratas due to political compromise with large landowners, and the inherent urban focus of the Uruguayan state.

“Las penas y las vaquitas se van por la misma senda”: Sistema pecuário e transformação ambiental no vale central do Chile, 1950-1973

Jorge Olea Peñaloza, jorgeolea.p@gmail.com, Pontificia Universidad Católica de Chile

A pecuária, em sua forma tradicional, está associada a uma extensa atividade produtiva que busca que os animais se reproduzam com o mínimo de intervenção humana. No caso do Chile, a grande área é geralmente composta por terras de menor valor agrológico e também está localizada em terras com declives que não permitem a agricultura. Isto coloca a pecuária numa atividade que, do ponto de vista económico, se desenvolve como marginal em relação à agricultura e, do ponto de vista ecológico, situa-se como uma transição entre os territórios dedicados à agricultura e aos espaços naturais. A situação da bovinocultura no período tem três características: a primeira, é que sua produção, em valores brutos, apresenta um crescimento sustentado no período; em segundo lugar, mostra uma diminuição na área dedicada a essa atividade; e, finalmente, a produção de carne não tem uma correlação direta com o número de cabeças de gado na fase inicial. É por isso que podemos afirmar inicialmente que a pecuária no vale central do Chile se move a velocidades diferentes das mudanças estruturais nas atividades agrícolas. Este trabalho busca investigar a situação específica do gado bovino na zona central do Chile, especificamente nos momentos anteriores à reforma agrária. Através da análise dos dados dos censos agropecuários e com relatórios feitos por técnicos do Ministério da Agricultura, procurou-se responder a duas preocupações principais: entender a pecuária como um sistema produtivo e não apenas como a criação para fins económicos de um animal específico, e nessa linha, compreender as especificidades das transformações que a atividade vive em si e os ambientes em que se desenvolve. A ideia central é que as adaptações e transformações são assumidas por todo o sistema, ou seja, através de todos os seus agentes e sua interação com o ambiente.

03. Meio Ambiente, Alimentação e Saúde

Agroecologia: produção de alimentos orgânicos e emancipação feminina.

Daiana Paula Varotto, landovarotto@hotmail.com, Universidade Federal da Fronteira Sul

O presente estudo objetiva analisar a relação entre a participação da mulher na agricultura familiar e suas perspectivas de emancipação através de práticas sócio-econômicas na atividade agroecológica. Utiliza-se nesse trabalho como delimitação espacial o Alto Uruguai/RS e delimitação temporal os anos de 2005-2015 em justificativa as atividades desenvolvidas junto a agricultura familiar das depoentes. Enquanto procedimento metodológico utiliza-se o bibliográfico-investigativo e o uso de metodologia de História Oral temática. Nesse estudo foram entrevistadas dez mulheres residentes em quatro municípios da região Norte do Rio Grande do Sul. O estudo está em fase de ampliações para construção de dissertação de mestrado, com pesquisa de como essa forma de produção foi historicamente construída e inserida nestas propriedades.

As interfaces do veganismo: como a mudança dos hábitos alimentares afeta as relações interespecie, a saúde e o meio ambiente

Maíra Kaminski da Fonseca, mahkaminski@gmail.com, Universidade Federal de Santa Catarina

Essa proposta de pesquisa tem como escopo analisar a relação dos animais humanos com os animais não humanos a partir da cultura alimentar. A mudança de percepção, de sensibilidade e de contato com os animais não humanos vem mudando historicamente, e isso influencia diretamente nos hábitos alimentares e de consumo. Desde o início da chamada “Revolução Verde” em meados dos anos 1970, a relação dos seres humanos com o ambiente vem se transformando, e mudando as práticas em relação aos animais não humanos. Com o avanço dos debates, a questão da alimentação de uma forma mais “ecológica” vem ganhando força e espaço nas discussões acadêmicas e sociais. Uma das consequências desses debates é o aumento no número de pessoas que aderem ao movimento de libertação animal, abandonando hábitos de consumo arraigados na sociedade. Além da preocupação com a saúde, a adesão ao veganismo perpassa os âmbitos da ecologia, da ética, da sensibilidade e da degradação ambiental. Essa mudança é perceptível ao longo da História recente, e se torna interessante para pesquisas na área de História Ambiental, por estar também atrelada ao discurso ambientalista atual. Sendo assim, esse trabalho visa demonstrar, a partir de pesquisas em jornais, revistas, sites, blogs e entrevistas, partindo da perspectiva da História Ambiental e da História das Sensibilidades, como essas mudanças na alimentação afetam a relação entre animais humanos e não humanos, principalmente no que diz respeito ao abandono do consumo de produtos de origem animal, e o que isso implica na relação entre humanos e ambiente de uma maneira geral.

Efetividade da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em uma Comunidade Indígena do interior do Paraná

Larissa Buhner Danguy Karam, lari.dkaram@gmail.com, Unicentro; Fernanda Olga Burei, fernandaburei_@hotmail.com, Faculdade Campo Real; Luciana Belinski, belluc@hotmail.com, SESC

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é conceituada como um direito do indivíduo a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Deve ser baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e respeitando a diversidade cultural. A Política Nacional de SAN prevê em suas diretrizes, Programas e ações direcionadas a população de maior vulnerabilidade social, como os indígenas. No Brasil, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Chamada Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena e os Bancos de Alimentos (BA) são algumas alternativas para reduzir o índice de iSAN por meio da produção para autoconsumo, ou pelo repasse de alimentos. A Comunidade Indígena Marrecas, localizada no município de Turvo, interior do Paraná, abriga aproximadamente 123 famílias, perfazendo um total de 420 pessoas, que recebem alimentos advindos desses programas. Entre 2013 e 2017 os programas governamentais e sociais foram responsáveis pelo repasse de 116.866,75 kg de produtos diversos, respeitando a diversidade cultural, que equivale a uma média mensal de 4,6kg por habitante da Comunidade. Não existe atualmente qualquer projeto ou iniciativa que preste assistência técnica para a produção de alimentos da referida população estudada, o que impactaria positivamente no acesso à uma alimentação quantitativamente equilibrada, variada e saudável. Dessa forma os indivíduos ficam à mercê do que recebem como doações e daquilo que conseguem comprar com a venda

dos artesanatos. Tendo em vista que o repasse não é suficiente para suprir as necessidades alimentares (aproximadamente 3 kg de alimentos ao dia, por pessoa), os programas executados atualmente apresentam caráter complementares e não como garantidores da SAN.

Ensino de História na Educação Profissional e Tecnológica (EPT): Possibilidade de percurso a partir de uma Sequência Didática sobre a utilização de plantas medicinais no tratamento da disenteria.

Márcio Xavier Corrêa, marcioxcorrea@yahoo.com.br, Instituto Federal de Minas Gerais Campus Av. Itabirito

Pretendemos, com a realização deste trabalho, contribuir para as pesquisas no âmbito do Ensino de História, particularmente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica oferecida na modalidade integrada ao ensino médio. De forma mais específica, a proposta em curso situa a disciplina História no contexto da oferta dos cursos técnicos inseridos no Eixo Ambiente e Saúde do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Como objetivo, colocamos a discussão sobre a aplicação de uma sequência didática como estratégia de aprimoramento do processo pedagógico de ensino e aprendizagem, discutindo ainda possibilidades de ensino de História das Ciências da Saúde no âmbito da disciplina escolar História a partir da análise sobre o uso de plantas medicinais no tratamento da disenteria no final do século XIX. Como metodologias, o trabalho pauta-se na pesquisa bibliográfica e análise documental. Ainda no âmbito metodológico, consideramos a educação pela pesquisa, uma vez que o desenvolvimento da habilidade de pesquisar possibilita o desenvolvimento da autonomia intelectual. Esperamos que as discussões apresentadas neste trabalho possam tornar-se ponto de partida para outras pesquisas e estimular junto aos professores a utilização das sequências didáticas no fazer cotidiano.

Imaginários e práticas sobre alimentação saudável no mercado brasileiro

Marília Luz David, mariliadavid@gmail.com, UFRGS

O presente trabalho analisará os imaginários e práticas sobre alimentação saudável no mercado brasileiro, com foco nos alimentos orgânicos. A pesquisa de campo será realizada com empresas que comercializam orgânicos a nível nacional e local em Florianópolis, Rio de Janeiro e São Paulo. Contarão como fontes entrevistas com dirigentes de tais empresas e de certificadoras de alimentos orgânicos, material de publicidade impresso ou disponibilizado em suas plataformas online e redes sociais (Facebook e Instagram), além pesquisas de mercado e reportagens em jornais de circulação nacional sobre o mercado alimentar brasileiro. A análise destacará as transformações no imaginário sobre alimentos orgânicos no mercado brasileiro e, como parte do momento atual deste mercado, o imaginário da “comida de verdade”. Este imaginário está associado a alimentos frescos e/ou pouco processados, a estratégias para tornar os consumidores politicamente e eticamente sensíveis a questões relacionadas ao consumo alimentar, de maneira que pressupõe, por oposição virtual, uma crítica a outros produtos que não poderiam ser considerados “comida”. Veremos também que há uma hibridez no mercado, no sentido de que o imaginário e práticas associadas à “comida de verdade” se entrecruza com outras tendências mais recentes que também reivindicam o apelo à saúde como os alimentos sem glúten/lactose e clean label.

Industrialização dos Hábitos Alimentares da População Brasileira: a Relação entre Urbanização Contemporânea e Sistemas Alimentares

Felipe Perretto, fperretto@utfpr.edu.br, Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Nas últimas décadas, o Brasil passou por uma transição nutricional na qual os padrões alimentares mais tradicionais foram progressivamente substituídos por uma alimentação globalizada, voltada ao consumo de alimentos industrializados e processados, ricos em gorduras, açúcares e sintéticos. Aliada à diminuição progressiva de exercício físico, relaciona-se ao aumento do sobrepeso e obesidade. Essa mudança no padrão de consumo coloca a população brasileira em maior risco de doenças crônicas, segundo a OMS. Os poucos estudos realizados no país focam em problemas nutricionais da dieta, recentemente focam no padrão de consumo alimentar, explorando a dimensão da comida no modo de vida urbano e suas implicações nas práticas alimentares. O meio ambiente urbano é o cenário dessas mudanças. As condições do cotidiano implicam na relação do indivíduo com seu meio, refletindo no modo de comer e de relacionar-se com alimentação, induzindo alterações nas práticas alimentares. Alcançar a segurança alimentar em uma época de rápida urbanização exige consideravelmente mais compreensão sobre como os sistemas urbanos e alimentares estão interligados. O artigo se propõe a relacionar o cenário dessas mudanças com a abrangência das redes de supermercados, a alteração de dieta, problemas de saúde nos centros urbanos e cotidiano da

população brasileira. As interpretações são feitas por base na Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE, Ministério da Saúde e do Global Food Policy Report.

Mbyá-Guarani, alimentação e saúde

*Vandrea Amante Gabriel, van_ag@hotmail.com, Universidade Regional de Blumenau (FURB);
Marilda R. G. Checcucci Gonçalves da Silva, marildacheccucci@hotmail.com, Universidade Regional de Blumenau*

Apresenta-se resultados parciais de uma pesquisa de doutorado que tem por objetivo o estudo sobre a alimentação da criança Mbyá-Guarani no tekoá vy'a em Major Gercino, Santa Catarina, Brasil. Neste artigo abordaremos algumas questões que envolvem a diversidade de alimentos encontrados no período pré Cabral e pós contato entre a população autóctone e os colonizadores. A resistência dos Mbyá-Guarani enquanto grupo permanece até os dias atuais com hábitos relacionados à alimentação praticados cotidianamente mesmo com as constantes mudanças através da dinâmica da cultura e das transformações dela advindas. Com o aporte da pesquisa bibliográfica e observações realizadas em campo traremos algumas reflexões como parte de uma realidade muito mais abrangente e expressiva. Com base na metodologia etnográfica pretendemos refletir sobre a possibilidade de se estabelecer novos olhares para o território e o desenvolvimento regional.

O corpo e o alimento na Era das Dietas: uma análise de gênero e história ambiental

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz, lucianarfk@gmail.com, Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro)

Esta comunicação busca discutir, a partir das intersecções de estudos de gênero, história ambiental e história do corpo, as diferentes relações que homens e mulheres estabelecem com seus corpos em um momento da história global no século XX no qual novos jogos de poder que mesclam promoção do bem estar, institucionalização da segurança alimentar, interesses da indústria agropecuária e de alimentação, beleza e política se entrecruzam no período que estou denominando de a Era das Dietas desde os anos 1980. O alimento é vetor chave para discutir as relações entre corpos, homens e mulheres e pressões sobre a natureza, especialmente na medida em que desenham incremento, sobreposição, substituição de variedades agrícolas ou de produtos de origem animal. Nesse sentido, a ideia dessa comunicação é discutir as implicações e o papel de dietas na construção de corpos saudáveis, principalmente femininos, corpos esses que estão permeados por um discurso de profunda relação com a natureza. Em determinados momentos, certas dietas que são adotadas globalmente exercem influência na constituição de paisagens agropecuárias que interferem e são, por sua vez, desenhadas a partir do desejo de corpos masculinos e femininos, com profundas pressões ambientais em nome de um corpo ideal. Ainda em estágio inicial, problematizo aqui, num primeiro momento, publicações periódicas voltadas à promoção de dietas, de superalimentos e de corpos modernos tais como a revista Boa Forma, além de livros de dieta que circularam globalmente a partir dos anos 1980.

Rumo à gestão integrada e compartilhada de “commons” na zona costeira centro-sul do estado de Santa Catarina.

Fabiana Jacomel, fjacomel@hotmail.com, UFSC

O texto focaliza os complexos desafios envolvidos na criação de novos sistemas de gestão ao mesmo tempo integrada e compartilhada de zonas costeiras no estado de Santa Catarina. Parte-se da síntese de um estudo de caso do processo de ocupação irregular e conflituosa de uma área de banhado para a construção de um condomínio residencial de luxo no município de Garopaba. Levando em conta as especificidades e os retrocessos mais recentes da cultura política brasileira e catarinense, as autoras argumentam que as iniciativas de empoderamento e de exercício da ecocidadania plena por parte de usuários diretos de “commons” costeiros não têm se mostrado à altura dos impactos massivos do modelo neoliberal hegemônico. Em busca de saídas “improváveis, mas possíveis”, recomenda-se a formação de uma estratégia de aprendizagem transformadora ecologizada em “regiões-laboratório de gestão de commons”. A proposta colocada em debate pressupõe uma metamorfose do espaço cognitivo característico da modernidade industrialista, centrado numa percepção dualista da relação que mantemos com a natureza e na prevalência da “lei do mais forte” no manejo do patrimônio comum a todos os humanos.

Teleacoplamento das frutas orgânicas certificadas Estudo de Caso - Mercado Municipal de Curitiba - PR

Elaine Nunes Jordan, elainenjordan@gmail.com, Universidade Tecnológica Federal do Paraná UTFPR

De forma indireta, os produtos orgânicos são diferenciados e oferecem atributos relacionados à proteção do meio ambiente, sem agrotóxicos, adubos químicos, insumos geneticamente modificados e aditivo sintético. Como a agricultura convencional baseia-se na utilização de produtos químicos, os produtos da agricultura orgânica tem o diferencial associado ao aspecto nutricional e sensorial. As frutas orgânicas certificadas são produzidas em diversos estados do Brasil, oferecendo garantia para o mercado de produtos orgânicos e para as entidades associadas, com novas técnicas e harmonização internacional. Desta forma, o sistema local de produção, comércio e consumo, foi convertido para global, fazendo com isso a ligação de locais distantes, elencando o espacial com o social e relacionando escalas, as quais podem difundir informações relevantes de teleacoplamento e suas consequências sobre a proteção do meio ambiente e as políticas de segurança alimentar. O teleacoplamento costuma ser analisado entre países desenvolvidos e considera produtos padronizados. O objetivo deste estudo é conhecer os atributos espaciais do deslocamento das frutas orgânicas certificadas dentro do Brasil e entre os estados até o Paraná, na capital Curitiba e região metropolitana, o qual permitirá identificar os impactos e a sustentabilidade de todo percurso. Através do estudo de caso, busca-se entender com mais precisão o teleacoplamento das cinco bancas de frutas orgânicas do Mercado Municipal de Curitiba, e outros aspectos relacionados a sustentabilidade. O local de produção, estação do ano, transporte e o tipo de embalagem foram considerados. O estudo demonstra que o consumidor final parece estar mais interessado nas vantagens pessoais que os orgânicos oferecem, do que nos benefícios para o ecossistema. Na busca de um futuro mais sustentável será necessário que a decisão pela compra de frutas orgânicas certificadas inclua atributos sócio ecológicos.

04. Águas: usos e representações

Agronegócio (soja e pecuária bovina) e as relações com a água na Amazônia norte mato-grossense

Aumeri Carlos Bampi, aumeribampi@gmail.com, Universidade do Estado de Mato Grosso

O estudo buscou levantar elementos socioambientais que permitem uma descrição dos usos e as relações entre as atividades econômicas com a água, em específico na região meso norte mato-grossense. Buscou-se entender na drástica transformação da paisagem, os efeitos causados pelas atividades econômicas, que substituíram enormes parcelas da floresta amazônica e do cerrado, analisando o cenário e a potencial produção de vulnerabilidades hídricas na região. A região norte mato-grossense é lócus de atividades econômicas onde atuam intensamente as forças do agronegócio. É um espaço geográfico que apresenta sua configuração a partir de assentamentos de comunidades migrantes, em especial do Sul e Sudeste do país, ao norte mato-grossense. Com o processo de colonização (uso e ocupação), através de forte incentivo governamental no período do regime militar brasileiro, houve a busca da integração econômica. Para isso subsídios estatais permitiram a implantação de atividades econômicas que serviram a ampliação do espaço geográfico capitalista. Embora a intencionalidade primeira fosse a questão agrícola, primeiramente houve atividades de exploração florestal e mineral, concomitante ao desenvolvimento de atividades agropecuárias. Tanto a pecuária quanto a atividade agrícola demoraram a prosperar ao modo já desenvolvido nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, dadas as dificuldades de manejo, desconhecimento do regime de chuvas, características do solo, temperatura, dentre outras. O processo de transformação teve início na década de 1970 e constituiu uma rede de cidades (médias e pequenas), a partir da implantação do eixo rodoviário da BR 163, que serviram de aporte ao processo de uso e ocupação regional por comunidades migrantes que estabeleceram atividades altamente transformadoras dos biomas que impactarem consideravelmente aos recursos hídricos.

Barragens, mata ciliares e o mito da restauração da natureza pristina

Gilmar Arruda, arruda@sercomtel.com.br, Universidade Estadual de Londrina

A construção de uma barragem em um rio com a formação de um novo lago, como a represa de Capivara, no rio Paranapanema-PR, e o seu reservatório de aproximadamente 560 km², alteram os tempos biológicos e históricos e as dinâmicas da 'economia natural' do rio, constituindo um 'novo ecossistema'. O rio não existe mais, suas dinâmicas naturais, como a correnteza e movimentos hidrológicos, foram transformadas. Porém, apesar de estarmos diante de uma nova realidade ambiental, a legislação e medidas mitigadoras dos impactos ambientais continuam utilizando-se de concepções e conceitos, como o de 'mata ciliares', passíveis de serem aplicadas a realidade ambiental pretérita. Argumenta-se que a história ambiental pode contribuir, ao examinar

os conceitos/percepções- como o de matas ciliares em lagos artificiais- que informam práticas e políticas em relação ao mundo natural, para aprimorar as práticas e políticas demonstrando os mitos nos podem estar embasadas.

De Santana dos Olhos d'Água a "Santana dos Olhos Secos": A História de Feira de Santana narrada a partir de seus mananciais

Natane Brito Araujo, britonatane@gmail.com, UEFS; Marcos Vinícius Andrade Lima, marcos.braganca1@gmail.com, Universidade Federal de Sergipe; Marjorie Cseko Nolasco, mcn@uefs.br, UEFS

O presente trabalho tem por objetivo caracterizar a relação do município de Feira de Santana e seus mananciais hídricos, tendo em vista que a presença de água abundante, especialmente no que tange ao seus complexos de lagoas, nascentes e riachos, foi determinante para a ocupação da área, fornecendo água potável, lazer e até fonte de renda. Frente a isso, confronta-se o contexto atual de degradação e esquecimento disparado pela expansão urbana. Até a década de 1950, a cidade contava apenas com suas nascentes, poços e lagoas como forma de acesso à água potável. A chegada da água encanada mudou a relação dos feirenses com os mananciais hídricos. Se antes as nascentes e fontes eram fornecedoras de água potável, e, portanto, a preocupação sobre a sua manutenção e higiene era uma demanda popular junto aos órgãos públicos, após a implantação do sistema de canalização, a relação com os corpos d'água tornou-se distante, uma vez que a canalização surgiu como uma demanda da "civilidade". Para dar conta desse objetivo, este artigo alinha-se à História Ambiental, uma absorção pela ciência histórica das demandas sociais no que diz respeito à necessidade de se pensar no uso consciente e sustentável dos recursos disponíveis, possuindo assim um compromisso moral e político. A metodologia empregada é a análise histórica ambiental, na qual se aplicou a triangulação de dados e informações obtidos através de análises de documentos diversos, História Oral e geoprocessamento. O que intenta-se evidenciar, por fim, é que a descaracterização das lagoas e o seu anunciado desaparecimento demonstram uma deformação do papel do Estado enquanto gestor dos recursos hídricos, desprezando assim todo o potencial hídrico feirense - mais da metade das 120 já foram aterradas e ocupadas - mesmo que o município enfrente, regularmente, a ameaça de secas e escassez de água características de sua inserção no Semiárido baiano.

"Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas" e "Programa Proteja uma Nascente": considerações sobre duas iniciativas de conservação dos Campos de Palmas

Janete Chaves Carlin, Universidade Federal da Fronteira Sul, janetec16@gmail.com; Marlon Brandt, Universidade Federal da Fronteira Sul

Desde a formação das primeiras fazendas de criação a partir de 1840, a pecuária moldou a paisagem dos Campos de Palmas, localizado no Centro Sul do Paraná, cuja principal característica era a criação extensiva nas áreas de campos, com pouco ou nenhum manejo dos campos, à exceção do emprego do fogo. Situação que se alteraria, sobretudo a partir dos anos de 1970 e 1980, quando se vislumbra uma maior presença do setor madeireiro e agrícola, transformando de maneira significativa a paisagem. Dessa maneira, o artigo tem por objetivo analisar duas iniciativas recentes que se referem a conservação dos campos e florestas que compõe a região dos Campos de Palmas. São elas a criação do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, implementado pelo ICMBio, e o programa "Proteja uma Nascente", criado por um projeto de lei do município de Palmas.

Formação dos aquíferos Serra Geral e Guarani: uma volta ao passado

Janete Facco, janetefacco1@gmail.com, UFSC; Manuela Gazzoni dos Passos, biologamanu@gmail.com, Universidade do Oeste de SC

A utilização das águas subterrâneas é realizada há milhares de anos, porém, atualmente essa demanda aumentou consideravelmente, principalmente em regiões onde a qualidade da água superficial está comprometida mas continua sendo essencial para o desenvolvimento de atividades econômicas e para o abastecimento público, como nas regiões da Serra e Oeste Catarinense. A ocupação do Oeste Catarinense ocorreu de maneira não sustentável desde meados de 1912, com a chegada das empresas colonizadoras, trazendo inúmeras consequências e problemas vividos na atualidade. Diante disso, o objetivo do presente trabalho é apresentar a formação dos aquíferos Serra Geral e Guarani, na Bacia Geológica do Paraná, visando disseminar esse conhecimento para a população com o propósito de que os mesmos possam assim criar uma cultura de preservação e uso sustentável das águas subterrâneas. Em termos metodológicos, realizou-se uma

compilação da bibliografia, sendo necessário fazer um resgate histórico e teórico sobre os processos que deram origem às formações aquíferas na região Oeste de Santa Catarina, tendo como base um capítulo da tese de doutorado de uma das autoras.

Notas sobre a incipiente arte de estudar as águas na transição do século XIX para o XX: um estudo sobre o Rio Grande do Sul

Fabiano Quadros Rückert, fabianoqr@yahoo.com.br, UFMS

Na transição do século XIX para o XX, o advento da microbiologia e a comprovação da relação entre águas poluídas e a transmissão de doenças provocaram um grande impacto na percepção das relações entre o ser humano e as águas. Assim como ocorreu nos grandes centros urbanos do Brasil, a preocupação com a qualidade dos mananciais que abasteciam as principais cidades do Rio Grande do Sul ganhou espaço na imprensa sul-rio-grandense e nos documentos do poder público. A necessidade de atender uma crescente demanda por água potável coexistia com o problema da poluição hídrica, e, ambos demandavam respostas do saber científico e das instituições governamentais. Partindo deste contexto e explorando fontes documentais relacionadas ao Rio Grande do Sul, este trabalho aborda o processo de poluição das águas do Guaíba e ao uso deste manancial para abastecimento da população de Porto Alegre, destacando as discussões produzidas por médicos e engenheiros a respeito da teoria da transmissão hídrica de doenças e das obras de saneamento projetadas para a capital do Rio Grande do Sul.

O Pantanal Sul-Mato-Grossense: Patrimônio Natural e Elemento Identitário do Estado de MS

Caroline Cassoli Gonçalves, carol-cassoli@hotmail.com, Universidade Estadual do Centro-Oeste; Jó Klanovicz, klanov@gmail.com, Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro)

O trabalho a ser apresentado almeja entender as nuances do processo identitário da população do estado de Mato Grosso do Sul, a partir das peculiaridades locais, ao indagar se no patrimônio natural - destacando aqui o Pantanal como elemento fundamental na identificação de sua população enquanto sul-mato-grossenses - é possível encontrar a identidade cultural do estado. Questiono se, após a divisão do estado de Mato Grosso – tornando-se Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – no fim da década de 1970, há uma quebra na identidade da população? O que os identificava regionalmente? As características da regionalidade são construídas ao longo dos anos e permanecem na memória popular, edificando nos patrimônios históricos e culturais lembretes de sua história e de sua distinção para com outros locais. Mas, face à questão: quais seriam os patrimônios de um tão jovem estado como o Mato Grosso do Sul? Este trabalho busca entender o poder da regionalidade e da memória na identidade da população do estado, e se falando em Mato Grosso do Sul que cultura melhor o representa? Que memória pode melhor ilustrar essa questão? Será a identificação Pantaneira? O trabalho buscará apontar a partir de quais discursos e práticas essa identidade se constitui e em que momento ela se intersecciona com a identidade pantaneira; com a identidade do maior patrimônio natural no estado o qual também carrega em si toda uma cultura de vivência e história que se entrelaça com a história do estado antes mesmo de seu nascimento, fazendo assim parte de sua formação.

O rio Paraíba do Sul e as comunidades ribeirinhas: narrativas sociais e erosão costeira no norte fluminense

Susana Cesco, susanacesco@gmail.com, Universidade Federal Fluminense

O objetivo dessa pesquisa é analisar, do ponto de vista da História Ambiental, as mudanças ambientais e sociais envolvendo a região do litoral norte do estado do Rio de Janeiro no final do século XIX e primeira metade do século XX. Tendo como ponto central o município de Campos dos Goytacazes, o foco analítico está no entendimento das comunidades locais sobre a erosão costeira e o papel do rio Paraíba do Sul nas relações entre sociedade, natureza e cultura nessa porção do território que está desaparecendo e/ou se reconfigurando. O projeto que está sendo desenvolvido e é aqui apresentado objetiva também contribuir com a união de dois pontos importantes para a História da região que são as relações sociais e as comunidades tradicionais com a degradação ambiental tão evidente no delta do Rio Paraíba do Sul.

O rio que corre é o mesmo rio que morre: representações socioambientais em uma canção de Valdir Agostinho (Florianópolis, SC)

Luciano Py de Oliveira, lucianopy@gmail.com, UDESC

Esse trabalho tem como objetivo analisar as representações e usos das águas na canção "O rio que morre", de Valdir Agostinho (Florianópolis, SC), considerado um multiartista, atuando nas artes visuais, música e performance. As pandorgas são seu trabalho mais reconhecido e atualmente são verdadeiras obras de arte. Valdir também é compositor e cantor, apresentando-se de várias formas, seja solo acompanhado de seu violão, com duplas, trios ou sua banda, atualmente chamada de Bernúcia Elétrica. Fazendo um paralelo entre a vida do tempo passado e do tempo presente, esta canção, que corresponde à faixa 5 do CD "A hora do mané" (disponível na internet), demonstra uma preocupação com o meio ambiente. As ideias de ressonância e encantamento são aplicáveis quando pensamos em sua produção visual e poética. O quão ressonante pode ser um presépio feito inteiramente de "reciclagem", como Agostinho se refere à sua matéria-prima? A religiosidade representada dialoga com a preservação do meio ambiente: passado e presente unidos para projetar uma expectativa de futuro. Como não pensar no impacto causado ao se assistir a uma performance de Valdir, seja no Carnaval ou com sua banda, uma vez que seus figurinos são inteiramente feitos de reciclagem: não é esta uma das festividades que mais produz resíduos no Brasil? A canção analisada é carregada de imagens, pois fala de rios e manguezais, por um lado; aterro, carro vermelho sem espelho, por outro. Percebe-se a narrativa sobre um tempo passado, pois "tinha" manguezal e também a experiência da aceleração do tempo, pois "num piscar de olho", tudo estava mudado, "aterrado". Apresenta tempos e experiências contrastantes: a natureza, que antes era "a fonte da criação", hoje aterrada, sufoca o coração. Extinção que aparece duas vezes: enquanto premonição e enquanto analogia: "a extinção da pesca é a mesma do mané". Outra experiência perceptível se dá pelo êxodo para comunidades mais afastadas, a exemplo do Rio Vermelho, mencionado na canção.

Os rios na paisagem urbana: as modificações através do tempo em Chapecó, SC, Brasil

Manuela Gazzoni dos Passos, biologamanu@gmail.com, Universidade do Oeste de SC; Janete Facco, janetefacco1@gmail.com, UFSC

O objetivo deste trabalho foi apresentar a dinâmica das transformações das paisagens de rios urbanos de Chapecó, SC ao longo do tempo, contribuindo com informações para planejamento e tomada de decisão no presente e futuro. Chapecó possui 213. 179 habitantes, 7% residentes no rural e 93% no urbano. O levantamento das imagens dos rios antigos se deu através do Centro de Memórias do Oeste – CEOM. Nas imagens e notícias, percebe-se que ao longo do tempo, a paisagem dos córregos e rios urbanos em Chapecó foi alterada especialmente pela urbanização desenfreada, sem respeito aos planos originais. Fica evidente que a função dos rios no passado foi para servir de canal de escoamento do que não era necessário à população, o que se reflete culturalmente até nos dias atuais, visto que a população em muitos casos desdenha a presença do rio. Este fato talvez seja justificado por muitos destes rios terem sido ocultados da paisagem no município de Chapecó.

Para onde vai a água? Percepções e discursos sobre recursos hídricos em áreas de monocultura de pinus

Flavia Soares Ramos, flavia.soares.ramos@gmail.com, Universidade Federal de Santa Catarina Eunice Sueli Nodari, eunice.nodari@ufsc.br, Universidade Federal de Santa Catarina

A história social e econômica da região serrana de Santa Catarina está diretamente relacionada às suas características naturais e a exploração intensiva dos seus recursos, em especial pelos dois setores de maior influência econômica na região, pecuarista e madeireiro. Com a maior densidade de árvores exóticas do país, cujos maciços ocupam boa parte do seu território, este assentado sobre o Aquífero Guarani, o município de Otacílio Costa detém o título de Capital da Madeira. Neste trabalho, portanto, é feita uma reflexão acerca do modelo de desenvolvimento adotado e os impactos dele derivados, especialmente no que tange aos recursos hídricos, os quais já apresentam sinais de mudança quanto a sua disponibilidade, incidindo em períodos de estiagem, conforme noticiado pelos jornais analisados. Além dos jornais, essa constatação nos foi sublinhada por integrantes da Associação de Famílias Agricultoras de Otacílio Costa e extensionistas rurais em entrevistas realizadas em 2012 e 2013 para uma pesquisa sobre agroecologia. Nos chama a atenção a divergência quanto a responsabilização pelas mudanças climáticas: para os agricultores e extensionistas, em acordo com muitos pesquisadores, está relacionado com as monoculturas, para os jornais tratam-se de fenômenos naturais que devem ser enfrentados pelo conjunto da população através da economia doméstica. Além do cenário local, consideramos que no movimento global de transferência das monoculturas arbóreas dos países desenvolvidos - e maiores consumidores de seus derivados - para países do Sul, a água vaza no sentido inverso.

Rio Tocantins: História Ambiental e Geopolítica de Exploração

Kátia Maia Flores, katia@uft.edu.br, Universidade Federal do Tocantins

O rio Tocantins tem importância vital para a região norte do Brasil, principalmente para o estado do Tocantins, na medida em que o interliga de um extremo ao outro, atravessando o Planalto central, conectando-o com o extremo norte do Brasil e ao Litoral. Por esta razão é chamado o rio da integração norte \ sul. Esse rio de tamanha importância, não só para a região, como para o país, historicamente fez parte da geopolítica de ocupação e exploração econômica das regiões centrais do Brasil. Foi ainda, na colônia que o rio Tocantins apareceu como possibilidade de uso racional, centrado numa visão de natureza pragmática. Durante todo o século XIX a navegação do rio Tocantins foi reivindicada pela população do norte na esperança de aquecimento do comércio com os portos marítimos do norte do Brasil. No século XX as Usinas Hidrelétricas ocuparam importantes pautas relacionadas ao rio – são 5 construídas ao longo do rio Tocantins. Chegamos no século XXI e a transposição das águas para o rio São Francisco aquecem os debates políticos na Câmara e Senado Federal. Historicamente o rio Tocantins está presente em importantes capítulos da história nacional. Esse artigo pretende compreender diferentes narrativas que apontaram a incorporação do rio Tocantins ao processo de exploração das regiões interiores do Brasil, centradas na tentativa de posse e uso da natureza. Nesse sentido, a questão ambiental é pano de fundo de toda compreensão, na medida em que todas as ações públicas e privadas voltadas a incorporação do rio ao processo de integração da região foram concebidas a partir do pragmatismo, do utilitarismo e de uma redescoberta especulativa do mundo natural. Relatos de viajantes estrangeiros, cartas militares, diários de exploração constituem algumas das narrativas aqui analisadas, onde se buscou compreender, a diversidade dos contextos de produção e de formação de seus autores e o momento em que essas narrativas se entrecruzam.

Sistemas Hidráulicos das Plantations de Curaçao e Bonaire (Secs. XVII-XX)

Jaisson Teixeira Lino, lino@uffs.edu.br, Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um projeto que visa realizar um estudo dos sistemas hidráulicos que foram instalados nas plantations das ilhas caribenhas de Curaçao e Bonaire, que com outras três ilhas (Santo Eustáquio, Saba e parte de São Martinho) formam as Antilhas Holandesas. A investigação terá tanto um viés diacrônico, por meio do estudo da história em sua dialética entre mudança e continuidade entre os séculos XVII e XX, e sincrônico, com uma análise comparativa entre os sistemas hidráulicos de diferentes plantations de uma mesma ilha, e entre plantations de diferentes ilhas.

Usos da água: história do alto rio Jacuí

Marcos Gerhardt, marcos@gerhardt.pro.br, Universidade de Passo Fundo

Atualmente, parte da gestão dos recursos hídricos é feita de modo compartilhado. Os comitês de gerenciamento de bacia hidrográfica têm um papel importante nesta gestão, pois reúnem os diferentes usuários e os responsáveis pela conservação desse recurso. Pouco se conhece, contudo, sobre a história das bacias hidrográficas e os usos que a água teve no passado. Pesquisa-se, portanto, a partir dos referenciais conceituais e metodológicos da história ambiental, a trajetória histórica do alto rio Jacuí, ou seja, a parte inicial da bacia hidrográfica. Ele é um dos maiores rios do estado do Rio Grande do Sul, tanto em extensão quanto em volume de água, teve e tem expressiva importância social, econômica, ecológica e cultural para as sociedades humanas que viveram e vivem nas proximidades. Suas águas contribuem, intensamente, para a formação do rio Guaíba e da Lagoa dos Patos. O conhecimento científico produzido na pesquisa poderá subsidiar decisões, políticas e ações dos comitês de bacia, inclusive de conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade. O recorte temporal, de 1940 a 1990, considera um período de intensas transformações socioeconômicas no planalto rio-grandense, motivadas pela colonização por imigrantes de várias origens étnicas e pelo aumento da produção econômica. A metodologia de pesquisa, em andamento, consiste na interpretação de variada documentação, em especial de imagens, periódicos, documentos do Poder Judiciário, relatórios governamentais, legislação ambiental, cartas topográficas, plantas e mapas, bem como a interpretação da própria paisagem, tomada como fonte de pesquisa. A comunicação apresenta os resultados preliminares da pesquisa. Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí (COAJU).

05. Discursos, ideias e percepções sobre o meio ambiente

A Agenda 2030 e o meio ambiente na contemporaneidade

Dominichi Miranda de Sá, dominichi.de.sa@gmail.com, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

A comunicação pretende localizar historicamente as propostas contidas na Agenda 2030 e seus 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável. Trata-se de acordo internacional proposto pela ONU em 2015 e ratificado pelos 193 países membros da organização, inclusive o Brasil. Sob o lema “Ninguém deixado para trás”, o acordo contém 169 metas para erradicação da pobreza e da fome; promoção da agricultura sustentável; saúde e bem estar; educação equânime; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa; trabalho e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades sustentáveis; consumo e produção ambientalmente responsáveis; ações contra a mudança climática e o aquecimento global; vida na água; vida terrestre; paz e justiça e meios de implementação. O trabalho pretende discutir e analisar o conceito de desenvolvimento sustentável contido na Agenda, o processo histórico (ao menos desde a Comissão Brundtland [1983-1987] e seu relatório “Nosso Futuro Comum”) que lhe deu origem, os atores e organismos internacionais envolvidos na sua promoção, suas relações com Estados Nacionais e a tradição da governança global no pós-guerra, calcada no pressuposto da gerência das prioridades internacionais pelas potências econômicas dominantes. No que a Agenda avança, em termos políticos e econômicos, se comparada aos projetos conservacionistas existentes em produção científica ocidental de diferentes países ao menos desde fins do século XIX? Como se relacionam, no acordo, justiça social e desenvolvimento econômico? Como se compatibilizam crescimento econômico e preservação ambiental? Pretende também enfatizar a discussão no objetivo 3 da Agenda 2030 dedicado à saúde. Muitas das distopias ligadas à escassez vindoura dos recursos naturais referem-se a problemas de saúde – emergentes e reemergentes. Há articulação entre vulnerabilidades ambientais e a promoção de ações de saúde no documento?

A Amazônia é o Rio Amazonas? Discursos presentes no livro de Jacques-Yves Cousteau

Elisiane Zvir, elisiane07@hotmail.com, Universidade Estadual do Centro Oeste-UNICENTRO; Jó Klanovicz, klanov@gmail.com, Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro)

A expedição Amazônia (1982-3) foi o maior empreendimento comandado pelo oceanógrafo francês Jacques-Yves Cousteau e sua equipe. Entre as expedições organizadas pelo ambientalista, a repercussão dessa incursão foi notória, tanto pelos resultados obtidos como também pela tecnologia utilizada no projeto. A expedição documentou tanto as maravilhas da fauna e da flora amazônicas, excedendo o sentido original voltado às águas, e é importante por ser um projeto ambientalista autorizado por um governo militar plenamente desenvolvimentista, marcado por pressões autoritárias sobre o mundo natural. Da expedição resultaram documentários, filmes, livros, revistas e diversas matérias de jornal, que vão desde a negociação com o governo federal brasileiro para a realização da expedição até polêmicas em torno da presença de Cousteau em meio à comunidade científica brasileira. Levando em conta que a Amazônia pode ser considerada um bioma particular, o objetivo desta pesquisa é discutir os resultados da expedição que foram publicados pelo oceanógrafo, sua compreensão ambiental, e a construção de uma leitura específica sobre a região amazônica como hidrosfera. Quais são as ambiguidades do ambientalista? Quais são suas relações com um governo autoritário, em termos do que produziu e do que publicou sobre a Amazônia no período? Para a leitura dessa produção, utilizamos uma perspectiva de história ambiental voltada ao debate sobre as águas amazônicas.

A criação de parques nacionais como estratégia de desenvolvimento: os casos do Parque Nacional

Nahuel Huapi (Argentina) e do Parque Nacional de Itatiaia (Brasil); Ingrid Fonseca Casazza, ingrid.casazza@gmail.com, PPGHC/UFRJ

O objetivo deste trabalho é pensar a criação de dois parques nacionais na América Latina como estratégia de desenvolvimento regional e mesmo no contexto de projetos desenvolvimentistas em âmbito nacional. O primeiro, apontado como o primeiro parque nacional latino americano, foi criado em 1903, porém, efetivado por uma política oficial de parques nacionais apenas em 1934. Está localizado no Noroeste da Patagônia

argentina, na divisa com o Chile e a região na qual foi criado era habitada até fins do século XIX somente por índios nativos e animais selvagens. Na ocasião de sua consolidação, na década de 1930, a região remota e pouco habitada ainda representava um risco para o governo e a consolidação do parque ocorreu como estratégia de ocupação do território e desenvolvimento de alternativa econômica a partir da associação entre conservação e turismo. O segundo, primeiro parque nacional brasileiro, foi criado em 1937. Está localizado na divisa entre os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, em uma área de extrema raridade ecológica e paisagística. A criação do Parque Nacional de Itatiaia deve ser compreendida a partir de suas relações com a política governamental de gestão da natureza então implementada e atrelada ao projeto de desenvolvimento da Era Vargas. Além disso, é preciso situá-la em um processo de revitalização econômica do Vale do Paraíba que culminaria na industrialização regional iniciada com a criação da usina siderúrgica de Volta Redonda em 1942 e na consolidação do turismo como indústria local. Este trabalho é motivado pela percepção de que a concepção de parques nacionais, os efeitos sobre a natureza pretendidos a partir da criação destas áreas protegidas e mesmo a ideia de proteção à natureza refletem os contextos nacionais e os interesses políticos, econômicos e científicos dos diversos grupos sociais que se envolvem nestas questões.

A segregação e expulsão de grupos indesejados na idealização da natureza urbana no Rio de Janeiro Imperial

Bruno Capilé, brcapile@gmail.com, Pesquisador colaborador

Durante o século XIX, as principais cidades do mundo tiveram seu território reconfigurado para atender às demandas de crescimento populacional, déficit habitacional, problemas sanitários, dentre outras. Ao longo dessas questões, a medicina e a engenharia foram reformuladas de maneira a se posicionarem como as ciências responsáveis pela resolução dos problemas urbanos. No Rio de Janeiro, importante cidade portuária e capital do Império do Brasil, a idealização do território urbano por médicos e engenheiros significou que alguns elementos urbanos eram desejados - largas avenidas, moradias planejadas, certos grupos sociais -, enquanto que outros eram indesejados - lavouras e animais rurais, cortiços e outras moradias consideradas insalubres, ecossistemas alagados. Estes idealizadores da natureza urbana compunham o quadro técnico do Estado imperial, assim como ocupavam posições de destaque na política urbana. Embora os saberes dos idealizadores sejam profundamente influenciados por ideias e ideais europeus e norte-americanos, o novo modelo de cidade carioca contemplou os problemas sionaturais locais de maneira distinta e específica. A busca pelo controle e transformação da cidade idealizada suprimiu a espontaneidade da natureza urbana através de leis municipais e imperiais, e, principalmente, pelo discurso técnico-científico que traduzia e reduzia o ambiente sionatural para os interesses dos grupos dirigentes. Esta comunicação mostrará como as políticas públicas urbanas imbuídas desse discurso hegemônico geraram segregação e exclusão de distintos grupos. Para tanto, abordarei como estudo de caso argumentativo a história dos indesejados urbanos, em particular a expulsão de humanos, plantas e animais, e ecossistemas alagados do espaço urbano.

África ilustrada: representações dos povos e do meio ambiente nas páginas do Occidente, 1878-1915.

Maysa Espindola Souza, maysaespidolasouza@gmail.com, Universidade Federal de Santa Catarina

Situada no número 43 da Rua do Loreto, em Lisboa, funcionava a tipografia do periódico “O Occidente: revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro”. Contando com a edição de Francisco António das Mercês, Guilherme de Azevedo, Manuel de Macedo e Caetano Alberto, a revista foi publicada de janeiro de 1878 a julho de 1915. O objetivo das publicações era “afirmar a individualidade moral do povo português e o seu modo de ser no concerto da civilização”, a partir de gravuras e textos literários as publicações contemplavam não só o território europeu de Portugal, mas também os seus domínios ultramarinos na África e Ásia, além de outros lugares, como indicado em seu título. As publicações como um todo continham elementos dos discursos que defendiam a expansão do Império e a obrigação moral que Portugal pretensamente teria de “civilizar” outros povos. O discurso da civilização presente na revista equiparava as populações da África e da Ásia à fauna e a flora destes mesmos locais, em outras palavras, retirava dos povos autóctones a agência e os colocava a disposição da administração portuguesa. Tal percepção não era exclusiva ao periódico, ela fez parte dos discursos sobre ambiente que parecem ter sido amplamente difundidos entre os europeus letrados do final do século XIX e início do XX. Assim, esta pesquisa se propõe a analisar como as populações e o meio ambiente africano foram representados nas páginas da revista ilustrada, compreendendo que esta análise só pode ser empreendida de modo relacional, ou seja, a partir das representações que se fez sobre “brancos-negros”, “europeus-africanos”, “homens-mulheres”, “civilizados-selvagens”, entre outras. As

publicações tiveram papel importante na construção do imaginário dos portugueses sobre a África e os africanos e dimensionar os elementos que constituíram essas imagens é de fundamental importância.

As contribuições da ciência e da tecnologia para a história ambiental

Marcia Regina Rodrigues Da Silva Zago, marciazagoz@gmail.com, Universidade Tecnológica Federal Do Paraná; Lidia Lima, lidia395@gmail.com, Universidade Tecnológica Federal do Paraná Lúgia Marcelino Krelling, ligiak.supremo@gmail.com, Prefeitura Municipal De Curitiba

A ciência e a tecnologia estão intimamente ligadas e fazem parte de uma história ambiental de investigação aberta. Das interrelações no ecossistema terrestre, os múltiplos aspectos em desenvolvimento. Nesse pensamento, a sociedade e natureza vem sofrendo influências e consequentemente influenciando (LEFF, 2001; MORIN, 2001). A história ambiental, enquanto campo de pesquisa sobre as relações entre a ciência e tecnologia, sociedade e natureza, apresentam destaques significativos, com a história natural descrita por Charles Darwin, Charles Lyell, Alfred Russel e Wallace (entre outros). Os estudos, apresentam uma reflexão educativa contextualizada sobre a formação e transformação das paisagens, das formas antigas, elevação dos níveis dos mares, (gênese das montanhas, erosão, formação das rochas, eras glaciais, e extinção de espécies, etc.). Deste modo, para que a história ambiental possa ser estudo de reflexão e ação das relações e múltiplas dimensões da realidade local e global, se faz necessário problematizar os temas emergentes socioambientais. Também é preciso que a pesquisa (ciência) ande junto, estudando as situações e fornecendo dados para embasar as tomadas de decisões e direções, de modo que a própria sociedade possa ampliar, qualitativamente questões de Educação Ambiental contribuindo para o desenvolvimento da cidadania. O objetivo do presente artigo foi analisar os discursos e percepções sobre a relação da história ambiental entre a ciência, a tecnologia e a sociedade em uma lógica evolutiva, de acordo com a visão de autores das áreas. A abordagem temática deste artigo foi desenvolvida por meio da realização de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa, do tipo de pesquisa descritiva. Após os estudos e pesquisas verificou-se que a ciência que gera a tecnologia e a sociedade que precisa de ambas podem afinar-se numa caminhada histórica mais convergente para o conceito de desenvolvimento territorial local e global, de forma a conseguir aliar as questões sociais, ambientais e econômicas, preferencialmente de modo que esses três pilares possam coexistir numa mesma proporcionalidade.

As Estações de Marcovaldo: diálogos entre Literatura e História Ambiental

Jonatã Vieira Cledes, jonatavcledes@hotmail.com, Escola de Ensino Médio Macário Borba (Escola Jovem)

A presente pesquisa objetiva analisar as interações entre o ser humano moderno e a natureza através da obra do escritor italiano Ítalo Calvino “Marcovaldo ou as estações na cidade”, publicado originalmente em 1963. Elencar-se-á para reflexão as construções socioculturais representadas sobre a natureza expressa metaforicamente no personagem Marcovaldo. Do qual, projeta no meio natural, a fuga a rotina mecanizada e fragmentada característica da sociedade de consumo entre as décadas de 1950/1960. Conceituada pelo Historiador inglês Eric Hobsbawm como a Era de Ouro do modo de produção capitalista. Utilizar-se-á para elaboração dos objetivos propostos, referenciais teóricos da História Ambiental, entre eles, Donald Worster, quando propõe o estudo das percepções mentais, ideológicas, culturais e cognitivas, que as sociedades humanas constroem sobre a natureza. E, para estabelecer a conexão entre História e Literatura, utilizar-se-á, referenciais da História Cultural, entre eles, Sandra J. Pesavento, que salienta a estrutura narrativa como o elemento que interliga a ciência histórica e a produção literária. Sendo assim, propõe-se o estudo da literatura como fonte para a produção em História Ambiental, pois esta, de acordo com Pesavento, apresenta uma particular especificidade em sua forma de representar o imaginário de diferentes sociedades dotada de uma leveza característica.

Considerações sobre o Conceito de Percepção: a partir de um trabalho em História Ambiental

Daniele Brocardo, danielebrocardo@gmail.com, Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE
Esta comunicação visa discutir alguns dos conceitos usados na pesquisa intitulada “Percepções Sobre as Transformações na Paisagem: o processo de extração da floresta”. Tal pesquisa está sendo desenvolvida para a construção de uma tese na área de história e objetiva investigar diversas percepções sobre as transformações

na paisagem, que abarca o ecótono da Floresta Ombrófila Mista-FOM com a Floresta Estacional Semidecidual-FES, entre as décadas de 1950 a 1990. Tendo como recorte para o estudo o espaço que compreendia o município de Cascavel no estado do Paraná, em tal período. Estas transformações ocorreram a partir, principalmente, das ações de indústrias madeireiras e da agricultura. Para chegarmos ao objetivo da pesquisa, analisamos as seguintes fontes: acervo online de fotografias, entrevistas de história oral e jornais impressos. No entanto, para essa comunicação queremos pensar o conceito de percepção, que é chave para essa pesquisa. Como é desenvolvido por alguns autores, como se articula com outros conceitos e quais suas implicações no desenvolvimento desse estudo. Assim, dialogamos com os seguintes autores e suas respectivas obras: Yi-Fu Tuan, “Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente”; Henri Bergson, “Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito”; Simon Schama, Paisagem e Memória.

Descrição da paisagem como prática de poder

Dora Shellard Corrêa, pdscor@uol.com.br, Vertente

Partindo de Denis Cosgrove, que critica a concepção de que paisagem é um conjunto de formas visualizadas empiricamente e objetivamente apreensível através de métodos científicos, e de Anne Cauquelin que afirma a historicidade do cenário avistado, tanto das formas percebidas, quanto da escala e da orientação, iremos analisar as descrições do norte, noroeste, oeste e centro do território do estado do Paraná elaboradas pelos sertanistas de João da Silva Machado, o Barão de Antonina, na segunda metade do século XIX. A exposição de John Elliot e de Joaquim Francisco Lopes, contratados pelo barão, será discutida tendo em conta o seu contraste com os relatos dos homens de Afonso Botelho Mourão que atravessaram essa região entre 1765 e 1772 e dos jesuítas que fundaram ali reduções no início do século XVII. Nosso primeiro objetivo é evidenciar que a transformação da paisagem natural descrita não se confunde necessariamente com a transformação da natureza, embora os relatos dos testemunhos também estejam apoiados na referência a elementos tangíveis. E segundo, propomos questionar a permanência em nossas narrativas atuais de imagens que estão enraizadas naquelas descrições elaboradas no século XIX, ou até antes, que contêm muito mais do que somente formas naturais visualizadas.

Do sal ao cloreto de sódio: o discurso de dominação da natureza na formação das salinas artificiais fluminenses. (1850-1900)

Hana Mariana da Cruz Ribeiro Costa, hm.ribeirocosta@gmail.com, UFRRJ

A presente pesquisa é parte do trabalho de dissertação de Mestrado, realizado no CPDA/UFRRJ. Temos por objeto a expansão da produção salineira no entorno da Lagoa de Araruama, onde hoje se localizam os municípios de Saquarema, Araruama e Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX. O objetivo consiste em investigar o discurso da industrialização e da dominação da natureza e de seus recursos, fomentado pelo governo Imperial e posteriormente Republicano presente no final do século. O crescimento das salinas artificiais durante os 30 últimos anos do século XIX, denota a gênese de uma das principais indústrias da região. Os esforços empenhados na modernização da produção salineira no Rio de Janeiro podem ser acompanhados através de periódicos, assim como o debate sobre o domínio da natureza e da higienização do sal. A região analisada destaca-se dentro da história do mercado interno desde os tempos coloniais através da atividade salineira. Durante o século XIX, a salicultura vai chamar a atenção da elite Imperial e atrair investimentos públicos e privados. Antes disponível na beira das lagunas em salinas artificiais, o sal passa a ser cercado e extraído por métodos cada vez mais modernos. Buscamos aqui analisar o domínio sobre a natureza nos discursos de industrialização fomentados por instituições como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e que vão aos poucos sendo aplicados à Região dos Lagos Fluminense.

Eldorado e Terra da Promissão: os símbolos e mitos do Oeste na conquista geográfica do Brasil Central

Sandro Dutra e Silva, sandrodutr@hotmail.com, Universidade Estadual de Goiás e Centro Universitário de Anápolis

O Oeste como símbolo e mito assumiu, na primeira metade do século XX, um importante papel ideológico. As políticas de mitificação do Oeste procuraram identificar esse território com um novo Eldorado no Brasil Central, sobretudo por meio de concessão de lotes de terra para a exploração agrícola. O mito da terra da promessa foi reproduzido em narrativas, discursos e literaturas da época. Essa nova forma de olhar e perceber o hinterland brasileiro, não mais como sertão, mas sim como Oeste, ressoava as estratégias

simbólicas da construção de um novo mito, o da terra prometida. Nas narrativas literárias, mas também nos discursos que tratavam do tema, a colonização do Oeste era divulgada como o deslocamento para um território próspero, o “eldorado”, a terra da provisão. Esse trabalho procura identificar elementos simbólicos na construção do mito da terra da provisão, identificando narrativas e personagens que ajudaram a fabricação dessa imagem. As fontes utilizadas são os relatórios de bandeirantes, jesuítas, burocratas, Presidentes de Província, viajantes naturalistas, geógrafos, bem como textos literários, da imprensa e de comissões científicas que constituíram um construto de narrativas para a constituição dessa imagem.

Engenharia, Natureza e Progresso no Litoral do Paraná (1871-1879)

Evandro Cardoso do Nascimento, evandrohistoria@hotmail.com, UFPR; Cristina Frutuoso Teixeira, cristinatufpr@gmail.com, UFPR; Natália Tavares de Azevedo, natytav@yahoo.com.br, UFPR

Na província do Paraná, entre os anos de 1871 e 1879, surgiram vários projetos que visavam melhorar a sua infraestrutura (ferrovias e portos) para viabilizar o progresso econômico. Tais projetos criaram rivalidades políticas entre as elites econômicas locais, principalmente das cidades de Paranaguá e Antonina, que disputavam os investimentos governamentais. Neste contexto, o litoral paranaense foi objeto de vários estudos de engenharia que descreviam a região e apresentavam propostas indicando os possíveis traçados para a ferrovia e locais para a construção de portos. Este artigo analisa, a partir da abordagem da história ambiental, dois relatórios que foram resultados destes estudos: o relatório do engenheiro Eduardo José de Moraes, elaborado em 1874; e o relatório do engenheiro Barão de Teffé, elaborado em 1877. O objetivo é identificar o lugar da natureza nestes projetos, partindo de uma perspectiva crítica quanto à ideologia do progresso. Conclui-se que esses engenheiros construíram seus estudos e relatórios com um discurso que buscava separar o conhecimento científico da prática política. Seus argumentos utilizavam a autoridade científica, legitimada pelo próprio conhecimento da natureza, para negar seus papéis políticos e indicar os caminhos para o progresso.

Entre cartas, mapas e notícias: leituras e sentidos coloniais dos sertões da Capitania do Ceará Grande (1760-1799)

Antonio José Alves de Oliveira, ajalvoliveira@gmail.com, Universidade Federal de Santa Catarina

Na segunda metade do século XVIII, a Coroa portuguesa projeta uma série de investigações sobre o mundo natural, principalmente acerca das regiões interiores de suas possessões, os sertões. A presente pesquisa tem como objetivo investigar como a apropriação destes espaços nas Capitânicas do Norte do Brasil, principalmente na Capitania do Ceará Grande, rearranja espacializações da “conquista” do território. A Capitania do Ceará Grande encontrava-se encravada entre duas grandes porções administrativas da América portuguesa, o Estado do Maranhão Grão-Pará e o Estado do Brasil, e durante muito tempo vista como um lugar de passagem e não atrativa para o plantio da cana-de-açúcar. No século XVII e na primeira metade do século XVIII os mapas coloniais apresentavam os sertões como territórios indígenas evidenciando uma certa relação entre o espaço e seus habitantes, assim como as possibilidades de negociação com os indígenas. No último quartel do século XVIII, apresentam o mundo natural de maneira distinta, principalmente como possibilidades de exploração de recursos naturais através da produção agrícola e a mineração, uma forte mudança na relação com os sertões e com os seus antigos habitantes. As principais fontes para compreensão deste processo são uma série de mapas e a correspondência entre administradores coloniais e representantes da Coroa no reino. A pesquisa também busca atentar para aspectos ambientais experimentados pelos administradores coloniais no processo de produção destas informações, materializadas nas “notícias gerais” e na cartografia dos territórios, principalmente entre 1760 e 1799. Assim, na perspectiva da História ambiental, da História da Cartografia e da História Social das Ciências almeja-se investigar a produção e circulação de ideias, valores e percepções do mundo natural e do mundo social materializadas nas representações cartográficas e nos escritos acerca dos sertões das Capitânicas do Norte e principalmente na Capitania do Ceará Grande.

Expedição Científica Roosevelt-Rondon: um olho na natureza e outro no papel

Ilsyane do Rocio Kmita, kmita.sy@gmail.com, UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

O intuito da proposta consiste em apresentar as percepções, ideias e discursos da obra “Nas selvas do Brasil”, que traz o registro, as informações e as análises de Theodore Roosevelt sobre os aspectos da natureza no Brasil, especialmente da exploração geográfica do oeste de Mato Grosso, quando da expedição científica nominada pelo governo brasileiro e realizada juntamente com Rondon. Tal expedição foi classificada pelo

editor do prefácio da primeira edição de 1914 e traduzida em 1948, Apolônio Salles, Ministro da Agricultura, como sendo de “interesse científico e, sobretudo, do sabor esquisito da aventura em terra estranha” realizada por um estadista ilustre por regiões desconhecidas, em busca de exemplares zoológicos, e explorando a geografia e as zonas ainda não conquistadas pela civilização. Um estadista que se dizia um observador inteligente da terra e do homem, acompanhado por um padre, dois naturalistas e um explorador ártico, juntando-se a eles Rondon e auxiliares. Ampliando-se o grupo, a expedição tomou um caráter de exploração geográfica, no oeste do Mato Grosso e do Amazonas. Coube também ao editor do prefácio da edição datada de 1948 uma observação e a comparação da visão política de Roosevelt e de Vargas sobre o desenvolvimento econômico da referida região.

História Ambiental e Paisagem Cultural: a Rota do Incenso (2005-2018)

Paulo Henrique Martinez, martinezph@uol.com.br, UNESP

No deserto de Negev, as ruínas das cidades do antigo Império Nabateu – Haluza, Minshit, Avdat, Shivta – e que hoje integram a “Rota do Incenso”, constituem uma paisagem caracterizada pelas práticas de sofisticada agricultura irrigada, povoamento, urbanização e circulação mercantil do mundo helenístico e romano naquela porção do Oriente Médio. As referidas cidades articulavam-se em elos de uma ampla e extensa malha de rotas de comércio das caravanas de incenso e especiarias, subdividindo-se em inúmeras rotas subsidiárias e complementares que uniam a costa leste do Mediterrâneo, a partir de Gaza, com a península arábica e a Índia, entre outros destinos, entre 300 AC e 200 DC. A sua inscrição no Patrimônio Mundial, em 2005, é portadora de forte simbolismo político de sustentabilidade baseada na integração regional pelo comércio, a ciência e a tecnologia na superação das hostilidades à vida humana em ambientes de aridez extrema. A pesquisa é desenvolvida com auxílio da Fapesp (Processo 17/17176-5).

História da Legislação Florestal Brasileira: os desafios de um quadro interpretativo

Ely Bergo de Carvalho, carvalho2010@yahoo.com.br, Universidade Federal de Minas Gerais

Fazer uma história da legislação florestal no Brasil passa por enfrentar o anacronismo, de interpretar toda a legislação pretérita como se fosse uma legislação ambiental. Tendo como eixo central os três Códigos Florestais federais republicanos, o de 1934, 1965 e 2012 o presente trabalho debate os projetos e linhas de forças que tornaram possíveis cada um dos códigos. As fontes utilizadas foram: a análise comparativa das leis em diálogo com a historiografia e entrevistas com os agentes envolvidos na elaboração da legislação. Trata-se de uma pesquisa em andamento, que explora algumas hipóteses interpretativas. Para os dois primeiros códigos, por um lado a historiografia corrente tem enfatizado o lobby de um pequeno grupo de cientistas e tecnocratas preocupados com a proteção da natureza como fator explicativo da legislação, por outro lado, a ênfase aqui é dada nos projetos desenvolvimentistas e interesses de setores industriais e agrícolas nos benefícios das leis. Para o terceiro código a emergência de uma efetiva legislação ambiental no Brasil, a partir de 1979, criou uma reação conservadora que levou ao embate entre o agronegócio e o ambientalismo, o que esteve na gênese do atual código.

José Lutzenberger e a demarcação da Terra Indígena Yanomami (1990-1992)

Elenita Malta Pereira, elenitamalta@gmail.com, UFSC; Débora Nunes de Sá, nunesdesaa@gmail.com, Universidade Federal de Santa Catarina

A Terra Indígena (TI) Yanomami, instituída oficialmente em 1991, pelo então Presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello, possui aproximadamente 9,4 milhões de hectares de superfície, perpassando os estados do Amazonas (AM) e Roraima (RR) até a faixa de fronteira com a Venezuela. Faz parte do bioma da Amazônia e possui como fitofisionomia predominante a Floresta Ombrófila Densa. Nessa TI vivem mais de 20 mil indígenas Yanomami. A homologação das terras foi resultado de uma intensa luta dos indígenas, defendida por organizações indigenistas e por ambientalistas, no Brasil e exterior, dentre os quais José Lutzenberger, que, entre 1990 e 1992 ocupou o cargo de Secretário do Meio Ambiente, com status de Ministro, durante o governo Collor. Lutzenberger assumiu a instituição da reserva Yanomami como uma de suas principais metas como Ministro. A homologação das terras, no entanto, gerou conflitos e especulações por parte de alguns membros do Exército Brasileiro, representantes do governo e da sociedade civil. O presente trabalho analisa e interpreta as ações de José Lutzenberger como Secretário do Meio Ambiente, na defesa pela demarcação das terras Yanomami e as críticas voltadas a ele. Utiliza como principais fontes documentos do Acervo Privado de José Lutzenberger (APJL), em especial reportagens veiculadas por periódicos nacionais e

internacionais que analisaram sob diferentes perspectivas a demarcação da TI Yanomâmi. Este trabalho está inserido no projeto “José Lutzenberger: Um mediador entre o ambientalismo brasileiro e global (Déc. 1980-1990)”, financiado pelo CNPq.

Natureza, entropia, metabolismo e a História Ambiental

Roberto Carlos Massei, rmassei@uenp.edu.br, Centro de Ciências Humanas e da Educação/UENP

Esta comunicação tem por objetivo empreender uma reflexão sobre natureza, entropia, metabolismo e sua relação com a história. Trata-se de uma proposição teórica. A História Ambiental tem estudado a presença do humano, seu comportamento em relação ao ambiente e as alterações das paisagens e dos ecossistemas do planeta, sobretudo. Pretende-se problematizar o modo como esses trabalhos de História Ambiental vêm sendo feitos: suas fontes, sua metodologia e seus suportes teóricos e apontar novas possibilidades para seu estudo. Para isso, cabe ressaltar uma ferramenta importante: a chave interpretativa que tem o metabolismo [social] como eixo para compreender a ação do homem ao longo do tempo. Além desse conceito, oriundo da biologia, é preciso agregar o de entropia. Há um fluxo enorme de matéria e energia e isso tem um impacto no ambiente. Poucos são os trabalhos que têm como preocupação a relação entre história, metabolismo e entropia e o modo como a sociedade, nesse período pós-revolução industrial – chamado informalmente de Antropoceno –, passou a consumir matéria e energia em quantidades cada vez maiores para produzir o que precisa e o que não precisa. Esse processo, histórico por definição, gera todo o mundo material – e imaterial – e é “operacionalizado” pelo trabalho e pela técnica. Seguindo Marx, o trabalho é fundamental para agregar valor. Ele é também energia despendida e gera riqueza, expropriada pelo capitalista. É o motor da acumulação de capital. A História Ambiental deve se voltar para esses aspectos e destacar que as sociedades transformam matéria e energia em alimentos, abrigos, artefatos técnicos de todos os tipos e tudo o que é necessário para a sobrevivência humana, ou seja, para a constituição da sua cultura material.

O Antropoceno brasileiro

Kaian Luca Perce Eugênio, kaian_k2k@hotmail.com, Universidade Federal de Ouro Preto

Esta comunicação busca expor o Antropoceno, temporalidade em que os humanos alteraram a composição química, física e biológica do planeta e viraram um agente geológico. Este fenômeno é uma consequência de uma relação conflituosa entre humanos e natureza, emergidas desde as narrativas de liberdade do Iluminismo e pela Revolução Industrial. A passagem do século XVIII para o XIX inaugurou o discurso das filosofias das ciências conduzido pelo progresso e pelo desenvolvimento que intensificou o uso da técnica sobre o mundo natural. Este momento coincide com o aumento brutal da extração de recursos naturais na biosfera do planeta. No Brasil, este fenômeno fez aumentar os conflitos, os desastres, os crimes, a desigualdade e a degradação do ambiente na tentativa do progresso e do desenvolvimento sonhados pelo Iluminismo. Atualmente, o sistema capitalista, a imensa população no planeta, a alta demanda por energia, água e alimentos e a expansão urbana forçam a capacidade de suporte que os ecossistemas possuem para suplantarem a vida. No Brasil, os corpos hídricos, as florestas, os campos, os corpos rochosos, a fauna e o solo estão sendo utilizados para além do seu limite de renovação natural gerado pelo ciclo da vida. Esta comunicação levanta questões a fim de compreender a humanidade não só como um construto social e político, mas enquanto espécie, e do ponto de vista da história profunda, ou seja, entender como as heranças culturais e biológicas da espécie humana das últimas centenas de milênios pode ajudar o historiador e os cientistas à problematizarem a responsabilidade, a disponibilidade e o compromisso da humanidade em pensar os desafios da gestão ambiental e da sustentabilidade para além do capitalismo e de suas possíveis formas e do imediatismo da política. Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, sob a orientação da Profa. Dra. Helena Mollo. Agradeço à UFOP e à CAPES pelo auxílio financeiro concedido a este trabalho.

O Antropoceno e as mudanças de atitude em relação aos animais: um estudo de caso em Chapecó - SC (décadas de 1950 e 1960)

Evania Muller da Rosa, evaniamuller@bol.com.br, UFFS

As décadas de 50 e 60 do século XX, no município de Chapecó foram marcadas por transformações, que embora com contornos regionalizados de fronteiras ¹, vincula-se a processos globais de interação animal humano entre si e com os demais elementos ecossistêmicos, o que se estende no tocante à animais não-humanos. A proposta é analisar transformações históricas as mudanças de atitude em relação aos animais: um estudo de caso em Chapecó - SC (décadas de 1950 e 1960) do período, no bojo de elementos

característicos no que mais recentemente discute-se por Antropoceno, conceito introduzido por Paul Crutzen, mais especificamente pelo viés da Grande Aceleração apresentada em 2016 por McNeill em coautoria com Peter Engelke em *The Great Acceleration. An environmental history of the Anthropocene since 1945*. Neste sentido, ao embasar a análise histórica na ótica dialógica em alguns elementos da Grande Aceleração, não exclui o entendimento que houve a interferência antropomórfica de transformação do meio em processos anteriores de interação do animal humano na região, o qual Jaci Poli denominou de ocupação indígena, ocupação cabocla e colonização no oeste catarinense, pois este posterior recorte temporal processual de 50 e 60, imprime desdobramentos das fases anteriores, com suas permanências e rupturas. Esta postura de análise com foco em elementos da Grande Aceleração, não anacrônica, viabiliza balizar a história local nas aprofundadas e exponenciais acelerações do contexto mundial em que se considera na relação com o intervalo na história da Terra caracterizada pela intensidade da interferência humana na ecologia, ou seja no Antropoceno. Assim como McNeill e Engeke, torna-se importante entrelaçar de forma dinâmica diferentes variáveis e ciências para a caracterização, compreensão e análise das mudanças de atitude em relação aos animais da cidade de Chapecó nas décadas de 50 e 60 a partir dos elementos latentes do Antropoceno no bojo da Grande Aceleração.

O conceito de paisagem e a identidade cultural: reflexões a partir do Bioma Pampa, RS, Brasil.

Diana Milena Reina Avila, dianareinaavila@gmail.com, Universidade Do Vale Do Taquari - UNIVATES

Os processos de ocupação humana e não humana tem sido estabelecidos em espaços onde os recursos que a paisagem proporciona, satisfazem as necessidades biológicas e culturais. No processo de interação continua entre o homem e a paisagem se constrói um sentimento com a terra, outorgando-lhe um sentido patrimonial. As marcas do tempo, impressas na paisagem, revelam uma construção histórica de arte, lembrança e ciclos de identidades vivenciados por aqueles que ali habitam. Neste sentido, a paisagem pode ser um referente de identidade, assim como uma composição cultural simbólica, dinâmica e transitória. Este trabalho, apresenta uma revisão teórica da evolução do conceito de paisagem e seu significado na contemporaneidade como um elemento chave na compreensão da identidade cultural, a qual se constrói com base nos elementos das paisagens. Cientes da multiplicidade de tipos de paisagens, nossa proposta é refletir sobre o assunto tomando como eixo o bioma Pampa e os elementos simbólicos da cultura gaúcha construída nesse contexto. Esta análise é inspirada em reflexões elaboradas como parte da fundamentação teórica do projeto de dissertação de mestrado. O conceito de paisagem como iremos apresenta-lo, vem sendo construído desde o século XV, principalmente por autores do pensamento ocidental. No entanto, temos consciência que a noção de paisagem esteve sempre presente na memória do ser humano, pois a essência do homem como um animal territorial deriva do seu relacionamento com o meio. Contudo a categoria de paisagem como conceito, vem sendo até hoje motivo de debate e discussões, tanto por diversos acadêmicos, quanto por pessoas do senso comum. As reflexões contemporâneas nos permitem entender a paisagem como um elemento de identidade cultural.

O “aventureiro mítico”: as aventuras de um “bandeirante moderno” no Brasil central

Luciana Murari, luciana.murari@puers.br, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Na década de 1930, diversas expedições exploratórias buscaram o Brasil central, com os mais variados objetivos: aventura, reportagem jornalística, prospecção mineral, pesquisa científica em temas como flora, fauna e geologia, estabelecimento de contato com tribos indígenas para fins de catequização e estudo etnográfico. Os membros dessas expedições eram designados “sertanistas”, em referência ao interesse despertado pelo interior brasileiro entre o público geral e estudiosos. O sertão era compreendido de forma genérica como um território desconhecido, selvagem, onde a força da natureza opunha violentos obstáculos à presença humana. Abordaremos nesse trabalho a percepção da natureza nas narrativas de viagem de Hermano Ribeiro da Silva, explorador paulista que viajou a Goiás e Mato Grosso, movido pelo interesse material e por um impulso de descoberta e conquista assimilado às supostas origens bandeirantes de sua família. Suas narrativas de viagem tiveram notável repercussão no país, e documentam seu percurso em direção a Mato Grosso e Goiás, coletando impressões sobre os diversos personagens com os quais estabeleceu contato e sobre o ambiente físico-natural da região. Observamos que, ao reportar seu contato com a natureza, o explorador assume diferentes perspectivas: a perspectiva paisagística segue concepções prévias e modelos culturais consagrados em torno do aspecto visual do sertão como um cenário; a perspectiva mental é elaborada a partir de ideias genéricas em relação ao impacto da natureza bruta sobre aquele que vive em seu interior, defendendo imagens em torno da violência e da grandiosidade dos “elementos”, aspectos físicos que em geral imprimiriam terror e incitariam ao recolhimento e à passividade; a perspectiva científica diz respeito

ao interesse por exemplares da fauna e da flora regionais, registrando as manifestações de admiração e/ou curiosidade de personagens que se dedicam ao exame individual de exemplares e espécies.

Os dilemas da preservação da natureza no caso da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (Rio Claro –SP)- De Horto Florestal a Patrimônio Ambiental (1974-2002).

Júlia Amabile Aparecida Souza Pinto, ju_amabile@hotmail.com, Servidora Pública - Prefeitura Municipal de São Paulo

Esta comunicação apresenta os resultados da pesquisa de mestrado sobre a história da preservação de um antigo horto florestal localizado entre as cidades de Rio Claro e Santa Gertrudes no interior de São Paulo, atualmente denominada como Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (FEENA). Esse espaço foi criado no início do século XIX pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro e administrado pelo engenheiro agrônomo Edmundo Navarro de Andrade. Atualmente possui um total de 2.230,53 hectares. A pesquisa procura problematizar os diferentes discursos sobre a salvaguarda da natureza presentes nas ações de preservação do horto florestal promovidas pelo poder público entre 1974 e 2002, evidenciando sua historicidade enquanto patrimônio ambiental urbano. O recorte temporal compreende, desse modo, os marcos principais da salvaguarda do antigo horto- a abertura do processo de tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) em 1974 e sua classificação como Floresta Estadual, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 2002. Entende-se que é nesse período que ocorrem as principais discussões relacionadas ao acatamento desse espaço natural pelos órgãos públicos estaduais no âmbito do patrimônio cultural e do meio ambiente. O patrimônio ambiental no caso do antigo horto apresentou os valores atribuídos a natureza pelas Instituições responsáveis pela sua salvaguarda no âmbito da cultura e da natureza; os caminhos e conflitos de sua gestão compartilhada; como as discussões sobre a preservação influenciaram nas mudanças e permanências de uso que esse antigo horto teve: primeiro ligado à ferrovia e recentemente à questão ecológica. As fontes utilizadas foram o processo de tombamento, o primeiro plano de manejo de 1985, correspondências entre CONDEPHAAT, FEPASA, Instituto Florestal, relatórios e atas de reuniões e o segundo plano de manejo de 2005.

Patrimônio Natural, Paisagem e História Ambiental: um estudo colaborativo entre Argentina e Brasil para a preservação do Parque Costero del Sur (Buenos Aires, Argentina)

Ana Marcela França de Oliveira, anamarcelaf@hotmail.com, CONICET/ CEAR - Universidad Nacional de Quilmes

Vive-se hoje em áreas da América Latina um momento em que se busca acelerar e expandir as produções agropecuárias ao mesmo tempo em que se tenta conservar ecossistemas ameaçados. A crescente criação de áreas de proteção nas últimas décadas indica uma preocupação e necessidade de manter saudáveis ecossistemas essenciais para a sobrevivência humana. A ideia da comunicação é apresentar o meu projeto de pós-doutorado iniciado recentemente. Deste modo, será discutido o objetivo central do presente projeto, que é resgatar a história ambiental do parque argentino Costero del Sur. Declarado pela Unesco como Reserva Mundial de Biosfera (MaB UNESCO) em 1984, o parque se localiza no Partido de Punta Indio, na Província de Buenos Aires. Seus cerca de 30.000 ha distribuídos sobre o ecorregião Pampa concentram uma biodiversidade única, compostos de paisagens exclusivas tanto no sentido estético quanto ecológico. Através da investigação sobre a transformação de suas paisagens e entorno, se buscará reconstruir o legado resultante das relações entre populações passadas com o ambiente natural por meio da perspectiva histórica. A intenção é colaborar por meio da história ambiental com a preservação de suas paisagens, com o turismo local e a educação ambiental, agregando dados relevantes que valorizem a atividade turística desde o ponto de vista histórico-ambiental.

Relação história e natureza no Triângulo Mineiro

Sandra Mara Dantas, sandramdantas@hotmail.com, Universidade Federal do Triângulo Mineiro

O mundo natural é compreendido como necessário ser tratado, civilizado até para se adequar a presença humana, aos seus anseios e aos princípios de civilidade. A natureza é cenário para a ação humana como se o homem dela estivesse apartado. No oeste de Minas Gerais, na região de cerrado, inicialmente habitada por nativos caiapós e araxás, os geralistas provenientes de várias regiões implementaram uma série de ações a fim de transformar as feições primitivas da paisagem em uma com a qual se identificassem. No processo de ocupação da região, iniciado em fins do século XVIII, há interessantes elaborações discursivas sobre a

natureza e as mudanças ambientais. A presente comunicação objetiva apresentar a produção denominada Sertão da Farinha Podre – Romance histórico dos primórdios que busca construir uma narrativa plausível para explicar como a região alcançou aquilo que o autor considera civilização com a transformação da paisagem natural de terras devolutas em cidades de aspecto refinado onde o conhecimento humano se sobrepõe à natureza.

Salubridade e saúde pública na cidade de Paranaguá no final do século XIX: Ciência moderna e o processo de cientificação dos hábitos.

Juliana Fonseca da Silva Linhares Bueno, linhares.juliana@yahoo.com.br, IFPR-PARANAGUÁ

O presente artigo discute as condições sanitárias da cidade de Paranaguá no século XIX (1892-1898), visando analisar os fatores que facilitaram o desenvolvimento das doenças infectocontagiosas e a recepção pelo poder público e as teorias médicas da época. Pretende-se através de um processo de investigação dos relatórios de prestação de contas ao governo do Estado do Paraná dos anos de 1894-1898, construir um trabalho sistemático referente à postura adotada para o controle das endemias e epidemias vinculadas com o procedimento de prevenção das mesmas, sem deixar de ponderar sobre a imposição de novos hábitos que romperam com antigas tradições.

Um novo olhar sobre o debate da dicotomia Sociedade – Natureza a partir da Ecologia Histórica: sistemas socioecológicos, ecossistemas emergentes e a dualidade nativo x exótico

Alexandro Solórzano, alexandrosol@gmail.com, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Na acepção mais comum, quando falamos de natureza, nos referimos ao conjunto de espécies que ocorrem em determinado ambiente e que não inclui o ser humano. Em poucas palavras, natureza é onde o ser humano não está. Assim, a visão de uma natureza intocada ainda é dominante no ambientalismo moderno e adotado por muitos cientistas que buscam linhas de base como modelos a serem atingidos por metas de conservação da biodiversidade e restauração ecológica. Nas últimas décadas as contribuições da História Ambiental e Ecologia Histórica trouxeram reflexões relevantes sobre a história de mútua transformação da cultura e ecossistemas, numa clara tentativa de romper com a clássica visão dicotômica. Nossa proposta é apresentar novos caminhos para a interpretação das paisagens contemporâneas em que o homem e as demais espécies apresentam uma rica história de interação, ultrapassando narrativas simplistas e declensionistas. Foi demonstrado o quão entrelaçado estão as florestas com a urbe carioca, sendo compreendido como um complexo sistema socioecológico (SSE). Também foi aprofundado a discussão sobre a dicotomia espécie nativa x exótica, que replica o olhar da separação cultura – natureza. As espécies exóticas são um componente importante do sistema socioecológico, floresta-cidade, do Rio de Janeiro, atualmente indicando na paisagem florestal os espaços marcados pela história e cultura da sociedade carioca. Esses espaços, podem ser classificados como ecossistemas emergentes, pois apresentam uma nova configuração de espécies e não dependem do manejo humano para sua manutenção. O diálogo entre os campos da Geografia, Antropologia, História e Ecologia tem trazido à tona novas perspectivas sobre antigos conceitos de natureza e cultura. A Ecologia Histórica se posiciona como uma ferramenta importante para ser aplicada à resolução de problemas concretos e proposição de políticas públicas relacionadas aos sistemas socioecológicos, manejo de espécies exóticas e restauração das florestas

Uma História Ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo: 1946-2011

Débora Nunes de Sá, nunesdesaa@gmail.com, Universidade Federal de Santa Catarina

A Floresta Nacional de Passo Fundo, é atualmente uma Unidade de Conservação (UC) de uso múltiplo e sustentável, localizada no município de Mato Castelhano, Rio Grande do Sul. Possui 1.275 hectares de superfície e integra o bioma Mata Atlântica, tendo como vegetação característica a Floresta Ombrófila Mista ou Floresta com Araucária. Foi instituída em 1946 sob a denominação de Parque Florestal José Segadas Viana, integrando o “Plano de Reflorestamento” aplicado pelo extinto Instituto Nacional do Pinho (INP), na região de ocorrência endêmica da araucária (*Araucaria angustifolia*). O objetivo desta comunicação é apresentar os principais resultados obtidos com a pesquisa que analisou a trajetória histórica da FLONA PF, no período que vai de 1946, quando as terras foram adquiridas pelo INP para a criação do Parque Florestal, até 2011 quando foi instituído o atual Plano de Manejo da unidade. A dissertação de mestrado intitulada Uma História Ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo: 1946-2011, foi defendida em março de 2017, na Universidade de Passo Fundo, e teve como problema de pesquisa a pergunta: Como um Parque voltado à

geração de conhecimento sobre manejo florestal e ao cultivo de mudas destinadas à produção de madeira mudou de função, passando a uma unidade de conservação da biodiversidade? Para respondê-la, adotou-se quatro eixos de estudos: o primeiro analisou os critérios estabelecidos pelo INP para instalar o então Parque Florestal; o segundo analisou e interpretou por meio de diversas fontes a construção da paisagem da FLONA PF; o outro identificou as relações estabelecidas pela UC com particulares e outras entidades da região, e por último, como se deu a transição da mudança em sua função. Concluiu-se que a paisagem da FLONA PF, possui uma história sui generis, em decorrência das mudanças na legislação e da concepção da função das unidades de conservação, o que tornou sua paisagem, em grande parte, construída e manejada pela ação humana.

Uma “pré”-História Ambiental? Reflexões sobre relações sociedade-natureza nas obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr

Mônica Ramos Domingues Carneiro, monicardc@gmail.com, CPDA/UFRRJ; Gabriel Paes da Silva Sales, paes.sales.gabriel@gmail.com, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Lucas Santa Cruz de Assis Brasil, brasilucas@gmail.com, PUC-Rio

A História Ambiental é uma disciplina recente, se estruturando nas décadas de 1970 e 1990, nos Estados Unidos e no Brasil, respectivamente. A História Ambiental surge em um contexto de resposta aos clamores por uma responsabilidade ambiental, isto é, houve mais questionamentos sobre o uso, acesso, apropriação e descarte dos recursos naturais. De toda forma, não foram os historiadores ambientais que inauguraram a pesquisa sobre as interações passadas entre elementos humanos e não humanos. A partir da década de 1930, uma forte demanda institucional por textos que exumassem os elementos constitutivos da sociedade brasileira se fez presente. Os autores Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr são representativos deste período, produzindo obras fundamentais. Objetivou-se evidenciar reflexões sobre as relações sociedade-natureza presentes nestes textos, à luz dos fundamentos teóricos da História Ambiental. Para tal, foram analisadas algumas obras dos presentes autores, com um olhar voltado para passagens que discutissem as ações da sociedade na natureza e vice-versa. Assim, verificou-se que diversos trechos consideram os elementos naturais, muitas vezes tratando-os como limitantes para o desenvolvimento social brasileiro. Foram consideradas também outras formas de gestão e manejo da terra, distintas da monocultura exportadora, uma temática cada vez mais relevante em História Ambiental – como exemplificado neste trabalho. Entretanto, pela impossibilidade de vinculação a um corpo teórico ainda inato – o da História Ambiental – tais autores não tiveram como se filiar a este programa de pesquisa. Ainda assim, as contribuições destes autores neste campo devem ser consideradas, e explorar tais escritos tem o potencial de desvelar camadas de informação anteriormente ignoradas. Cabe ao historiador ambiental então fazer emergir dos textos as evidências obliteradas em leituras que não endereçavam à discussão das relações sociedade-natureza através do tempo.

06. Ambiente e saberes de comunidades tradicionais

A Casa dos Orixás no Brasil: Um Lugar de Integração de Diferentes Culturas Africanas e Resistência Religiosa

Ana Angélica Monteiro de Barros, anaangbarros@gmail.com, UERJ-FFP

Muitas foram as etnias que se mesclaram e cujos membros foram genericamente denominados de “negros” ao serem trazidos para as Américas. A circulação migratória forçada de diversos grupos étnicos proporcionou a mistura de várias crenças e práticas religiosas, dando origem ao que genericamente foram chamadas de religiões de matriz africana. Os escravos que chegaram ao Brasil no século XVI vieram do povo Bantu de Angola e do Congo, além dos sudaneses. A partir do século XVIII esse fluxo incluiu povos das nações Nagô/Iorubá, Jêjê e Haussá, inicialmente da Costa da Mina, atual Nigéria, e depois da Baía de Benim, antigo Daomé. Esses africanos criaram um sistema religioso com características próprias no Brasil, que teve início com o movimento dos batuques, dos calundus e das irmandades religiosas, que foram estágios iniciais para o surgimento do candomblé. O culto aos Orixás é realizado nas casas de candomblé, um espaço unificado onde as divindades provenientes de diferentes regiões da África têm sua representação simbólica. Essas casas

constituem a síntese do território mítico africano, indicando um microcosmo reinventado. O terreiro de candomblé apresenta uma composição estrutural entre distintos espaços de ritual e social, ambos com funções específicas para a comunidade. Dessa forma, pode-se exemplificar o espaço mato, que conecta os adeptos ao sagrado, uma vez que, neste ambiente são encontradas espécies de plantas sacralizadas que representam a morada dos deuses africanos. O espaço urbano é formado pela área edificada, estando ligado a todas as construções do terreiro. As casas de candomblé representam locais de resistência da cultura de diferentes povos africanos, que adaptaram seu culto a nova realidade vivida.

Além da atividade agrícola: relações pessoas e natureza no cultivo de erva-mate em São Mateus do Sul – PR

Ricardo Gomes Luiz, ricardogomesluiz@gmail.com, Universidade Tecnológica Federal do Paraná

A erva-mate (*Ilex paraguariensis*) é uma planta nativa de ecossistemas da América do Sul. Seu cultivo e comercialização têm relações intensas com passado, presente e futuro. Boa parte da plantação de erva-mate no sul do Brasil é realizada em sistemas tradicionais, junto a remanescentes de áreas com matas nativas, sendo desenvolvida em propriedades rurais de escala familiar. Levando em conta o panorama paranaense, o objetivo do artigo é conhecer como se constituem as relações de produtores familiares com os sistemas produtivos tradicionais e a conservação da natureza. O estudo busca auxílio na revisão bibliográfica de historiadores, sociólogos e pesquisadores que tratam do cultivo de erva-mate em áreas naturais, e de conceitos e teorias da História Ambiental e dos Estudos Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). O caráter da análise é interdisciplinar e está focado em ervais do município paranaense de São Mateus do Sul. Concomitantemente, recorre-se às práticas de oito produtores rurais desta localidade, por meio de seus depoimentos e visitas a eles, que permitem desdobrar os olhares e visões de mundo sobre o tema. Os resultados esperados da investigação estão concentrados na compreensão das relações de trabalho com a natureza, a ciência e a tecnologia que podem ampliar o interesse de estudiosos sobre o tema e contribuir para abrandar conflitos e contradições entre produtores e natureza.

Apropriações de espaços e saberes por comunidades e empresas sobre as essências cheirosas amazônicas na globalização

João Marcelo Barbosa Dergan, mardergan@uol.com.br, UFPA

As essências de sementes e raízes das ilhas estuarinas amazônicas foram usadas, significadas e ressignificadas pelos comuns das ilhas e por empresas que fornecem insumos para produção de biocosméticos ao mercado global na atualidade. As essências de sementes e raízes de cumaru, priprioca, pracaxi, das ilhas de Cotijuba, Paquetá, Combu, ilha Grande e ilha das Onças, que fazem parte do estuário amazônico próximas a cidade de Belém-Pará-Brasil, tiveram usos e significados muitas vezes opostos e contraditórios por empresas e pelos ilhéus ao longo da história, ao mesmo tempo, eram utilizados nas diversas atividades como perfumes. Perceber as permanências e mudanças dos usos das essências da flora estuarina das ilhas, ao longo da modernidade, e a ressignificação de saberes e práticas pelos populares e empresas/coorporações para produção de perfumes para o mercado global dá possibilidades de compreensão do discurso da sustentabilidade ambiental nas práticas cotidianas na Amazônia.

Comunidade Quilombola Invernada dos Negros e sua relação com o meio natural: um olhar da História Ambiental

Eliane Taffarel, elianetaffarel@yahoo.com.br, Universidade Federal da Fronteira Sul; Samira Peruchi Moretto, samirapm@gmail.com, Universidade Federal da Fronteira Sul

A Comunidade Quilombola Invernada dos Negros, situada nos municípios de Campos Novos e Abdon Batista/SC foi assim reconhecida, pela Fundação Palmares, em 2004. Possui características próprias, mas se assemelha a outras comunidades em questões como a liberdade e o acesso à terra. Em Testamento datado de 1877, Matheus José de Souza e Oliveira e Pureza Emilia da Silva, proprietários da então Fazenda São João, deixaram a liberdade aos escravos que ainda não tinham, e um terço das terras da Fazenda aos ex-cativos, o que corresponde a cerca de oito mil hectares. Parte dessa área abriga a comunidade atualmente. Este artigo visa abordar a relação estabelecida historicamente entre os descendentes dos negros escravizados com o ambiente e o processo de degradação ambiental, provocado especialmente pela plantação de pinus e eucaliptos a partir da década de 1970, com a instalação de serrarias e de uma empresa de celulose na região.

Neste estudo, utilizamos como fonte o Laudo Antropológico produzido pelo Núcleo de Identidades e Relações Inter étnicas (NUER) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), publicado no ano de 2006. O objetivo é, através das informações nele contidas, compreender a relação da comunidade com o meio ambiente onde estão/estavam estabelecidas. Tal análise se dará através da História Ambiental que tem como principal objetivo observar a interação do homem com o meio natural.

Conexão passado e presente: os processos de colonização e ocupação do litoral do Paraná e suas influências na reconfiguração dos territórios e identidades das comunidades caiçaras locais

*Nathalia de Jesus Sibuya, nathsibuya@gmail.com, Universidade Federal do Paraná
Maria Fernanda Cherem Côrte Bezerra da Silva, mfernandacherem@gmail.com, UFPR*

O presente artigo é resultado da reflexão coletiva construída através do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. O seu objetivo é compreender por meio de uma perspectiva histórica os processos de colonização e ocupação do litoral do Paraná e suas influências na reconfiguração atual do território. Além disso, busca-se analisar como os conflitos socioambientais alteraram, e ainda alteram os modos de ser e de fazer das comunidades caiçaras locais, que possuem em sua origem atividades relacionadas tanto ao mar quanto a terra (pescadores-agricultores) e por fim forjam outras identidades políticas. Ressalta-se a opção por uma ciência crítica, engajada e sensível, que coloque em pauta o viés da história dos invisibilizados e aponte para a necessidade de olhar a historiografia ambiental por meio das lentes da teoria da colonialidade e de um socioambientalismo crítico. O método empregado para o levantamento das informações foi a pesquisa bibliográfica e documental e a pesquisa qualitativa. Adotaram-se os resultados parciais de pesquisas realizadas durante o período de 2014 a 2016, que apontam os conflitos socioambientais como fator determinante na mudança das práticas tradicionais ligadas ao território e aos bens naturais, principalmente no que tange o abandono de atividades na agricultura familiar ou na pesca artesanal, na conformação ou perda de territórios tradicionais, tanto em terra, quanto em mar.

Conhecimento ecológico tradicional na produção da erva-mate

Alessandra Izabel de Carvalho, ale.marumbi@gmail.com, Universidade Estadual de Ponta Grossa

Um grande desafio no desenvolvimento e no estabelecimento das atividades sustentáveis para a agricultura familiar é que geralmente o conhecimento local, as tradições da produção e as atividades culturais ligadas aos sistemas de produção são mal conhecidos ou pouco valorizados. Essa pesquisa visa documentar o conhecimento e as percepções associadas às florestas nativas e à produção de erva-mate por meio das entrevistas com pequenos produtores nas regiões do Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina. Esses saberes identificados poderão dar início ao processo de incorporação das várias perspectivas (etnias, geração e classes) na elaboração de modelos de manejo dos recursos florestais e no desenvolvimento de sistemas agroflorestais adaptados às realidades locais. As discussões e as narrativas produzidas visam propiciar uma compreensão mais profunda dos valores culturais, sociais e econômicos associados às florestas, assim como um melhor entendimento da economia e da reprodução da agricultura familiar nessas regiões. Nessa direção, objetiva-se é inscrever vozes da família rural, recolher e socializar suas histórias e entendimentos sobre segurança alimentar, cultura local e patrimônio biológico.

Influência da liberação de água da Barragem Pedra Do Cavalo sobre o sururu (*Mytella charruana*), no manguezal de Santiago do Iguape, Cachoeira-Ba

Lucas Silva Pacheco dos Santos, lucas.pacheeco19@hotmail.com, Universidade Estadual de Feira de Santana; Pedro Silvestre Pascoal Junior, pedrojr@uefs.br, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA; Marjorie Cseko Nolasco, mcn@uefs.br, UEFS

O Sururu (*Mytella charruana*), molusco bivalve pertencente à família dos Mytilidae, apresenta uma grande importância socioeconômica para comunidades ribeirinhas que vivem em áreas estuarinas, bem como uma considerável relevância ambiental para o equilíbrio desse ecossistema. A ação antrópica sobre os diversos biomas do planeta, inclusive os manguezais, em geral, modifica os ecossistemas alterando toda sua dinâmica, o que pode ocasionar a morte de muitas espécies que não conseguem acompanhar essas mudanças. O presente trabalho teve como objetivo analisar os impactos causados por tensores antrópicos, a partir da liberação de água da barragem Pedra do Cavalo sobre a hidrodinâmica estuarina no distrito de Santiago do Iguape, e sua influência sobre o sururu (*Mytella charruana*). Esta localidade situa-se no município de Cachoeira, estado da

Bahia, pertencente à Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape, Unidade Federal de Conservação na região nordeste do Brasil. Os caminhos metodológicos constituíram-se da revisão de literatura especializada sobre o grau de salinidade suportado pelo sururu, acompanhado de um trabalho de campo e coleta de dados com a comunidade por meio de entrevistas e observações empíricas. Como resultados, abordamos na literatura específica que o aumento da sedimentação devido as fortes chuvas pode diminuir a probabilidade do reestabelecimento da *Mytella charruana* na região. No tocante às entrevistas, a diminuição da salinidade é apontada pelos moradores em decorrência da abertura das comportas da barragem, que ocasionaria a entrada de água doce no estuário. A partir da investigação realizada, foi possível chegar à conclusão que não somente a diminuição da salinidade acaba causando a morte e diminuição da oferta do sururu. Como este trabalho foi realizado de maneira mais observatória, faz-se necessário que estudos complementares sejam realizados na região para uma análise mais precisa a fim de se elucidar o verdadeiro motivo desse acontecimento.

Mata Atlântica: Representações sociais de antigos moradores da área da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte em Joinville-SC

Vanilda Barbosa Galli, vanildagalli09@hotmail.com, UNIVILLE

O estudo reconstitui a história da devastação da Mata Atlântica no entorno do Rio Cubatão do Norte – em Joinville (SC). Como objetivo geral visou analisar como se deu, historicamente, o processo de degradação da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte (BHRNC) numa decorrência do desmatamento. Como objetivo complementar, o estudo se desenvolveu na busca da sustentabilidade da região. A metodologia utilizada na execução da pesquisa constou de observações e análise das informações e dados coletados por meio de entrevistas aplicadas a 50 moradores que vivem na localidade estudada (BHRNC) há mais de 40 anos, com a aplicação da técnica snowball. O Rio Cubatão do Norte foi o objeto central do estudo, e a Mata Atlântica – especificamente a mata ciliar formada pelos remanescentes da Mata Atlântica que circundava o Rio Cubatão do Norte. Justamente essa mata ciliar foi o ponto de partida para a investigação. A área da BHRNC é bastante extensa (492 km²). Para tanto, com o uso do mapa com foto aérea de toda a área da bacia foram definidos 16 pontos estratégicos para estudo, isto seguindo os principais afluentes-rios que formam a bacia por onde corre o Rio Cubatão. Os dados possibilitaram inferir o resgate histórico ambiental da região. Os resultados da pesquisa poderão contribuir no desenvolvimento de ações e de políticas públicas embasadas na Educação Ambiental e buscando promover, assim, sustentabilidade e qualidade de vida à população local.

O savoir-faire cerceado: conflitos ambientais entre a comunidade quilombola Adelaide Maria da Trindade Batista e o Parque Estadual de Palmas-PR

Fernanda Cordeiro de Almeida Faust, fernandacoral@gmail.com, UFPR

Este estudo tem o objetivo de analisar os conflitos ambientais entre a comunidade quilombola Adelaide Maria da Trindade Batista e o Parque Estadual de Palmas-PR e suas conseqüências impeditivas relacionadas ao patrimônio cultural imaterial daquela comunidade, tais como: a etnobotânica, a culinária e as práticas curativas. A sobreposição de áreas quilombola e florestal não aconteceu à toa, mas trata-se de um processo histórico que marginalizou essas populações tradicionais. Para Diegues (2000), essas comunidades rurais negras são conhecidas como populações tradicionais por desenvolverem o manejo sustentado da natureza. Conforme o mapa da Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: comunidade quilombola do Rocio (2010), observamos diversos conflitos ambientais na comunidade: desmatamento; plantio de pinus e eucalipto; pomar de maçã; impedimento de chegada ao olho d'água São João Maria; proibição de acesso à lenha; proibição de acesso às plantas medicinais; caça predatória; uso excessivo de agrotóxicos; destruição de roça por animais soltos na comunidade. Tais conflitos ambientais impedem a plenitude da relação homem-natureza na comunidade em estudo e ameaçam a reprodução do patrimônio cultural imaterial do grupo, como as práticas de cura e de alimentação. Esses conflitos possuem elevada complexidade, pois refletem a disputa entre políticas públicas que em muitos casos são igualmente permitidas, porém, inconciliáveis entre si.

O Significado da Paisagem nos Sistemas Tradicionais de Cultivo de Erva-Mate no Centro-Sul do Paraná

João Francisco Miró Medeiros Nogueira, jfmmnogueira@gmail.com, UEPG

Os sistemas tradicionais de cultivo e produção de erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.) representam uma prática cultural amplamente difundida e consolidada entre agricultores na região do Planalto Norte-

Catarinense e Centro-Sul do Paraná. Inseridas no ecossistema das Florestas com Araucárias, estes sistemas produtivos são responsáveis, em boa parte, pelos destacados índices de conservação de remanescentes florestais da região, pois em sua forma produtiva em sistema agroflorestal, utilizam trocas naturais ocorridas dentro das florestas para o manejo de seus cultivos. A pesquisa propõe, através de metodologias da História Ambiental e da Geografia Cultural, compreender os processos de construção e ordenamento destas paisagens a partir da organização do espaço em favor do desenvolvimento destes sistemas tradicionais de produção da erva-mate.

O Território da Pesca e Trabalho no Município de Itajaí (Santa Catarina)

Valdir da Silva, valdir.silva1@edu.sc.senai.br, Fundação Universidade Regional de Blumenau FURB; José Francisco Hilbert, eng.josefh@gmail.com, FURB; Cristiane Mansur de Moraes Souza, arqcmansur@gmail.com, FURB; Gilberto Friedenreich dos Santos, gilbertofrieden@gmail.com, FURB

A pesca assume um importante papel socioeconômico na ocupação de mão de obra, geração de renda e oferta de alimentos em várias comunidades ao redor do mundo. Em vista disso, busca-se a reflexão sobre os impactos no mundo do trabalho no setor da pesca em Itajaí, Santa Catarina. Para tal aspiração, procura-se compreender a dinâmica do modelo de acumulação do capital, por meio de contratações e demissões no setor tradicional da pesca. Nesse contexto, as principais questões de pesquisa serão: Será que o setor da pesca contribui para geração de muitos empregos? Os trabalhadores do setor pesqueiro tem emprego garantido por muito tempo? Como se dá a questão salarial? Para verificar estas e outras questões, foi feita uma análise quantitativa e sistematização dos dados constantes na base da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 1995 a 2015. Fez-se tabulações e cruzamentos de informações de cinco em cinco anos, envolvendo: estoque de empregos, distribuição dos trabalhadores por gênero, faixa etária, remuneração em salários mínimos, tempo de trabalho e número de estabelecimentos. Com estas informações se torna possível analisar a dinâmica do setor pesqueiro de Itajaí, assim como sua capacidade de geração de emprego. Apesar do aumento do número de estabelecimentos houve queda na geração de empregos relacionados à pesca. Além disso, o setor pesqueiro passou a contratar, nos últimos anos, pessoas de maior faixa etária proporcionando menor tempo de trabalho.

Olhares e saberes sobre os espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, Rio Grande do Sul pelas Sociedades Tradicionais e Não Tradicionais

Emelí Lappe, emelilappe@universo.univates.br, Universidade do Vale do Taquari

As atividades do homem relacionam-se com e na natureza, e são indutoras da produção social do espaço. Nos territórios delimitados pela Bacia Hidrográfica Taquari-Antas – Rio Grande do Sul, observa-se que as diferentes sociedades buscaram ao longo do tempo, múltiplos lugares para viver e manipular, observando o ambiente para que pudessem utilizá-lo para garantir a subsistência dos grupos. Esta pesquisa desenvolvida no doutorado em Ambiente e Desenvolvimento da Univates, objetiva analisar como as Sociedades Tradicionais e não Tradicionais identificam e percebem os espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. A metodologia consistiu em levantamentos bibliográficos, entrevistas e relatos de campo, seguidas de análise de conteúdo. As áreas de Bacias Hidrográficas, foram e são fundamentais para a humanidade, pois são nesses espaços que se desenvolvem as diferentes atividades humanas e as práticas agrícolas e comerciais, situação que podemos identificar na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, quando tem-se registros indicando a presença dos Guarani e Kaingang e nos séculos XVIII e no decorrer da segunda metade do século XIX, a presença de imigrantes açorianos, alemães e italianos, bem como seus descendentes que passaram a ocupar territórios da Bacia Hidrográfica em estudo. Essa ocupação do território envolve aspectos socioculturais e econômicos das Sociedades Tradicionais (Kaingang e Pescadores) e Sociedade não Tradicionais (CODEVAT e Comitê da Bacia Taquari-Antas) que ocupam os diferentes espaços trans-formando-os para extrair energia e insumos ou para urbanizá-los. Os olhares e saberes do espaço da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas são regidos pelas necessidades, percepções históricas e socioculturais, bem como as peculiaridades de Kaingang, pescadores, Comitê da Bacia Taquari-Antas e CODEVAT, que ocupam, utilizam e manuseiam os recursos naturais existentes nos espaços em estudo.

Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (SC) e a Baixada do Maciambú: para início de conversa e confusão (1975-1990)

Jackson Alexandro Peres, jackson.peres@fmpsc.edu.br, Faculdade Municipal de Palhoça

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PAEST) é a maior unidade de conservação do Estado de Santa Catarina, ocupando uma área que corresponde a aproximadamente um por cento do território do Estado. Foi criado pelo Decreto 1.260 de 1º de novembro de 1975. Quando criado, o Parque possuía terras em seis municípios. Hoje são oito: São Bonifácio, Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, Paulo Lopes, Palhoça, São Martinho, Florianópolis e Imaruí. Uma região do município de Palhoça, conhecida como Baixada do Maciambú, teve, desde a criação do PAEST, uma relação de conflitos entre a população desta localidade e o poder público. Esse artigo analisa a chegada do Parque na Baixada do Maciambú e como se deu sua relação com a população nos primeiros quinze anos de criação. Observou-se que nesses primeiros quinze anos a população que vivia na Baixada do Maciambú não teve informações precisas a respeito das limitações que a Unidade de Conservação trazia, iniciando-se assim os conflitos que perduram até hoje. As fontes utilizadas foram documentos oficiais da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA), entrevistas e periódicos. A análise desse processo se deu por meio das concepções teórico-metodológicas da História Ambiental e metodologia da História Oral.

PL 21/2015/RS e a Criminalização das Religiões de Matriz Africana em Porto Alegre.

Maria Aparecida Anacleto Clemência, alexbaryn@gmail.com, Universidade Federal de Santa Catarina

Em 9 de agosto de 2018 o Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento da constitucionalidade dos rituais de sacrifício de animais em religiões de matriz africana. O resultado do julgamento poderá resolver, na esfera jurídica, o fim de uma colisão de direitos fundamentais, visto que o entendimento da corte suprema servirá de base para resolver casos semelhantes em todo o país. Legisladores, tanto nas instâncias municipais, quanto estaduais, têm tratado dessa matéria. Um olhar mais atento aos discursos que permeiam essas proposições, no entanto, aponta para a urgência de uma análise mais histórica da questão. Contradições típicas de processos de criminalização saltam aos olhos numa leitura mais cuidadosa, ainda mais, levando-se em conta o processo de reprodução do racismo no Brasil, que já criminalizou outras manifestações afro-brasileiras, sob os mais variados argumentos, como a necessidade de “modernização” do país. Assim, esse trabalho objetiva historicizar, a partir da História Social e da Teoria Crítica da Raça, esse processo em Porto Alegre, a partir da propositura do projeto de lei 21 2015/RS, de autoria da deputada Regina Becker Fortunati (PDT) que visava proibir o sacrifício de animais em cultos de religião de matriz africana, através da alteração da Lei 11.915, de 21 de maio de 2003, que instituiu o Código Estadual de Proteção aos Animais no Rio Grande do Sul e revogou a Lei nº 12.131, de 22 de julho de 2004, enquadrando-o no processo maior de reprodução do racismo no país. Ante a centralidade do sacrifício nessas religiões, intentamos explorar também as funções não declaradas do projeto de lei e suas intrínsecas contradições, visto que suas justificativas formais evocam questões de saúde pública, “evolução de consciência coletiva” e proteção da fauna e da flora.

07. Desastres Ambientais e Políticas Públicas

A Memória de um Desastre: as representações sociais sobre o desastre da mineração nos jornais da Renova

João Francisco Alves Mendes, chicokapix@gmail.com, UFSC

A comunicação é um importante processo na constituição de memória. Identificar os canais e veículos de comunicação e as estratégias na promoção e circulação de notícias sobre fenômenos socioambientais tem sido tarefa de muitos historiadores, numa perspectiva interdisciplinar, que pretende estabelecer vínculos com o passado e com o futuro dos fenômenos do presente. No dia 05 de novembro, o rompimento de uma barragem de rejeitos de minério de ferro no município de Mariana, em Minas Gerais, provocou o maior desastre socioambiental do país e que tem tido várias repercussões na mídia. O presente trabalho disserta sobre as reportagens que foram elaboradas pela Fundação Renova sobre o desastre da mineração em Mariana e os processos que seguem. Entende-se que as representações sociais que são elaboradas nos jornais da fundação podem ser constituidores de uma memória histórica desse evento. As edições que foram analisadas apontam para um distanciamento das vítimas atingidas na construção dessas representações e por

consequência a memória e as vozes das vítimas são marginalizadas nesse veículo de comunicação, às vezes reduzindo a dimensão e o significado desse acontecimento na história.

Análise dos Alagamentos na Cidade do Rio de Janeiro numa Perspectiva Histórica

Barbara Franz, barbara_franz@id.uff.br, Universidade Federal Fluminense

Os alagamentos vêm ocorrendo de forma agravante no Brasil devido ao crescimento desordenado das cidades, com a ocupação de novas áreas de maior exposição aos riscos, principalmente pelas classes de mais baixa renda. Intensas precipitações pluviométricas, associadas à impermeabilização do solo e drenagem inadequada, levam ao transbordamento dos canais, causando alagamentos ao longo do processo de expansão da cidade. Este trabalho pretende analisar os fatores, numa perspectiva histórica, que relacionam-se à ocorrência de alagamentos na Cidade do Rio de Janeiro. Desde o século XVIII ocorrem inundações na cidade do Rio de Janeiro. A expansão urbana ocorreu a partir de dessecações e aterros durante mais de 300 anos, bem como vários rios foram canalizados, de modo que muitas vezes apenas transferiram o problema do alagamento. Essas grandes intervenções que alteraram o padrão natural de drenagem das terras baixas no entorno da Baía de Guanabara, desencadearam mais alagamentos, mas somente a partir de fins do século XX passaram a representar foco de medidas, implementando-se uma política de mitigação.

Com os pés no chão no Morro da Babilônia: ética, pesquisa e responsabilidade em história ambiental

Lise Fernanda Sedrez, lise@sedrez.com, Universidade Federal do Rio de Janeiro

A partir de um novo projeto colaborativo, “Occupy Climate Change”, com o objetivo de montar um mapa de iniciativas comunitárias bem-sucedidas em relação a mudança climática em todo o mundo, a apresentação oferece algumas reflexões sobre ética, pesquisa e responsabilidade em história ambiental. Nosso estudo de caso é o Morro da Babilônia, uma comunidade situada numa favela perto de Copacabana, no Rio de Janeiro, que realizou um notável trabalho de reflorestamento nos últimos 25 anos. A comunidade está acostumada com a presença de pesquisadores, mas hoje vê a ação da academia com uma boa dose de cinismo. O presidente da associação de bairro relata sobre os muitos pesquisadores que vieram à comunidade, pediram entrevistas e materiais e depois desapareceram. A comunidade raramente vê o resultado desses projetos de pesquisa. Nosso texto discute as implicações éticas para um historiador ambiental que trabalha com comunidades contemporâneas. Argumentamos que a história ambiental pertence também às comunidades que estudamos. De fato, à medida em que o impacto das mudanças climáticas se torna mais evidente, os historiadores ambientais têm a obrigação de fornecer às comunidades os resultados de suas pesquisas para ajudá-los na mitigação e remediação. Isto é, se queremos ser relevantes em um mundo em mudança.

Construção de hidrelétricas no Brasil como um risco de desastres socioambientais: reflexões para elaboração de políticas públicas para atingidos por barragens.

Marina Reche Felipe, marinareche@hotmail.com, Universidade Federal de Santa Catarina

Os projetos de construção de usinas hidrelétricas no Brasil são comumente publicizados pelo governo federal como sendo fonte de energia limpa, segura e não poluidora do meio ambiente e defendidas, por seus propositores, como exemplos de desenvolvimento sustentável. Todavia, diversos estudos demonstram que a construção de barragens para fins hidrelétricos desencadeiam uma gama de impactos no meio socioambiental onde ela é construída, em sua maioria, negativos. Em termos sociais, vários são os efeitos negativos que têm sido registrados, tendo destaque o “deslocamento compulsório” que implica na remoção de muitas famílias para que sejam construídas obras de vários usos. Além disso, como aponta Santos (2001), esse processo desencadeia uma desestruturação-reestruturação da vida social local, assim como da economia. Assim, o artigo discutirá acerca da relação entre a construção barragens e riscos socioambientais e a possibilidade dessas obras se transformarem em desastres socioambientais, como por exemplo, ocorrência de inundações a jusante da barragem. A noção de risco será entendida como uma relação entre ameaça e vulnerabilidade e sua potencial força na deflagração de um desastre. As populações atingidas serão compreendidas aqui através do conceito de vulnerabilidade, pois, o contexto deflagrado com a início da construção da barragem relaciona de forma causal mudanças no meio ambiente e nas condições sociais das populações atingidas. Ademais, o deslocamento compulsório será entendido como sendo uma forma de desastre para famílias atingidas. Dessa forma, o artigo terá como metodologia uma revisão bibliográfica da temática fazendo uma contraposição com a legislação ambiental brasileira sobre barragens objetivando dar suporte para pensarmos a elaboração de políticas públicas para atingidos por barragens no país.

Desastre de Mariana/MG: um monitoramento da perpetuação dos conflitos decorrentes do desastre

Diego Jeangregório Martins Guimarães, djmguimaraes@hotmail.com, Universidade Vale do Rio Doce; Greyce Guimarães Gomes, greyceg123@gmail.com, Universidade Vale do Rio Doce; Fabrícia Avelina Ferreira, fabric.ia.f@hotmail.com, Universidade Vale do Rio Doce

O desastre do rompimento da barragem de rejeitos das mineradoras Samarco, Vale e BHP ocorrido no dia 05 de novembro de 2015 provocou graves problemas das mais diversas ordens que são extremamente difíceis de se mensurar e precisar a natureza, a dimensão e a extensão dos danos causados. O objetivo da presente pesquisa é sistematizar e analisar dados que auxiliassem na mensuração de danos a partir do monitoramento dos conflitos que se perpetuaram ao longo do tempo e foram veiculados nas mídias digitais. Para tanto, foi realizado um levantamento de dados secundários de todos os websites que apresentavam qualquer informação referente a Samarco. Foi inserido no texto de busca da plataforma o termo “Samarco” juntamente com um filtro de recorte temporal com início no dia do desastre, e fim no dia 30 de março de 2018. Na totalidade dos resultados utilizou-se um primeiro critério baseado no conteúdo dos websites apresentarem ou não conflitos. Os websites que apresentaram conflitos foram submetidos a uma análise que buscava identificar: 1) natureza do conflito; 2) atores em conflito; 3) direito violado ou em disputa. Foram apresentados na totalidade 273 websites. Desses, 170 apresentaram conflitos, totalizando 62% do total. Em relação aos resultados após a análise dos dados, tem-se um dado extremamente significativo que é com relação aos atores em conflito. Os atores que somente apareceram uma única vez foram compilados na categoria denominada “outros”, que tiveram 129 ocorrências. Os outros dados também foram verificados e analisados. Após a análise, percebeu-se uma série de atores que tiveram conflito com as empresas, das mais diversas ordens, e conflitos que versavam sobre os mais diversos bens jurídicos tutelados. O monitoramento de conflitos e a indicação da natureza jurídica dos bens jurídicos tutelados, ajudam a tentar compreender a natureza, dimensão, extensão e as mais diversas facetas do desastre.

Desastre Socioambiental da Samarco/Vale/BHP: busca por ferramentas analíticas

Haruf Salmen Espindola, harufse@gmail.com, UNIVALE

O objeto da reflexão é o desastre da Samarco/Vale/BHP, iniciado com o processo de ruptura, ocorrido em 5 de novembro de 2015, no complexo minerário de Germano, localizado no município de Marina, em Minas Gerais. A barragem de rejeitos que se rompeu é de propriedade da Samarco, joint venture das duas grandes mineradoras globais, Vale S.A. e BHP Billiton. A finalidade da pesquisa é verificar a aplicabilidade dos conceitos de envirotechnical regime e de ética biocultural como ferramentas analíticas capazes de enfrentar as várias dimensões fenomênicas criadas pelos desastres. Se utiliza o conceito de território da mineração não apenas para identificar o campo relacional, mas também para evidenciar as situações de interlegalidade que emergiram com o desastre, resultado de disputas entre diferentes regimes: ecológico, técnico, preço/mercado de commodities, preço/mercado de ações, corporativo, tributário, jurídico estatal e direito local de comunidade territorialmente estabelecida, sejam de humanos ou não-humanos. O resultado a que se chega aponta para a necessidade de os estudos sobre desastre considerarem a existência desses múltiplos regimes e, ao mesmo tempo, considerar os princípios da ética biocultural: todos coabitantes (seres humanos e seres não humanos), seus hábitos e habitats, possuem igual valor/peso, sem distinção de qualquer natureza. O mesmo se exige do poder público, ao formular e executar políticas públicas. Finalmente, as tensões no interior do envirotechnical regime no interior do desastre evidenciam a importância de dois atores: da sociedade civil as arquidioceses de Mariana e de Vitória, tendo na Cáritas a entidade de atuação direta na defesa e organização dos atingidos; da parte do Estado, a presença central do Ministério Público (Federal, de Minas Gerais e do Espírito Santo). Essa pesquisa tem financiamento e BIC da FAPEMIG; bolsistas coautoras: Natália Moreira Ferreira, aluna de Engenharia; Iesmy Elisa Gomes Mifarreg, aluna de Direito.

Desastres que não deixaram saudades: A construção social dos desastres nas inundações de 1990 e 2015 no município de Saudades, SC

Adriano vanderlei Michelotti Rodrigues, adriano_sk2009@hotmail.com; Samira Peruchi Moretto, samirapm@gmail.com, Universidade Federal da Fronteira Sul

Todos os anos diversas localidades no mundo inteiro são afetados pelos mais variados desastres socioambientais como: secas, geadas, chuvas de granizo, tornados, furacões, enchentes, tsunamis, deslizamentos, entre outros, causando danos e merecendo espaço nas notícias e suscitando diversas compreensões. Em Saudades, um pequeno município do Oeste do estado de Santa Catarina, possui em seu

histórico a ocorrência de várias enchentes que causaram muitos danos, afetando principalmente a parte urbana que é recortada pelo rio Saudades e dois de seus afluentes o rio Taipas e rio Bonito. E nesta pesquisa analisamos os desastres ocorridos no município, no ano de 1990 e 2015, com o objetivo de buscar compreender como ocorreu o processo de construção das enchentes como desastres socioambientais em Saudades. Através da metodologia da História Ambiental, com foco no campo dos desastres, partindo da história local e regional, levando em consideração os registros de várias enchentes, dando um enfoque especial as enchentes de 1990 e 2015. Utilizamos como fontes principais fotografias e jornais. As enchentes são compreendidas como desastres socioambientais, pois resultam da equação de fatores naturais (chuvas intensas, declividade, tipo de solo, etc.), como de ações Antrópicas (desmatamento, ocupação desordenada, urbanização, industrialização, etc.), além disso, determinado evento só se torna um desastre a partir da percepção e da presença humana gerando perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais.

Flexão semântica do conceito de Natureza nas Minas Gerais setecentistas (1743-1803) e os desastres ambientais da mineração

Mark de Soldi Matzner, mark.matzner@outlook.com, UFOP

A colonização e mineração nas Minas setecentistas deixaram, além de profundos problemas socioambientais, pensamentos e preceitos em relação à natureza. A cultura científica, apoiada nas letras e no projeto colonizador, apreendeu a natureza, movimentando-a semanticamente, disputando-a e impactando-a. Alguns discursos dos luso-brasileiros formados nas luzes acusaram mineiros de “destruição da Natureza” e difundiram a ciência como ferramenta para reestabelecer Portugal e Minas da decadência, mas contribuíram para a ascensão do Antropoceno. Esta comunicação tem como objetivo apresentar as ideias e léxicos compartilhados na cultura letrada luso-brasileira, que interpretaram e interferiram na realidade social e natural das Minas setecentistas. Na análise, encontramos problemas no significado da razão Iluminista: pensamentos das ciências naturais consolidados à época que são transmitidos até hoje apesar de serem ecologicamente anacrônicos. O destaque da cultura no ambiente natural e a transformação da paisagem natural em antrópica são problemas que ultrapassaram a crosta ou a aparência de suas implicações. Tendo em vista os pensamentos sobre a natureza e suas materializações (expectativas, reformas e consequências), e relacionando a eles algumas tragédias/crimes ambientais da história de Minas, esta pesquisa busca compreender tais pensamentos que se reproduziram e adquiriram regularidade e legitimidade na cultura, instituindo problemáticas relações com os entes naturais até hoje.

FIOS D'ÁGUA: Representações sociais de crianças ribeirinhas no percurso da onda de rejeitos da Barragem de Fundão

Jacqueline Martins de Carvalho Vasconcelos, j.vasconcelos@globocom, UFSC

O desastre ambiental ocorrido em novembro de 2015 atingiu a vida nos municípios situados às margens do Rio Doce. Passado, presente e futuro dessas comunidades sofreram intervenções, em alguns casos, de forma irreversível, fato que afeta diretamente as crianças, sujeitos da presente pesquisa. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo principal analisar as representações sociais, sobre o Rio Doce, de crianças ribeirinhas residentes nos municípios de Governador Valadares, Tumiritinga e Conselheiro Pena, situados no trajeto da onda de rejeitos. As Representações Sociais evidenciadas pelas crianças serão analisadas nas perspectivas histórica, territorial, socioambiental e educacional. A metodologia a ser utilizada tem caráter qualitativo/quantitativo e teórico-empírico. No campo teórico tomar-se-á como referência a Teoria das Representações Sociais, com base nos estudos de Serge Moscovici (2009) e Sandra Jovchelovitch (1995, 2004, 2008), a Teoria do Núcleo Central de Jean Claude Abric (2001) e as questões territoriais a partir dos conceitos de território e identidade propostos por Paul Claval (1999, 2004, 2007) e Guy Di Méo (2004). Este estudo se dará em três etapas: 1ª etapa: Pesquisa documental a partir de arquivos físicos, digitais e bibliotecas. 2ª etapa: Estudo quantitativo através da aplicação de questionários estruturados, elaborados de acordo com a Técnica da Livre Associação de Palavras (TALP). Os dados obtidos serão processados com o auxílio do software (EVO). 3ª etapa: Estudo qualitativo feito através de entrevistas semiestruturadas. Neste contexto, os resultados obtidos poderão contribuir para ampliar a discussão sobre a extensão do desastre ambiental e como ele reverbera na representação social das crianças ribeirinhas. Conhecer a forma com a qual os sujeitos se relacionam com a história, a educação e o rio e como a representa, torna-se um importante ponto de partida para proposição de políticas de educação, preservação e recuperação ambiental.

História e transformações regionais: O caso da mineração de carvão em Santa Catarina

Julio Cesar Lopes Borges, jlopesborges@yahoo.com.br, UNISUL; Renata Carreira Corvino, renatacorvino@gmail.com, UNESC

A cidade de Criciúma, assim como os demais municípios que compõe a região carbonífera de Santa Catarina, possui importância a nível nacional no que diz respeito à produção de carvão. O imaginário do carvão surgiu forte na década de 1940, incentivado por uma política nacionalista do governo, que buscava a afirmação do elemento nacional. A cidade foi considerada a capital nacional do carvão em uma determinada fase da longa trajetória de exploração mineral na região, e se vê que a produção de carvão alavancou o progresso da mesma. Ao falar da cultura do carvão na região, estamos falando do que significou a riqueza e o desenvolvimento dessa região. Assim, o presente estudo procura mostrar de forma descritiva que o espaço ao qual nos referimos configurou-se a partir da exploração do carvão mineral, porém o desenvolvimento econômico não depende desta atividade. A partir da exploração do minério de carvão os elementos naturais e a população sofreram grandes impactos, mudando consideravelmente, ao longo da história, ficando vulneráveis às condições de vida e da atividade mineradora. Também, as transformações causadas por este progresso aprofundaram uma crise de ordem ambiental imensa, produzindo uma série de passivos ambientais dos quais se tornam quase que inviável seu reparo imediato.

Importância da Abordagem das Mudanças Climáticas nas Ciências Sociais

Susimara Gomes de Oliveira, susimara.go@gmail.com, UTFPR

Este artigo visa abordar a importância da participação das ciências sociais nas pesquisas das mudanças climáticas. Considerando que a abordagem interdisciplinar é condição necessária para discutir os impactos sociais, políticos e econômicos inerentes aos fenômenos climáticos e desastres naturais relacionados com as mudanças climáticas. O papel das ciências sociais nos estudos dos fenômenos das mudanças climáticas é fundamental para a compreensão e a solução dos problemas sociais, através de uma abordagem multidisciplinar que considere os diferentes atores que influenciam no processo e o palco destas transformações. Atualmente as ciências sociais não recebem a atenção necessária nos apontamentos do IPPC, bem como os aspectos relacionados com os problemas sociais que afetam diretamente as mulheres com relação aos problemas decorrentes das mudanças climáticas.

Industrialização e Crise Ambiental: a representação do Desastre Nuclear em Vozes de Tchernóbil, de Svetlana Aleksievitch

Alfredo Ricardo Silva Lopes, alfredorsl@gmail.com, UFMS

O trabalho utiliza a obra *Vozes de Tchernóbil* de Svetlana Aleksievitch como representativa para analisar o modo pelo qual os seres humanos balizaram seus processos de produção de energia. Assim, a literatura emerge como fonte histórica para avaliar a relação entre a atual Crise Ambiental e o modelo industrial que tomou forma a partir de meados do século XVIII na Inglaterra, um dos marcos inauguradores da Era Contemporânea. Dessa forma, busca-se considerar a produção do desastre nuclear como um acontecimento representativo da crise ambiental contemporânea.

Mineração industrial e Grande Aceleração: discutindo risco e vulnerabilidades no Quadrilátero Ferrífero mineiro

Lucas Mores, lucasmores@uol.com.br, Universidade Federal de Santa Catarina

O rompimento da barragem de Fundão, propriedade da mineradora Samarco no dia 5 de novembro de 2015 causou o maior desastre ambiental envolvendo o setor de mineração no Brasil. O desastre, ocorreu devido ao vazamento de 43,7 milhões de m³ de lama da barragem, atingindo cerca de 663,2 km de corpos hídricos na bacia do Rio Doce, entre Mariana (MG) e Regência (ES), vitimando 19 pessoas, deixando mais de 256 feridos e 644 desabrigados, além de impactos ambientais como a morte de milhares de peixes, contaminação do rio Doce, problemas de abastecimento e outros impactos materiais e imateriais. No entanto, este desastre pode ser lido a partir de uma perspectiva mais ampla, ao entender que as vulnerabilidades e riscos criados pela mineração industrial de grande porte instaladas na região do Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais são frutos de processos mais longínquos que datam do início da segunda metade do século XX. Após a Segunda Guerra, a fundação da companhia Vale do Rio Doce e a instalação de outras mineradoras a atividade da mineração se intensificou e ampliou seus impactos ambientais, gerando vulnerabilidades e potencializando riscos. Este trabalho, propõe um olhar da história ambiental dos desastres para a construção da estrutura da mineração de grande porte, ao compreender, a historicidade dos padrões de vulnerabilidade que contribuíram para o desastre. Assim, trazendo a mineração industrial para o centro da análise, caracterizando como uma

atividade criadora de riscos e não tratando o desastre como um acidente dentro de uma conjuntura de normalidade.

O caso de Pilar de Goiás e os desafios para o desenvolvimento sustentável frente às inovações normativas no setor de mineração no Brasil

Lara Nunes Lobo Riccioppo Costa, laralobocosta@hotmail.com, UniEvangélica

O presente artigo tem como objetivo apresentar o atual cenário da atuação do setor de mineração e os principais impactos destas atividades no meio ambiente. Será apresentada uma análise sobre o tema no contexto do Direito Internacional Ambiental e no Direito Brasileiro. Pretende-se analisar as principais alterações na legislação brasileira sobre as atividades de mineração. Mesmo diante da consideração do direito ao meio ambiente como direito fundamental e as inúmeras normas que regulamentam o setor de mineração, há sérios impactos das atividades de mineração, tanto no meio ambiente quanto nas distintas formas de regulação, prevenção e responsabilização no setor minerador brasileiro. No aspecto metodológico, considerando o grande número de casos envolvendo danos ambientais por atividades de mineração, foi escolhido para esta pesquisa o caso Pilar de Goiás e os danos causados pela empresa de mineração Yamana Gold na região. Além da análise da legislação internacional e nacional e bibliografias sobre o tema, foi realizada uma criteriosa análise documental a fim de se compreender os desdobramentos jurídicos do referido caso. Destaca-se que no controle das ações envolvendo o setor minerador no Brasil ainda há casos de pressões econômicas sobre as garantias jurídicas, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável.

O Desastre Ambiental de Mariana: as violências ambientais visíveis e as silenciosas em Governador Valadares à luz do Direito Ambiental

Lissandra Lopes Coelho Rocha, lissandralopesrocha@gmail.com, UFSC; Adriana de Oliveira Leite Coelho, aolcoelho72@gmail.com, Universidade Federal de Santa Catarina

O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos socioambientais na cidade de Governador Valadares, localizada no Vale do Rio Doce, Minas Gerais, decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, ocorrido em 2015 no município de Mariana. A maior parte dos efeitos resultantes do desastre são visíveis e muitas vezes palpáveis, todavia existem aqueles cujos efeitos nem sempre são visíveis e que vem a longo prazo. Neste aspecto, a discussão baseada no Direito dos Desastres, que considera o meio ambiente objeto da tutela jurisdicional, pode ajudar a nos dar as respostas ou pelo menos indicar caminhos. Com estes pressupostos pretende-se compreender de que forma o ambiente que é objeto de proteção do Estado de Direito Ambiental foi atingido e de que forma a legislação ambiental garante esta proteção ao município de Governador Valadares. Importante compreender a relação entre os impactos ambientais existentes e a violência, ou seja, como os atos praticados contra o meio ambiente nesta região podem ser apontados como ações de violação ambiental e de direitos. É preciso perceber que há algo além do conjunto de danos materiais a ser reparado, há outras dimensões variadas de violências perceptíveis na qualidade de vida dos afetados, que tiveram seus territórios destruídos, aqui encarado como fundamento de sua reprodução social, cultural e econômica, assentada em condições socioecológicas específicas, totalmente aniquiladas a partir do desastre. Há direitos ofendidos que ainda nem foram identificados, há ofendidos que nem sabem que o foram e que podem ter suas vidas e gerações comprometidas em definitivo. Há além de tudo isso a ofensa ao próprio meio ambiente direta e indiretamente atingido. Especificamente no caso do desastre da Samarco, é preciso investigar se, diante do território impactado, foi possível traçar medidas preventivas necessárias, a fim de evitar a concretização ou minimizar as consequências futuras de um novo desastre no local.

Réquiem às ilhas de calor

Antonio Jaschke Machado, jaschke.machado@gmail.com, UNESP

Este artigo procura sintetizar as reflexões do autor a respeito das ilhas de calor, reveladas a partir de suas experiências acadêmicas com pesquisadores da micrometeorologia, da geografia e do projeto urbano. O autor desilude-se a respeito das ilhas de calor e causa-lhe surpresa como um efeito atmosférico secundário pode ainda nos dias de hoje ganhar vulto em meio à produção acadêmica. Propõem-se um resgate dos elementos atmosféricos primários, caso haja pretensão de que os resultados da pesquisa atmosférica tenham algum impacto real no planejamento das cidades.

Uso sustentável dos rejeitos do Rio Doce para inovação na construção civil e bem-estar social

Adriana de Oliveira Leite Coelho, aolcoelho72@gmail.com, Universidade Federal de Santa Catarina; Lissandra Lopes Coelho Rocha, lissandralopesrocha@gmail.com, UFSC

A catástrofe socioambiental no Vale do Rio Doce trouxe o sentimento de tragédia humana, no seu sentido mais amplo, associada à grave violação da dignidade da vida humana, do bem-estar social, abolindo direitos humanos, como direitos sociais, ambientais, econômicos e culturais. Este cenário, passou a fazer parte do cotidiano da população do Vale do Rio Doce situada em uma área concentrada em 2.342,319 km. Realidade advinda a partir do dia 05 de novembro de 2015, em que uma das barragens de contenção de rejeitos de mineração de propriedade da Samarco Mineração, localizada em Mariana (MG) rompeu liberando, aproximadamente, 50 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos no Rio Doce. Estes rejeitos desceram o rio, acomodaram-se na calha ou transbordaram sobre a área alagável e efluentes, sua força colocou em suspensão os sedimentos dos processos de mineração pregressos, dessa forma sucedeu um aumento considerável nas concentrações de metais pesados e o município de Governador Valadares foi afetado diretamente. Mesmo antes da catástrofe, o Rio Doce já sofria com os rejeitos de mineração que são despejados de forma direta e indireta. Inúmeros trabalhos acadêmicos especialmente dissertação de Mestrado tem discutido o uso dos rejeitos de mineração em diferentes áreas, especialmente na área de construção civil. Se antes, já havia uma grande quantidade dos rejeitos no Rio Doce, após a tragédia estes números aumentaram enormemente atingindo todo o território por onde ele passa. Além do impacto sobre o meio ambiente e as perdas materiais, não se podem omitir as perdas imateriais, envolvendo questões sociais e emocionais das populações atingidas, onde a incerteza e o medo imperam. No nosso projeto pesquisaremos o uso desses rejeitos do Rio Doce no município de Governador Valadares, especificamente do lodo proveniente da estação de tratamento de água municipal, visando sua utilização e de que forma isto pode contribuir para o bem-estar social das comunidades que foram afetadas.

Pôster

6ª Festa Nacional das Sementes Crioulas em Anchieta – SC (2018): intercâmbio de saberes

Angela Regina Locatelli, angela_locatelli@hotmail.com, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

No presente trabalho é abordada a importância da preservação e propagação das sementes crioulas, patrimônio da humanidade, encontrado nos estandes de sementes e produtos crioulos da 6ª Festa Nacional das Sementes Crioulas, realizada em março de 2018, em Anchieta – SC. Também é discutido como atores sociais, movimentos e entidades do município referido conseguiram resgatar variedades destas sementes a partir da década de 1990, algo que foi essencial para a construção das futuras festas das sementes crioulas. Membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar (SINTRAF) de Anchieta foram os grandes incentivadores deste e de outros projetos em prol das sementes crioulas. Por volta de 1996, neste sindicato, começaram discussões sobre a urgência de resgatar as que ainda existiam no município e de incentivar a agricultura orgânica. Estas sementes estavam com sério risco de padecer sobre a pressão do agronegócio, por meio da adesão cada vez maior que os agricultores e as agriculturas anchietenses estavam tendo das sementes híbridas e dos adubos químicos. O intercâmbio de saberes entre os visitantes, pesquisadores e feirantes e os aspectos econômicos e culturais da 6ª festa também serão problematizados. O trabalho possui teoria e metodologia com viés da História Ambiental e de outras ciências pertinentes ao tema, como as ciências agrárias e estudos de pesquisadores ativistas.

A cultura popular teuto-brasileira da região de Seara: Da colonização ao século XXI

Sandra Kuester, sandrakuester92@gmail.com, UFFS

Este projeto de pesquisa do programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul tem como tema a cultura popular teuto-brasileira da região de Seara/SC. A problemática proposta é analisar os processos de construção desta cultura no período da colonização do município até o século XXI. Os objetivos gerais são: o espaço da história teuto-brasileira local e análise dos discursos e interesses políticos e econômicos que se encontram nas delimitações espaciais e culturais. Para isso pontuamos alguns questionamentos como: o propósito do isolamento a partir do viés do próprio teuto-brasileiro; o motivo de sua evasão; os processos de construção da imagem do teuto-brasileiro de Seara e região; a identificação enquanto “alemães”; o dialeto e as festas. Este trabalho será feito através de análises documentais, da historiografia local, de fontes midiáticas que registraram suas festas e vida cotidiana.

A era das dietas: gênero, corpo e meio ambiente

Vanessa Candido de Mello, vanessacandido1998@gmail.com, Universidade Estadual do Centro Oeste

Trata-se de um projeto de Iniciação Científica, ainda em fase inicial, que busca discutir, no âmbito das intersecções dos estudos de gênero e da história ambiental, as diferentes relações que homens e mulheres estabelecem na busca de corpos saudáveis. Esses corpos historicamente construídos tem diferentes pontos de partida e, entre eles, hoje se encontram discursos de ambientalistas e de industriais em torno da alimentação. Isso nos leva a considerar o boom editorial de livros de dieta a partir dos anos 1980 como uma "era das dietas", período em que parte significativa dessa produção bibliográfica teve alcance global na forma de best-sellers, interferindo sobremaneira na ideia do que comer para ter um corpo saudável, bem como do que plantar, com consequências socioambientais significativas. Buscamos mapear livros de dietas que se tornaram bastante difundidos a partir da década de 1980, identificando neles quais alimentos de origem animal e vegetal tornaram-se alvos da publicidade e de reforços na busca por corpos saudáveis, principalmente femininos, bem como perceber os impactos dessas produções em hábitos alimentares, na industrialização ou escala de produção, que por vezes geram alterações das paisagens e consequências socioambientais. Estas produções serão aproximadas e cruzadas com documentos estatais e/ou internacionais que acompanham a expansão da agropecuária moderna, tais como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

A EXPLORAÇÃO DA ERVA-MATE: Um viés Histórico-Ambiental sobre o Vale do rio Negro

Valéria Felczak, vaahfelczak@gmail.com, UFSC

Compreendendo que a erva-mate sempre ocupou lugar de destaque na história e nas paisagens do Paraná, colocando a economia regional em evidência no cenário nacional; justificando a construção de vias de acesso adequadas para o escoamento da produção local, como as grandes estradas de ferro ligando litoral ao planalto, por exemplo; visibilizando grandes afluentes como importantes vias de navegação; e abrindo espaço para o ciclo de exploração da madeira. Ao se resgatar a importância econômica desse produto como fator de desenvolvimento da região, entretanto, não podemos perder a perspectiva de que a erva-mate contribuiu para concentrar a riqueza nas mãos de poucos, e retirou sertanejos, que não tinham título de propriedade, de suas terras, obrigando os mesmos a entregar seus ervais para os poderosos empresários do mate. Além disto, o grande desenvolvimento regional embasado na super exploração dos ervais contribuiu para o crescente desmatamento das florestas nativas durante os séculos XIX e XX, dando abertura para a instalação de grandes madeireiras e serrarias que a longo prazo tornaram-se responsáveis pelo declínio da indústria ervateira. Assim, este trabalho de pesquisa visa além resgatar o conhecimento histórico sobre a importância econômica e social da erva-mate para a região sul do Paraná e norte de Santa Catarina, enfatizando as relações de extração, beneficiamento, e transporte deste produto, realizado pelos imigrantes e sertanejos da região, que de forma direta e indireta contribuíram para a Guerra do Contestado, busca ainda, fazê-lo por meio de uma perspectiva ambiental.

A introdução do milho híbrido na região oeste do estado de Santa Catarina

Luiz Fernando Perondi Hanauer, fernandohanauer@hotmail.com, Secretária de Estado da Educação

A cidade de Chapecó em Santa Catarina é reconhecida nacionalmente na produção de aves e suínos, boa parte da economia da região é movimentada pelo setor agroindustrial, nesse ponto, sendo o milho híbrido fundamental para a alimentação animal, ressalta-se a utilização da commodity para manter o crescimento da produtividade. Com o crescimento constante do setor agroindustrial, responsável por impulsionar o crescimento econômico de Chapecó, que estava se desenhando como um polo regional, a exaltação da produtividade e rentabilidade econômica na produção agrícola e agroindustrial, se sobrepõe ao cultivo de variedades de milho crioulo. Busca-se com a presente pesquisa, averiguar os impactos da introdução da semente do milho híbrido, que não se confunde com a semente transgênica, pois, criada a partir do cruzamento de linhagens puras e introduzido na região a partir do final da década de 1960. Ressalte-se que o intuito da presente pesquisa é compreender como a introdução do milho híbrido na região formou um "complexo do milho", gerando pesquisas e introdução de diversas sementes, mudanças de cultivo passando a organizar a economia, bem como, os impactos socioambientais de seu processo de introdução e expansão da produção, que por muitas vezes gera um ciclo de dependência do pequeno produtor, que no afã de

produzir cada vez mais em menores espaços, vincula-se a compra anual da variedade comercial da semente, da qual grandes empresas do setor detêm a patente.

A invenção do “Celeiro Catarinense”: A região Oeste nos tempos do “milagre econômico”

Marina Andrioli, marina_andrioli@yahoo.com.br, UFFS; Samira Peruchi Moretto, samirapm@gmail.com, Universidade Federal da Fronteira Sul

O projeto apresenta o ponto de ruptura da então “isolada” região Oeste de Santa Catarina, para uma nova configuração, “moldada” pelas transformações políticas, econômicas e sociais na década de 1970, com vistas a tornar-se uma referência na produção agrícola e pecuária. No início daquela década, esta região recebeu a alcunha de “Celeiro Catarinense”, uma retórica utilizada por lideranças políticas pró-ditadura e que se consolidou na região, sendo adotada inclusive pela mídia local, a exemplo da Revista Celeiro Catarinense, e sendo propagada por outros meios de comunicação. Este termo, contudo, buscava traduzir a intenção dos governos locais e nacional em difundir os preceitos da Revolução Verde e consolidar a região como a grande provedora de alimentos para o mercado local e internacional. O objetivo desse projeto é analisar o surgimento e a consolidação da ideia de Celeiro Catarinense, mais especificamente, abordando as relações político-institucionais que culminaram na consolidação de incentivos para o desenvolvimento da agropecuária na região. Em outras palavras, buscaremos entender como se “inventou” o Oeste Catarinense enquanto Celeiro Catarinense. Esta estratégia foi elaborada durante o período conhecido como “milagre econômico” – uma tentativa de executar reformas estruturais durante a ditadura civil-militar, que tem suas bases de governança nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND’s). Buscaremos, por meio deste estudo, encontrar subsídios que possibilitem a compreensão sobre a construção das estruturas de transformação social, política e ambiental da região, em uma ótica ampliada que considere não somente o caráter simbólico, mas que revele a complexidade à qual a região foi submetida. Além de uma reflexão do discurso político vigente, este projeto compromete-se com a análise bibliográfica dos documentos confeccionados naquele período, na busca de elementos que complementem o entendimento sobre a formação desta região.

A Missão Brasileira na Antártica: encontros de ciência, ambiente, tecnologia e política na história global do continente gelado

Vívian Carla Cheira dos Santos, viviancheira@yahoo.com.br, Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro); Jo Klanovicz, klanov@gmail.com, Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro)

À procura de espaço de reconhecimento internacional no âmbito de pesquisas naturais, o Brasil passou a integrar o Sistema do Tratado da Antártica, instalando os primeiros módulos da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) em 6 de fevereiro de 1984. O país institucionalizou o Programa Antártico Brasileiro (Proantar), para que juntamente de sua expedição pudesse avançar com suas observações científicas por meio de pesquisas ambientais apoiadas pela Marinha do Brasil e financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esta pesquisa de Iniciação Científica, em fase inicial, busca discutir os discursos ambientais, científicos e tecnológicos que vieram a servir historicamente como base para a criação do Proantar e para a instalação da EACF, por meio da leitura de fontes oficiais e de revistas e imprensa nacional que repercutiram a missão brasileira em seus primeiros momentos. Esses documentos estão sendo lidos em cotejo com outras fontes e relacionados numa história global da ocupação, politização e cientifização do continente gelado ao longo do século XX, no qual interesses internacionais e territoriais competem em meio à construção de um discurso de neutralidade científica em meio a diferentes regimes políticos de países que a ocupam.

A quem se deve obedecer? O mundo natural e a crítica social em Thoreau

Leandro Gomes Moreira Cruz, l.g.m.cruz@live.com, Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Nossa pesquisa tem como foco a literatura produzida por Henry David Thoreau. A partir das obras *Walden* ou a vida nos bosques (1854) e *Desobediência Civil* (1849), estabeleceremos as possíveis conexões entre um imaginário ambiental e o imaginário político de Thoreau, e de que maneira essas relações constroem sua crítica social. Cabe salientar, que Thoreau viveu quase que a integralidade de sua vida em Concord, nos E.U.A., e que no período em que escreveu as obras que propomos analisar a sociedade norte americana enfrentava grandes questões relativas a expansão territorial, ao trabalho escravo e a aceleração da industrialização. Partindo destes termos, tendo a literatura como fonte histórica para a realização deste trabalho, buscamos respaldo teórico-metodológico em autores como Baczko, Pesavento para a compreensão

dos textos literários como expressão material de um imaginário constituído, não só individualmente, mas em interação com a sociedade que o produziu. Além da cosmovisão que o autor deseja demonstrar, existe também um retrato de uma maneira de perceber o mundo que vem intrínseca nos detalhes da escrita, nas motivações mais subjetivas de seu autor, que nem sempre são colocadas de maneira clara e objetiva na obra. No mesmo sentido, nosso abarque teórico se expande em direção a História Ambiental, corrente teórica que buscar reinserir o humano no “meio natural”, considerando agentes históricos também os fatores não-humanos nas relações sociais, como propõe teóricos como Worster e Pádua, além de Goodbody para esclarecer pressupostos da ecocrítica. Por fim, concebendo que a literatura é um meio que bem subsidia a reconstrução desses imaginários, buscamos reiterar a conformação entre ambiente, pensamento político e crítica social.

Agricultura familiar e Restaurantes Universitários: relato de experiência

Luciana de David Parizotto, luciana.d.parizotto@gmail.com, Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Os Restaurantes Universitários (RUs) das universidades públicas brasileiras fornecem refeições balanceadas, com qualidade nutricional e higienicossanitária adequada, a baixo custo, com vistas a promover a manutenção da saúde de seus usuários. O RU da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Chapecó, tem a agricultura familiar como fornecedor de alimentos, por meio de metodologia implantada para propiciar a aquisição de produtos comercializados por Cooperativas de Agricultores Familiares. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de aquisição de produtos da agricultura familiar para o Restaurante Universitário (RU) do Campus Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul, no período de maio de 2016 a dezembro de 2017. No primeiro ano (2016), foram adquiridas quatro toneladas de hortaliças e duas toneladas de frutas. Em 2017, a quantidade de produtos adquiridos expandiu para sete toneladas de hortaliças e três toneladas de frutas. A aquisição destes alimentos representou, em 2017, 8,67% do gasto total com alimentos. A qualidade dos produtos adquiridos em sua maioria tem sido superior ao mercado convencional e a produção a curtas distâncias são pontos positivos desta experiência. As dificuldades enfrentadas relacionam-se com inconsistências na disponibilidade e quantidades insuficientes para atender a demanda. A experiência é marcada por bons resultados com potencial para expandir e incentivar cooperativas e produtores.

Agroecologia e Políticas Públicas: desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável

Patricia de Oliveira, patricia.oliveirabr@gmail.com, Instituto Federal do Paraná

Os aspectos que a sociedade brasileira vem assumindo desde os anos 90 a luz da política econômica e social é de ideário neoliberal, pautado na abertura do mercado, e na supremacia do mercado auto regulável. As políticas públicas brasileiras a partir da década de 90 sofreram alterações. O princípio universalista do direito muito mais atende a lógica neoliberal e nesse sentido, a política pública, torna-se uma tecnologia capaz de promover articulações entre o interesse do Estado e da iniciativa privada. A política pública sendo considerada como uma tecnologia social, é definida como produtos, técnicas e/ou metodologias, desenvolvidas na interação com a comunidade e representa, transformação social. Nesse sentido o artigo tem como objetivo investigar o desenvolvimento de políticas públicas orientadas para a promoção do desenvolvimento sustentável. A questão chave na discussão entre a agricultura e sustentabilidade no âmbito de políticas públicas, é a inovação tecnológica, que por sua vez interage com as três dimensões da sustentabilidade: meio ambiente, sociedade e economia. Logo o desenvolvimento de políticas públicas orientadas para a promoção do desenvolvimento sustentável, é resultante da ação política, que por sua vez, é considerado como tecnologia social capaz de permitir a ressignificação do processo de democratização da sociedade e a elevação do valor da social e ambiental, desfrute do processo sustentável.

As ruínas da Fazenda Nassau: legados socioecológicos de um empreendimento cafeeiro na Floresta da Tijuca no século XIX

Tomás Ribeiro Pires de Amorim, tomasrpamorim@gmail.com; Gabriel Paes da Silva Sales, paes.sales.gabriel@gmail.com; Alexandro Solórzano, alexandrosol@gmail.com, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A atual paisagem do Rio de Janeiro é produto de múltiplas interações de sociedades passadas com o meio em que viviam. Assim, onde hoje têm-se fragmentos de florestas, no passado, haviam diversas fazendas e chácaras que, além de extraírem madeira para construções e produção de carvão, plantavam variadas culturas,

desde agricultura de subsistência até a cana-de-açúcar e café. Uma antiga propriedade que merece destaque é a Fazenda Nassau, do capitão-médico do exército holandês Charles Alexander Van Mocke, pois, na primeira metade do século XIX, foi considerada o maior empreendimento cafeeiro do país. Objetivou-se discutir a História Ambiental da Floresta da Tijuca, especificamente as áreas do “Mocke”, Pedra da Gávea e Pedra Bonita, correlacionando os vestígios físicos (ruínas e carvoarias) e os vestígios ecológicos (espécies exóticas). Para tal, foi feito um levantamento de dados históricos e uma revisão bibliográfica sobre a área. Além disso, foram realizados campos exploratórios para mapear as populações e indivíduos isolados de algumas espécies, entre elas a jaqueira, e outras marcas na paisagem. Foram selecionadas duas áreas de interesse no Mocke e realizada um estudo mais aprofundado da estrutura e composição da floresta. Os resultados envolvem um inventário com 85 pontos no Setor da Pedra da Gávea e Pedra Bonita e Mocke. Deste total de pontos, 47 são de jaqueiras, 9 de carvoarias, 5 de ruínas, 4 de figueiras remanescentes, 2 de Mangueiras e 18 outros. A jaqueira, espécie frutífera exótica, é um elemento chave para esta discussão. Ela apresentou um padrão de ocorrência agregado em torno das ruínas da fazenda do Mocke com uma quantidade e tamanho dos indivíduos relativamente elevado, configurando a formação de um ecossistema emergente. Por fim, com essas análises e sobreposição de informação é possível compreender os legados deixados na paisagem pela fazenda do Mocke nessa etapa importante da história da Floresta da Tijuca.

As transformações da paisagem no Oeste de Santa Catarina no século XX: a disseminação da Uva do Japão (*Hovenia dulcis*)

Bruna Carolina Krauspenhar, brunakrauspenhar98@gmail.com, UFFS; Marlon Brandt, marlonbrandt@yahoo.com.br, UFFS

O Oeste de Santa Catarina caracteriza-se pela baixa porcentagem remanescente de sua cobertura vegetal. Percebeu-se que o processo de colonização da região, a partir do início do século XX, contribuiu para que a paisagem da região fosse alterada de maneira mais intensa, com o desmatamento das fitofisionomias do bioma da Mata Atlântica, a Floresta Ombrófila Mista (FOM) e a Floresta Estacional Decidual (FED), presentes na região, para a instalação dos colonos teutos e ítalo-brasileiros incentivados a migrarem para a região, assim como o desenvolvimento de suas atividades agrícolas e para a criação de animais. O estabelecimento de serrarias e madeireiras na região contribuiu para o desmatamento em escala maior, devido ao comércio da madeira através de balsas pelo rio Uruguai. Ao analisar a paisagem na região Oeste de Santa Catarina, é possível perceber a presença de árvores exóticas invasoras em meio às florestas da região. Essas espécies muitas vezes são conhecidas como nativas pela população local, devido a sua alta incidência. Percebeu-se que a Uva do Japão (*Hovenia dulcis*), espécie exótica invasora, encontra-se disseminada na região, invadindo vastas áreas de FED e FOM. Buscou-se utilizar da metodologia da História Ambiental para pesquisar sobre a introdução da espécie no Oeste de Santa Catarina, bem como para quais fins foi utilizada e o porquê continua sendo cultivada.

As transformações da paisagem por meio da vitivinicultura em Santa Catarina

Ana Cristina Peron, anacristina.peron@gmail.com, UFSC; Laianny Cristine Gonçalves Terreri, laiannyterreri@gmail.com, UFSC

Esta proposta de pôster tem como origem a pesquisa “Dos vinhedos familiares às grandes empresas: a reconfiguração de paisagens no Brasil através da Vitivinicultura”, orientada pela professora Eunice Nodari. Ela tem como objetivo investigar e comparar o processo histórico de alteração das paisagens nos municípios de Videira, Tangará, Pinheiro Preto e São Joaquim. As transformações analisadas são aquelas que ocorreram desde a metade do século XIX até o presente com a substituição de áreas de florestas nativas, passando pela policultura até chegar a fruticultura, com destaque para a vitivinicultura. Para compreender essas transformações, a pesquisa utiliza uma junção entre duas metodologias: a História Ambiental e a Spatial History (SIG Histórico). Essa união permite o entendimento do processo de como os seres humanos conviveram e alteraram a paisagem desses municípios não só por meio da análise de fontes escritas, mas também por meio da visualização desses espaços ao longo do tempo. Entre os resultados parciais da pesquisa destacamos o levantamento e produção de gráficos das estimativas de produção agrícola dos municípios, coleta de mapas, plantas, fotografias e notícias de jornais e a disponibilização destes dados em um site, que está em construção, para o projeto. A análise do processo de transformação e reconfiguração dessas paisagens auxiliará na compreensão da importância socioambiental e econômica da viticultura nas regiões onde ela foi introduzida e como o meio ambiente foi afetado e alterado. Esta pesquisa é uma parceria entre o Laboratório

de Migração, Imigração e História Ambiental (LABIMHA) da UFSC, e o Center for Spatial and Textual Analysis (Cesta) da Universidade de Stanford.

As “fundações” de Gaia: Lutzenberger e as constituição de associações ambientalistas internacionais nos anos 1980

Sara Rocha Fritz, sarafritz248@gmail.com, Universidade Federal de Santa Catarina, Elenita Malta Pereira, elenitamalta@gmail.com, UFSC

José Lutzenberger protagonizou, ao longo de 31 anos (1971-2002), uma forte atuação ambientalista no Brasil e em âmbito internacional, divulgando a ética do convívio ecossustentável. Um dos conceitos que alicerçaram seu pensamento foi “Gaia”, a partir da formulação teórica de James Lovelock. Este trabalho busca compreender o impacto desse conceito nas redes ambientalistas em que Lutzenberger estava envolvido. Temos como problemática de pesquisa analisar como se deu a participação de Lutzenberger na constituição de fundações que tinham como conceito-base a teoria de Gaia; por exemplo, a Gaia Foundation e a Foundation For Gaia, na Europa, na década de 1980. Eram fundações dedicadas a apoiar projetos ambientalistas, principalmente nos países do “Sul”. A análise está embasada nas fontes presentes no Acervo Privado de José Lutzenberger (APJL) - correspondência, folhetos, transcrições de palestras e textos de Lutzenberger. Este trabalho está inserido no projeto “José Lutzenberger: Um mediador entre o ambientalismo brasileiro e global (Déc. 1980-1990)”, financiado pelo CNPq.

José Lutzenberger, Teoria de Gaia, História Ambiental e Biografia

Chapecó: a transformação da paisagem entre as décadas de 1960 e 1980

Michely Cristina Ribeiro, michelyribeiro@hotmail.com; Samra Peruchi Moretto, Universidade Federal da Fronteira Sul

Ao longo do processo de colonização da região oeste de Santa Catarina, iniciado na primeira metade do século XX, a paisagem da região passou a ser modificada com maior influência da ação antrópica. O desmatamento foi intensificado pela instalação de madeireiras e serrarias devido à importância econômica da venda de madeira. Além disso, outras atividades econômicas emergiram na região a partir da segunda metade do mesmo século, como agricultura e monocultura de árvores exóticas, desta forma, contribuindo para a intensificação das mudanças ambientais. Este trabalho tem como objetivo analisar, através da metodologia da história ambiental, as alterações no meio ambiente da região influenciadas pela ação antrópica a partir da década de 1960, considerando que as transformações iniciadas anteriormente com a derrubada das matas continuaram a ocorrer tomando diferentes formas, como a inserção de espécies exóticas para o reflorestamento e a expansão da agroindústria. Para isso, foram utilizados como fontes periódicos regionais, entrevistas e iconografia. Durante este período, a exploração dos recursos florestais e as atividades agrícolas tiveram papel expressivo nas transformações ocorridas na paisagem de Chapecó.

Colônia Santa Maria da Soledade/RS: Relações entre imigrantes holandeses e o ambiente em espaços da Bacia Hidrográfica do Caí no século XIX

Jéferson Luís Schaeffer, jeferson.schaeffer@gmail.com, Universidade do Vale do Taquari

A colônia Santa Maria da Soledade, Província de São de São Pedro do Rio Grande do Sul, foi fundada às margens do rio Caí, após o vice-cônsul da França em Porto Alegre, Paulo de Montravel, solicitar a compra de uma área de terras nestas imediações ao então Imperador D. Pedro II em 1854, com finalidade de colonizá-las com imigrantes europeus. A introdução de holandeses nestes espaços acompanhou a imigração de distintos grupos étnicos, cujos movimentos migratórios ocorreram a partir da segunda metade do século XIX e se inseriram no projeto de desenvolvimento do Estado Nacional Brasileiro. Este trabalho é decorrente do projeto de pesquisa “Identidades étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas” e tem como objetivo analisar as relações mantidas entre holandeses e o ambiente na colônia Santa Maria da Soledade, localizada em territórios da Bacia Hidrográfica do Caí. Na metodologia de estudo, fez-se uma análise qualitativa dos dados levantados, caracterizados por fontes documentais pesquisadas no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre e revisões bibliográficas, provenientes de relatos de viajantes da época e autores que trabalham sobre o processo colonizatório da região. Os resultados parciais, tendo por base aportes teóricos da etnicidade, cultura e história ambiental, possibilitam constatar que o século XIX foi caracterizado pela introdução de colonos de diferentes origens étnicas, dentre as quais estavam os holandeses. Na Província, este grupo foi preponderantemente instalado na Colônia Santa Maria da Soledade, onde adquiriram lotes de terras com a finalidade dedicaram-se à produção agrícola em pequenas

propriedades rurais. No novo espaço, estabeleceram relações com o elemento nativo do território, ou seja, os indígenas Kaingang, bem como, difundiram e adaptaram práticas agrícolas, utilizando e manejando os recursos naturais disponíveis no ambiente para suprirem suas necessidades.

Corpos em “Boa forma”: a construção dos superalimentos nas revistas femininas fitness (1990-2010)

Emanuelli Fiuza Latczuk, emanuelli.latczuk@gmail.com; Luciana Rosar Fornazari Klanovicz, lucianarfk@gmail.com, Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro)

Este projeto de iniciação científica, em fase embrionária, discute a verbalização de discursos sobre corpos saudáveis, e a necessidade do consumo de super alimentos, sendo eles alguns grãos, cereais, plantas e carnes, no campo de revistas femininas fitness, tais como a Boa Forma. O projeto busca mapear as revistas especializadas em dietas, entre as décadas de 1990 e 2010, tendo como ponto de partida a análise da maneira como os corpos em boa forma foram sendo construídos e a partir de que alimentos potencializados pela indústria alimentícia, pelo discurso médico e pelo discurso de profissionais educadores físicos. Corpo e alimento são chaves importantes, para pensar a construção de discursos publicitários, médicos e educativos em torno dos corpos saudáveis. Isso porque é possível perceber a constituição de escolhas precisas sobre quais alimentos produzir e quais alimentos descartar, quais tem prioridades e quais são vistos como secundários, num processo em que de um lado esta as expectativas de planos industriais, comerciais e agrícolas e do outro lado esta as expectativas privadas e culturais. Os estudos de gênero são referentes a pesquisas que envolvem o gênero como categoria analítica. No caso desta investigação, que possui também uma outra categoria, que é ambiente, é possível o entendimento de que a construção de corpos saudáveis é histórica, a mesma tendo um ponto de origem e está intimamente ligada à construção de estratégias elaboradas por diversos grupos de interesse. A revista Boa Forma é eleita como principal espaço de observação da construção de superalimentos, pois possui um impacto direto sobre a formulação de discursos do corpo saudável, além disso a revista apresenta uma certa repercussão de ideias e padrões específicos de beleza, corpos, saúde e de alimentos.

Da Abundância à Exploração: a Mata Atlântica dos Nativos aos Europeus

Nathália Moro, nathaliamor@hotmail.com; Anelisa Mota Gregoleti, agregoleti@gmail.com, Universidade Estadual de Maringá

A Mata Atlântica foi a primeira paisagem com a qual os europeus se depararam ao chegar no Novo Mundo. Sua disponibilidade de recursos naturais e a variedade de espécies endêmicas, vegetais e animais, logo despertou o fascínio dos viajantes e tornou-a espaço de análises dos naturalistas. Em cartas, crônicas e tratados, os europeus buscavam descrever todas as características possíveis de sua fauna e flora, tão diferentes das que eles conheciam. Era importante conhecer para poder explorar. No entanto, o encantamento dos colonizadores durou pouco. Rapidamente começaram a destruir a floresta, que a princípio parecia inesgotável, iniciando uma tragédia ambiental que agravou-se ao longo dos séculos e estende-se até os dias de hoje. Conhecer e estudar a história da Mata Atlântica é essencial. Além de entendermos como a colonização da América portuguesa foi responsável pelo início de sua perda florestal e biológica, essa abordagem nos possibilita combater uma história tradicional baseada no antropocentrismo e que não se preocupa em estudar a interação do homem com seu espaço.

Mata Atlântica. Colonização. América portuguesa.

Ecologia Histórica e Transformação da Paisagem no “Caminho do Ouro” no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, RJ

Vicente Leal Ewerton Fernandez, vicenteleal.puc@gmail.com; Gabriel Paes da Silva Sales, paes.sales.gabriel@gmail.com; Alexandro Solórzano, alexandrosol@gmail.com, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Com a abertura do “Caminho do Ouro” em 1725, a Serra da Estrela, situada em Magé (RJ), passou por um período de grandes transformações, constituindo parte importante da história do Brasil. Construído com o intuito de melhorar o escoamento do ouro que vinha de Minas Gerais, o “Caminho do Proença” passou a receber muitos viajantes, alterando drasticamente a paisagem florestal que o circundava. A vegetação que encontramos hoje é resultado da histórica relação entre cultura e floresta, evidenciando os diferentes usos da floresta e refletindo as necessidades econômicas da sociedade. Assim, entender como a floresta responde aos usos pretéritos é de fundamental importância para depreender a resiliência socioecológica. Objetivou-se compreender o processo de transformação da paisagem a partir dos legados socioecológicos impressos na paisagem do “Caminho do Proença” e arredores. Para tal, foi feito um levantamento bibliográfico a partir da

investigação de estudos referentes à área e seus personagens históricos, bem como a investigação de documentos históricos. Foram realizadas investidas de campo em três áreas de interesse do local de estudo a fim de inventariar os vestígios humanos impressos na paisagem, além de avaliar o grau de modificação da floresta. Assim, foram elaborados mapas com a espacialização dos dados obtidos e a realização de análises espaciais. Ao todo, foram encontradas dez carvoarias, cinco ruínas, três figueiras remanescentes, três áreas de culto religioso e 38 pontos com populações de jaqueiras ou indivíduos isolados. Alguns desses vestígios históricos tiveram e tem até os dias de hoje diferentes usos e significados, sendo reutilizados de formas diversas, demonstrando, assim, um exemplo de uma ressignificação do paleoterritório dos carvoeiros. Dessa forma, a Serra da Estrela reflete os diferentes aspectos econômicos, sociais e culturais de um importante momento da história do Brasil, deixando legados na paisagem até o presente.

Emigração, retorno e Saúde dos emigrantes portadores de hanseníase

Marina Guimarães Pereira, marinagp22@gmail.com, Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE)

Sânia Mayra Lopes Braz, saniamayralopesbraz@gmail.com; Sandra Nicoli, nicolinicoli@hotmail.com, Universidade Vale do Rio Doce - Univale Sueli Siqueira, suelisiqueira.gv@gmail.com, UFMG

O fluxo emigratório no Brasil teve início na década de 1960 e esse movimento cresceu a partir de meados da década de 1980. A existência de um mercado de trabalho secundário que os nativos no país de destino, como Estados Unidos, recusavam a ocupar eram requeridos pelos emigrantes, por outro lado a crise econômica enfrentada pelo Brasil nessa década era fator de estímulo para a emigração. A microrregião de Governador Valadares é uma das regiões brasileiras com maior fluxo e uma das primeiras de emigração para os Estados Unidos, dando origem, assim, a uma cultura de emigração. O principal objetivo dos emigrantes ao chegar nos países de destino é a busca de trabalho. Uma característica desses emigrantes é a tendência a negligenciar os cuidados com a saúde em detrimento às longas e exaustivas jornadas de trabalho decorrentes da necessidade e desejo de guardar dinheiro para seu retorno ao país de origem. Sendo a região de Governador Valadares endêmica de Hanseníase, alguns pacientes em tratamento emigraram sem perceber o risco para si e para os outros. O objetivo deste artigo é verificar se o emigrante portador de Hanseníase da microrregião de Governador Valadares procura assistência à saúde no país de destino e, se for o caso, por qual motivo não o fazem. A metodologia utilizada é revisão bibliográfica e 03 relatos de casos. A partir da análise dos dados coletados é possível considerar que os portadores da Hanseníase, como o emigrante de modo geral negligencia a saúde por colocar o trabalho e ganhos financeiros como prioridade. Além disso, pode-se constatar que o estigma da doença influencia de forma direta na adesão ao tratamento. Em situação de migração os cuidados com saúde são negligenciados. Os pacientes que emigram antes do final do tratamento correm o risco do retorno da doença em fase mais grave e serem transmissores do bacilo da doença no país de destino. Aqueles que retornam vivenciam situações de agravamento da doença decorrentes da falta de tratamento.

hanseníase, saúde, migração

Entre os muros da floresta: estudo socioecológico da comunidade do Horto, Rio de Janeiro

Martim Lima d' Orey, doreymartim@gmail.com, UNIVERSIDADE DE LISBOA; Gabriel Paes da Silva Sales, paes.sales.gabriel@gmail.com, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Alexandro Solórzano, alexandrosol@gmail.com, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A comunidade do Horto Florestal, localizada nas franjas do Maciço da Tijuca, foi palco de importantes projetos que marcaram a história da cidade do Rio de Janeiro. Recentemente, a comunidade vem sofrendo sucessivas tentativas de remoção e um processo de supressão de sua memória. A proposta deste trabalho é contribuir com a elucidação da Geografia Histórica da paisagem do Horto Florestal, trazendo algumas importantes contribuições de narrativas concebidas a partir da metodologia da história oral. Para isso, foi utilizado o método de “Bola de Neve”, onde o entrevistado indica o próximo especialista no assunto. Foram pesquisadas as origens dos moradores da comunidade, os potenciais usos da floresta e as espécies mais utilizadas. Também foram buscados os possíveis usos da jaqueira (*Artocarpus heterophyllus* Lam.), que possui forte presença na vegetação que borda a comunidade, estando diretamente associado ao histórico de uso e ocupação das florestas da cidade. Posteriormente, foi organizada uma tabela com três categorias de usos possíveis das espécies: medicinal, alimentar e construção. O uso da história oral visa valorizar a história produzida pelos próprios moradores, esta que vem sendo sistematicamente apagada e reprimida pela “história oficial”. Os moradores, em sua maioria, são trabalhadores, aposentados, ou, ainda, descendentes de trabalhadores dos empreendimentos que foram realizados nas proximidades, com destaque para o Jardim

Botânico do Rio de Janeiro. O levantamento da história oral reforçou a ocupação histórica da comunidade e o papel essencial que os moradores tiveram na transformação da paisagem. Foram citadas 38 espécies vegetais, sendo que, 25 nativas e 13 exóticas, sendo o uso alimentar o mais comum. A floresta aparece na memória dos entrevistados como um ambiente importante na construção da sua identidade, sendo produto dessa intensa troca entre os seres humanos e o meio ambiente.

Hortas Urbanas em Curitiba: Um Novo Olhar

Lidia Lima, lidia395@gmail.com, Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Marcia Regina Rodrigues Da Silva Zago, marciazagoz@gmail.com, Universidade Tecnológica Federal Do Paraná

As hortas urbanas e periurbanas constitui-se em um movimento mundial bem sucedido e em expansão, principalmente em países em desenvolvimento, visando a princípio suprir a necessidade de alimentos à população circunvizinha e estruturar mecanismos de participação social. No Brasil, nos últimos anos com os movimentos em prol da alimentação saudável, as hortas urbanas tiveram crescimento, especificamente em grandes capitais, com intensificação e fortalecimento, tanto no espaço público como no privado. Atualmente, com uma concepção mais unificada, as hortas urbanas emergem com pretensões de unir os indivíduos que buscam uma nova maneira de viver na cidade, estabelecendo a reconexão e o respeito com a natureza, além da valorização do agricultor familiar, da integração, do compartilhamento do desejo de promover intervenções e ações no meio em que se vive, torna-se uma maneira divertida e criativa para conviver nas comunidades, contribuindo inclusive com a melhora na saúde das pessoas. A ocupação de áreas de risco, espaços ociosos, calçadas entre outros facilitaram a organização de hortas de pequeno e médio porte. Pode-se afirmar que, este modo de apropriação do espaço público e privado se desdobra em ações comunitárias, não seguindo a lógica capitalista de produção e venda. São produtos doados, consumidos pelos próprios produtores, consolidando a realização pessoal e abrindo caminhos de participação. O objetivo deste estudo foi identificar as origens de algumas hortas na cidade de Curitiba-PR como movimento social de apropriação de espaços urbanos a sua contribuição com a educação ambiental e mudança nos hábitos alimentares. A metodologia utilizada constitui-se de pesquisa descritiva qualitativa com o uso das ferramentas de entrevista e questionário para coleta de dados. O resultado do trabalho apresenta uma linha do tempo da apropriação social destes espaços, a evolução da legislação municipal e uma descrição contextualizada dos casos estudados na cidade de Curitiba - PR.

Mapeamento das discussões sobre gênero e ciência na América Latina: interfaces com a história ambiental

Regina Luíza Girardi, regina_girardi@hotmail.com; Luciana Rosar Fornazari Klanovicz, lucianarf@gmail.com, Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro)

Este projeto de iniciação científica, em fase embrionária, busca desenvolver uma investigação teórica sobre os estudos de gênero e ciência na América Latina a partir dos feminismos contemporâneos. A discussão teórica sobre os estudos de gênero e história está sendo entendida a partir de resultados de pesquisas anteriormente desenvolvidas, as quais abrem, agora, a necessidade de novas problematizações. Assim, pretende-se mapear temas, conceitos, categorias de análise, perspectivas, problemas e desafios existentes no campo de conhecimento dos estudos de gênero e ciência na cultura latino-americana, especialmente quando o campo de atuação de mulheres cientistas tenham interface com questões ambientais da região. O estudo será feito a partir do acervo do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG), da Unicentro e o Lateinamerika Institut, da Freie Universität Berlin, além da produção de outras instituições que são referência no tema. Logo, essa pesquisa parte do pressuposto de que gênero e ciência estão interligados com a cultura. Sendo assim, se a cultura de uma determinada sociedade é dominada por homens, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia irá reforçar a superioridade masculina. Além disso, a presença de mulheres na ciência passa por barreiras que são difíceis de serem eliminadas, já que faz parte de uma construção histórica que caracteriza o pensamento científico como predominantemente masculino, e por isso, limita a participação feminina.

Movimentos da soja: uma história agroambiental da sojicultura no Paraguai

Priscila Rodrigues Menezes, pry.prm@hotmail.com, Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro); Jo Klanovicz, klanov@gmail.com, Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro)

Compreender o caminho de uma commodity como a soja é fundamental para perceber o desenvolvimento agrícola e as consequências sociambientais das escolhas agrícolas historicamente constituídas em uma

determinada biorregião. A partir de estudos que permitem visualizar o processo científico e tecnológico, pretende-se analisar os caminhos e movimentos que cultivo da soja (*Glycine max.*) tem realizado no Paraguai, bem como as relações socioeconômicas e ambientais dos interesses na monocultura. A soja é vetor importante para pensar as relações entre estado e natureza, especialmente no Paraguai do final do século XX, em meio a conflitos e concentração de terra, uso intensivo de capital e mecanização da área leste do país, depois do ímpeto do regime autoritário do general paraguaio Alfredo Stroessner ter promovido a “marcha par o leste”. A soja produzida principalmente por brasiguaios veio a construir capítulo importante para pensar como regimes autoritários apropriam-se do mundo natural, em meio a processos de devastação de florestas e ocupação de biomas, além de alterações microclimáticas e sociais. Dessa forma, esta pesquisa de Iniciação Científica, ainda em estágio inicial, busca dar historicidade ao manejo da sojicultura paraguaia, e como tal pode ser relacionada com a História Contemporânea e com a História Ambiental.

Mutirão de Reflorestamento do Morro da Babilônia

Letícia Andrade Batista Silva, landradebatista@gmail.com, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este resumo apresenta o trabalho que começa a ser desenvolvido pela bolsista PIBIC, a respeito do processo de reflorestamento do Morro da Babilônia entre os anos de 1995 e 2015, localizado no bairro do Leme, no Rio de Janeiro. O Morro da Babilônia resistiu como forma de habitação para a população pobre urbana, assim como a desastres naturais que mudaram o relacionamento dos seus habitantes com o ambiente ao seu redor. A emergência da necessidade de reflorestamento do Morro partiu dos moradores como tentativa de refrear o processo de erosão agravados por fortes chuvas, o que resultou em deslizamentos de terras levando três moradores a óbito na década de 1990. O reflorestamento propiciou não apenas a diminuição da probabilidade de desastres naturais, mas também um enriquecimento da fauna e flora locais. Dentro de um projeto proposto pela prefeitura. E eventualmente envolveu também a iniciativa privada, através de um acordo com o shopping Rio sul, início do século XXI. O estudo de caso sobre os mutirões de reflorestamento do Morro da Babilônia se insere em uma parceria internacional dentro do projeto Occupy Climate Change, que tem como objetivo investigar a experiência e articulações de ações locais em diferentes cidades na Europa e Américas como resposta a desastres e perdas em meio ao ecossistema urbano. A História Oral é uma das metodologias do processo, o que inclui entrevistar os moradores que participaram dos mutirões de reflorestamento, focando em atuações conjuntas, no caso específico analisado, a Associação de Moradores do Morro da Babilônia. A mobilização dos moradores em torno da recuperação da área por meio do reflorestamento possibilita investigar dinâmicas sociais presentes nas favelas cariocas, espaços marcados, muitas vezes, pela falta de assistência do Estado ou de recursos monetários. Ademais, o uso da mão de obra local, com parceria de órgãos do poder público, demonstra relações sociais construídas em prol de melhorias no ambiente da comunidade.

O acesso a renda como garantidor da Segurança Alimentar e Nutricional

Fernanda Olga Burei, fernandaburei_@hotmail.com, Faculdade Campo Real; Larissa Buhner Danguy Karam, lari.dkaram@gmail.com, Unicentro; Luciana Belinski, belluc@hotmail.com, SESC

A alimentação exerce um papel fundamental no desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, estando completamente relacionada com o surgimento de doenças. Assim, o acesso à alimentação é um fator importante para a garantia de uma vida digna e um direito humano básico de toda e qualquer pessoa. O padrão do consumo familiar de alimentos é o resultado, basicamente, do poder aquisitivo de seus integrantes, sendo a renda familiar e per capita um fator condicionante para as escolhas alimentares. Assim, o acesso à alimentação é um importante indicador diretamente relacionado à segurança alimentar de uma população, refletindo também a vulnerabilidade social. O objetivo desta pesquisa foi analisar os fatores socioeconômicos e de consumo alimentar, associados à renda salarial de famílias institucionalizadas de Guarapuava, PR. Foram avaliados o consumo alimentar de uma amostra da população de 38 famílias atendidas por três instituições sociais de Guarapuava, PR. Nos resultados que obtiveram associação verificou-se que as famílias que têm menor renda salarial apresentam menor ingestão de carnes e ovos, frutas, leite, verduras e legumes ($p < 0,05$), sendo esses alimentos essenciais para a formação e desenvolvimento do organismo. Dessa maneira, percebe-se grande relação entre alguns fatores socioeconômicos e de consumo alimentar com a renda salarial das famílias.

O continente gelado da ciência: uma história global da Antártica

Lucas Borges dos Santos, borgesur789@gmail.com; Jo Klanovicz, klanov@gmail.com, Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro)

Quando o capitão Cook se aproximou da costa da Antártica no final do século XVII, o continente se tornou uma abstração europeia, sendo reforçada com a expedição organizada por Ernest Shackleton no século XX. Por conseguinte, durante primeira metade do século XX, foram desenvolvidas estratégias de apreensão desse território aos europeus, separando o continente em fatias pelos impérios remanescentes entre o final do século XIX e início do XX. O historiador ambiental Adrian Howkins considera a Antártica uma das últimas fronteiras da ideia europeia de império e de domínio territorial. Nessa perspectiva, o continente passou de uma Terra Incognita ao status atual de “Continente da Ciência”. O intuito desse projeto de pesquisa de iniciação científica, em fase inicial, é discutir historicamente a construção da Antártica como espaço de ciência a partir de documentos originários de agências internacionais de pesquisa, das missões existentes no território e dos centros de pesquisa antárticos.

O desenvolvimento da sojicultura: uma história global agroambiental

Bianca Rocha Barreto, brbarreto05@gmail.com, Universidade Estadual do Centro-oeste – UNICENTRO, Jo Klanovicz, klanov@gmail.com, Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro)

Pretende-se analisar nesse projeto de Iniciação Científica, ainda em fase inicial, sob a ótica de uma história agroambiental global, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) com foco em desdobramentos na área de soja (*Glycine max.*), estabelecidos no Brasil desde a segunda metade do século XX. O mapeamento dados, de produção bibliográfica sobre a empresa e coleta de informações sobre a sojicultura devem ser vistas como algo a mais que o desenvolvimento nacional de relações complexas entre espécies influenciadas pela natureza e pela ação humana. Ao aproveitar dessa intersecção da ecologia na economia, a pesquisa se posiciona na interação da História Agroambiental Global e das Ciências, na medida em que pensa os aparatos tecnológicos e científicos são construções historicamente pautadas em seleções socioculturais.

O legado do café no Vale do rio Paraíba do Sul: serviços ecossistêmicos disponíveis após alterações no uso e cobertura da terra

Aline Furtado Rodrigues, a.rodrigues@iis-rio.org, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Gabriel Paes da Silva Sales, paes.sales.gabriel@gmail.com, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Alexandro Solórzano, alexandrosol@gmail.com, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

O ciclo do café é reconhecido como um período de intensa transformação da paisagem no bioma da Mata Atlântica. Os solos, logo após o desmatamento, apresentavam boa qualidade para a cultura o que resultou em excelentes safras, segundo documentos históricos. No entanto, esse serviço prestado pelo solo aos cafeicultores logo sofreu declínio, sendo um dos motivos para o fim do ciclo do café. A abordagem da História Ambiental tem ampliado o entendimento dos processos de formação das paisagens e todos os serviços prestados por elas. Dessa forma, objetivou-se avaliar os serviços ecossistêmicos na região do Vale do rio Paraíba do Sul, a partir da transformação da paisagem da Mata Atlântica para o cultivo do café. Para tal, foi realizada uma revisão de capítulos de livro e artigos científico sobre a região e serviços ecossistêmicos. Em seguida, um resgate histórico da percepção dos serviços ecossistêmicos em manuais de agricultura do passado, a partir do olhar de autores dos séculos XVIII e XIX, está sendo realizada. Os resultados preliminares indicam que a transformação da paisagem na região ocasionou a perda na capacidade do estoque de carbono, visto que florestas nativas apresentam maior potencial para esse serviço quando comparados com outros cultivos agrícolas, dentre eles o café; problemas relacionados a qualidade da água e sua disponibilidade, pela degradação da mata ciliar e problemas com erosão; e perda da capacidade de regulação climática, dado que estudos indicam que florestas tropicais mantêm elevadas taxas de evapotranspiração e diminuem a temperatura do ar superficial em comparação com áreas de pastagem ou de monoculturas. A supressão de cobertura florestal na região estudada, levou à modificação da funcionalidade dos ecossistemas, com a perda tangível de alguns serviços ecossistêmicos relacionado ao estoque de carbono na biomassa e no solo, e no serviço de regulação climática, alterando padrões locais de temperatura do ar e precipitação.

O surgimento das feiras orgânicas no Rio de Janeiro como alternativa à agricultura convencional do século XX

Paula Fortini Moreira, paulafortini@yahoo.com.br, UFRJ

Este trabalho é parte de uma pesquisa de monografia no campo da História Ambiental orientado pelo Prof. Dr. José Augusto Pádua, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nessa pesquisa, será analisado o processo de formação das feiras orgânicas no Rio de Janeiro a partir de certa insatisfação de um grupo de pessoas, com o consumo de produtos agrícolas advindo da chamada agricultura convencional, que seria aquela realizada nos padrões da Revolução Verde. No final da década de 1970, esse grupo baseados em ideologias ambientais, se reuniram e mobilizaram a produção de alimentos orgânicos na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro visando propiciar um consumo mais natural e sustentável à população da cidade. A partir de 1994 criou-se a primeira feira orgânica como fruto dessa mobilização em prol da agricultura alternativa. A feira surge após muita luta e resistência à agricultura convencional e permanece por muito tempo funcionando à margem do sistema estabelecido, como forma de incitar a conscientização de um consumo sem agrotóxico e de alternativa ao consumidor que se opõe à hegemonia da produção de uma agricultura convencional ou que opta por uma alimentação de melhor qualidade. Posteriormente, mais feiras orgânicas afloraram na cidade propiciando à sociedade um consumo mais saudável e orgânico, permitindo uma transformação alimentar e, também, ocupando o território urbano. A pesquisa está sendo desenvolvida a partir de: leituras bibliográficas, jornais publicados no período, atas da associação de produtores e entrevistas com dois dos idealizadores das feiras orgânicas. Até o momento observou-se como resultado que as feiras orgânicas suscitam a transformação e conscientização do consumo de legumes, hortaliças e frutas, e também se enquadram como resistência à hegemonia alimentar dos agrossistemas que funcionam nos moldes da agricultura convencional, no qual trazem tantos malefícios para a saúde e para o meio ambiente.

Olhares para a agroecologia: o Jornalismo Ambiental dos portais Rede Brasil Atual e Revista Globo Rural

Fernando do Espírito Santo, fernandolisboaes@gmail.com, UFSC

O presente trabalho trata-se de uma análise sobre o discurso do jornalismo ambiental praticado nos portais Rede Brasil Atual e Revista Globo Rural, em notícias que têm como tema a Agroecologia. Para tanto, a análise teve como fundamentação teórica os estudos do Enquadramento Noticioso do canadense Erving Goffman (1986) e do pesquisador brasileiro Mário Porto (2004), como também a Teoria Marxista do Jornalismo de Adelmo Genro filho (1987), e o “Jornalismo Como Forma de Produção de Conhecimento” de Eduardo Meditsch (1997). Concluiu-se que as notícias sobre a Agroecologia possuem enquadramentos diferentes nos dois portais. Em um dos veículos de comunicação nota-se a separação entre o ser humano e o meio ambiente e, expõe a visão dominante e de viés produtivista sobre a produção de orgânicos, ou seja, apenas mais uma faceta do Agronegócio. Em outro portal, os textos possuem enfoque nos impactos sociais e, apontam para a integração de mulheres e homens com a natureza. Estes resultados contribuem para uma crítica sobre o papel do jornalismo ambiental, que historicamente, por alguns autores, é defendido como mediador na construção do saber popular e do conhecimento científico. Além disto, os resultados mostram como são construídos os discursos, como são formuladas as idéias e percepções do senso comum sobre meio ambiente por meio da atividade jornalística.

Projeto História & Vitivinicultura

Leonardo Ferrari, leonardo.enologo@gmail.com, Universidade Federal de Santa Catarina; Gil Karlos Ferri, gilferri@hotmail.com, EEB Padre Antônio Vieira

Desenvolvido desde 2015, o projeto História & Vitivinicultura foi idealizado para proporcionar aos estudantes da Escola de Educação Básica Padre Antônio Vieira, de Anita Garibaldi, SC, a construção de conhecimentos sobre História Regional, Vitivinicultura e Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável. Através da realização de saídas de campo, articulamos, juntos aos empresários e enólogos, aprendizados sobre a produção de vinhos finos de altitude na Serra Catarinense. A partir dos anos 1990, devido as suas condições edafoclimáticas e com o avanço das pesquisas, a região passou a contar com investimentos de empresários do setor vitivinícola, conquistando, em relativo pouco tempo, um intenso desenvolvimento do enoturismo e destaque internacional em premiações por seus vinhos e espumantes. Assim, em uma região que no passado tinha apenas na agropecuária e no extrativismo vegetal suas maiores fontes de renda, o projeto se justifica por sua relevância socioeconômica e ambiental, pois apresenta aos estudantes este recente setor

da economia de uma maneira interativa e dinâmica. Acreditamos que a História seja, por excelência, uma disciplina envolvente e repleta de possibilidades didáticas; logo, seu ensino precisa estar em sintonia com o que há de mais atrativo e significativo, do ponto de vista pedagógico e cidadão. A realização de saídas a campo representa uma oportunidade a mais para proporcionar conhecimento e novos olhares para a região onde os estudantes vivem, por meio de um aprendizado de experiência. Deste modo, através do projeto que conta com o apoio da associação Vinho de Altitude, buscamos ampliar os horizontes do saber e potencializar a inserção cidadã dos alunos, visando a melhoria socioeconômica e o desenvolvimento de uma cultura de sustentabilidade na região.

Relações de gênero na formação populacional do município de Concórdia/SC: uma análise da Invisibilização feminina no período de 1940-1960

Jordan Brasil dos Santos, diordaosanto@hotmail.com, Universidade Federal Fronteira Sul

A história tradicional exclui a mulher do seu protagonismo e com essa atitude acaba invisibilizando o papel feminino e sua importância para a construção social e desenvolvimento local. A pluriatividade desempenhada pelas mulheres faz com que exista uma tentativa de associar a importância do seu trabalho apenas com as atividades reprodutivas ignorando as atividades produtivas que a mulher desempenha. A imigração ítalo/germânica, que ocorreu para a construção da cidade de Concórdia/SC, favoreceu para que se mantivesse essa invisibilidade feminina trazendo a tona a questão do patriarcado e também as relações de gênero desiguais. Quando a história das mulheres é revelada, desvela-se uma série de conflitos como a questão do poder, a marginalização e o esquecimento, e encontra-se um protagonismo capaz de modificar realidades diversas e agentes que foram importantes para a construção da sociedade como conhecemos. Quebrar esses paradigmas históricos é essencial para mostrar a história que foi esquecida/invisibilizada e criar novas relações de igualdade entre gêneros. E com isso revelar a real importância de homens e mulheres para o desenvolvimento social e econômico.

Tecnodesastres e cidadania biológica: o debate global sobre desastres nucleares na segunda metade do século XX

Amanda Taéli Rodrigues dos Santos Rodrigues, taeli.amanda@gmail.com, Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro)

As trajetórias apresentadas pelos tecnodesastres vinculam-se ao social e ao ambiental, sendo históricas por ambas as forças sofrerem alterações ao longo do tempo e representações de diferentes maneiras, discutir historicamente esses tecnodesastres nucleares desde a segunda metade do século XX possibilita-nos entender a emergência de uma sociedade de risco, ou seja, uma sociedade composta de riscos reproduzíveis gerados pelo processo de industrialização, associando temáticas sociais, ambientais, científicas e tecnológicas. Esse projeto que se encontra em fase inicial tem como objetivo mapear o debate científico em torno dos desastres nucleares do século XX, através de uma perspectiva da História Ambiental Global, considerando registros que apresentam os eventos em forma de reportagens, imagens e documentos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), buscando aspectos mais específicos sobre a vulnerabilidade atuante nas sociedades de risco durante esse século. Pesquisas sobre eventos regionais, como o acidente radiológico com o Césio-137 em Goiânia (Brasil, 1987), trazem grande fragmentação documental em torno de desastres nucleares, do debate emergente ao longo do próprio desenvolvimento e, também, da expansão da energia atômica para usos civis (processo chamado de “pacificação do átomo”). Propõe-se discutir a nomeação histórica construídas das vítimas, dos corpos atingidos nesses desastres e a história dos embates políticos, científicos e ambientais que são assim possibilitados pela pesquisa, portanto, o objetivo de modo geral é a investigação das relações vigentes entre grupos humanos e o tecnodesastre de Goiânia, em que se problematizam os documentos da imprensa, iconográficos, escritos e, se possível, fontes localizadas em arquivos privados ou públicos, partindo da luta pela memória das vítimas e pela busca de legitimidade de seus direitos à cidadania biológica.

Tempos e territórios na constituição do espaço viário do Oeste Catarinense

João Henrique Zöhler Lemos, joao.zoehler@gmail.com, Universidade Federal da Fronteira Sul

A discussão das múltiplas dimensões que envolvem a constituição de um território ou um conjunto destes é de grande relevância, de modo especial, quando está relacionada à apreensão dos elementos que dão gênese às vias de deslocamento/trânsito de um determinado lugar. Partindo disso, constroem-se neste trabalho perspectivas para o entendimento da constituição dos caminhos que se conformam na materialização destes

tempos-territórios. Isto é, nas rodovias existentes atualmente no Oeste do estado de Santa Catarina, entendendo-os como uma elaboração coletiva, multidimensional, multiterritorial e distanciada de uma narrativa única que oficializa apenas uma parcela da população como mentora das atuais condições de relação entre espaço, território e mobilidade. O estudo foi construído através de uma revisão bibliográfica e iconográfica referente à temática, tecendo as relações entre a Geografia e a História. As pesquisas já realizadas na área de recorte são de vital importância para se compreender as diferentes percepções construídas ao longo dos estudos. Entre as trajetórias a respeito das vivências dos novos sujeitos inseridos em uma área já ocupada – em confronto com o discurso oficial – estão as que enfatizam o isolamento, dificuldade no deslocamento, falta de integração com outras áreas, entre outras particularidades, as quais se relacionam diretamente aos trabalhos de construção do espaço viário do oeste catarinense.

Geografia Histórica, Oeste Catarinense, Colonização

Uma mirada da história dos animais não-humanos

Bruna Luiza Costa Pessoa, blue.nf93@gmail.com, UFMG; Regina Horta Duarte, reginahortaduarte@gmail.com, Universidade Federal de Minas Gerais

A história dos animais não-humanos descortina um cenário complexo. Muitas questões se impõem nesse processo de conhecimento: os desafios da própria ideia de história dos animais não-humanos, a crítica necessária ao binarismo rígido selvagem/civilizado, a compreensão da hierarquia entre diferentes espécies e/ou interespecies no devir do tempo. Considerando caminhos e limites, este trabalho explora o potencial das fontes visuais na constituição de narrativas históricas e sociais sobre animais. Argumentamos não apenas a relevância dessas fontes, mas também sua utilidade na construção de narrativas visuais e fílmicas sobre processos sócio-históricos. A “escrita” da história, aqui, transmuda-se em “mirada” da história. Nessa “conversão”, buscamos materiais visuais sobre animais não-humanos em arquivos diversos, registros em campo, e a seleção e análise crítica desse corpo documental. Essa operação, por sua vez, compõe um processo de criação que envolverá a realização de dois minidocumentários na interseção do concreto e da ficção. Entre o fazer escrito e o uso de fotos e imagens fílmicas, portanto, pretendemos explorar o terreno das sensibilidades históricas sobre animais não humanos. Nosso desafio não é apenas metodológico mas, sobretudo, epistemológico: queremos construir conhecimento sobre animais não-humanos considerando as complexidades impostas pelo tema; dialogando com lacunas, paradoxos e silêncios; experimentando até que ponto animais humanos são capazes de narrar a história dos animais não humanos.

“Donde se avista o Caminho da Roça”: instalação da Colônia Militar do Chapecó

Leticia Maria Venson, leticiavenson@hotmail.com, Universidade Federal da Fronteira Sul

O objetivo do presente trabalho é problematizar a escolha do local para edificar a Colônia Militar do Chapecó, levando em conta as características mencionadas nos Relatórios do Ministério da Guerra, Relatórios do Presidente da Província do Paraná e as “Fallas dos presidentes de província” disponíveis online no site do Arquivo Público do Paraná e na Hemeroteca Nacional Digital. A Colônia Militar do Chapecó foi criada juntamente com a do Chopim pelo decreto nº 2.502 de 16 de novembro de 1859, tendo como objetivo a defesa da fronteira com a Argentina, que estava sendo disputada diplomaticamente na chamada Questão de Palmas. A Colônia também visava a defesa da população residente nas imediações em caso de ataque de indígenas. Por portaria de 16 de outubro de 1880, publicada em ordem do dia número 1543 José Bernardino Bormann foi encarregado de fundar a Colônia Militar do Chapecó, na até então província do Paraná. Posteriormente foi nomeado diretor, cargo em que permaneceu até o ano de 1898. O lugar escolhido para a instalação de uma Colônia Militar deveria reunir o maior número de vantagens: solo fértil, a fim de permitir o cultivo de vários alimentos; localizar-se perto de um porto de embarque; ter ar puro e salubre; estar perto de águas abundantes e potáveis, e que pudessem oferecer condições de navegabilidade para o rio mais próximo ou para o mar. Em 14 de março de 1882 foi escolhida para a sede ou núcleo da Colônia a campina do Xanxerê, localizando-se a margem esquerda do rio Chapecó, em território não litigioso com a Confederação Argentina. O local da instalação da colônia foi considerado estratégico de acordo com Bormann, pois possuía terras próprias para a indústria pastoril e para a agricultura. A Colônia Militar do Chapecó marca o início de um processo de colonização e a presença do governo que foi impulsionada com mais vigor nas primeiras décadas do século XX.

“O canto e a dança da guerra e da vitória”: relações homem e natureza enquanto aspecto da territorialidade Kaingang no Vale do Taquari

Ernesto Pereira Bastos Neto, ernesto.bastos@univates.br, Universidade do Vale do Taquari UNIVATES

Vale do Taquari é uma denominação geopolítica recente que identifica uma região econômica do estado do Rio Grande do Sul. Esta região apresenta expressiva diversidade étnica, contudo apenas recentemente tem-se reconhecido alteridades para além da matriz europeia. A presença no sul do Brasil, dos Kaingang, falantes de língua Jê, que atualmente constituem a maior população indígena no Brasil Meridional, é registrada historicamente ao menos desde o século XVII, muito embora sejam prováveis descendentes dos povos associados arqueologicamente à Tradição Taquara ou Proto-Jê. No entanto, o Estado brasileiro passou a hostilizar intensamente estas populações, principalmente a partir de meados do século XIX, com a chegada dos imigrantes europeus, o que acarretou drásticas mudanças na configuração territorial Kaingang. Nos últimos 20 anos têm-se observado o movimento de recuperação pelos Kaingang destes territórios perdidos. Observa-se ainda, que estes processos de reterritorialização apresentam caráter político e subsídio cosmológico. O objetivo do presente trabalho é discutir a relevância da defesa dos elementos da natureza na luta Kaingang pela ampliação da possibilidade de exercício de um modo de vida ideal, com ênfase na atuação do “Grupo de Dança” da Comunidade Kaingang Foxá, Lajeado/RS. Os procedimentos metodológicos utilizados foram realização de pesquisas de campo junto às Terras Indígenas Kaingang localizadas na bacia hidrográfica Taquari-Antas e adjacências, bem como revisão bibliográfica sobre a temática pesquisada. Como referencial teórico utiliza-se de estudos sobre mitologia, cultura, história ambiental e territorialidade. Destaca-se como resultados parciais, que a relação homem e natureza na perspectiva indígena tem sido elemento acionado constantemente pelos Kaingang nos espaços de representação pública, indicando a importância deste elemento no processo de reterritorialização destes coletivos humanos.